

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

A TRAJETÓRIA DO SINDICALISMO RURAL NA PARAÍBA:
Um estudo sobre as relações entre o Estado e os
Sindicatos de Trabalhadores Rurais no período
entre final da década de 50
e final da década de 70

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aluno: **Gismário Ferreira Nobre**

Orientador: **Leôncio Camino**

Campina Grande, outubro/1990

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a João Pedro Teixeira,
Nego Fuba, Pedro Fazendeiro, Margarida Maria Alves
e José Balbino de Souza, pelo sangue derramado
na luta em busca da liberdade, da justiça
e da cidadania dos camponeses.

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, especialmente, a Expedito Soares de Maria, "Adriana", Cassimiro e Carmelita pelos depoimentos das suas experiências que apontaram o norte deste trabalho.

A todos os camponeses que permanecem na luta (apesar de todas as "armadilhas" que tentam aprisionar o movimento) fonte permanente de inspiração e incentivo, não apenas para este trabalho, mas para minha reflexão e atuação no campo.

A Cristina, minha companheira, que dividiu comigo esta tarefa.

A Neltinho e Teresa, meus filhos, pela paciência.

Aos meus pais pelo que fizeram.

Ao Mestrado de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba pelo incentivo constante.

A Gislaine Duqué (ex-orientadora) e Leôncio Camino (orientador) que me acompanharam nesta jornada.

A Edgard Malagod pelos comentários ao texto.

A Gera, Marta Lúcia, Neide Miele e Vanderley Amado pelo apoio de sempre.

A Zezé e Edmilson do Círculo Operário de João Pessoa pelas informações prestadas.

Ao Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia pela contribuição.

A Suely que fez mais do que uma simples revisão de texto.

A Lizete pela datilografia.

Ao Sindicato dos Eletricitários da Bahia que não faltou
ao apoio.

A Alemão e Gileno pelos serviços de reprografia.

RESUMO:

Este trabalho recupera a trajetória do sindicalismo rural na Paraíba enfocando sua relação com o Estado. Nesta relação, ressalta-se o aspecto ideológico; portanto, a estrutura sindical propriamente dita é compreendida como parte de um modelo teórico.

Na busca de uma compreensão mais ampla de como ocorreu o processo de institucionalização do movimento camponês pelo Estado, foi necessário analisar o movimento sindical em contraposição a outras formas de organização camponesas - as Ligas - bem como o envolvimento de outras forças sociais no processo, como a Igreja Católica e o PCB.

O período compreendido no nosso estudo vai do final da década de 50 e início de 60, período de amadurecimento das Ligas Camponesas e fundação de sindicatos, até o final da década de 70, época de consolidação do modelo corporativo no meio rural.

Escolhemos como universo de pesquisa a Zona Canavieira da Paraíba porque a cana-de-açúcar se constitui na principal atividade agrícola do Estado, onde se localiza o moderno parque industrial sucro-alcooleiro, mas, sobretudo, porque essa região tem-se constituído, historicamente, no grande palco de conflitos sociais, que, a partir da década de 50, tem-se aprofundado e generalizado.

Em nossa pesquisa, privilegiamos reconstituir a memória do movimento social através de depoimentos de alguns dos principais personagens (dirigentes e assessores) que fizeram, em parte, a história do sindicalismo rural paraibano, assim como através de documentos produzidos pelo próprio movimento sindi-

cal nas suas diversas fases.

Para a construção do quadro mais amplo da análise, recorreremos, de um lado, a alguns autores que tratam da história dos movimentos sociais no campo e, do outro, àqueles que enfocam aspectos mais puramente ideológicos e teóricos.

A B S T R A C T

This dissertation retakes the track of the rural syndicalism in Paraíba, focusing its relation to the State. In this relationship, the ideological aspect is emphasized; therefore, the syndical structure, itself, is seen as part of a theoretical model.

On searching for a wider understanding on how the institutionalization of the peasant movement by the State occurred, it was necessary to analyse the syndical movement as opposed to other peasant organizations - the "Ligas" - as well as the involvement of other social forces in the process, such as the Catholic Church and the Brazilian Communist Party (PCB).

This research comprises a period that goes from the end of 50's to the beginning of the 60's, when there was the maturation of the "Ligas Camponesas" and the foundation of solidification of the corporative model in the rural environment.

We have chosen the "Canavieira" area of Paraíba to be the corpus of this work because sugar cane is the main agricultural activity of the State, where the modern industrial "sucro alcooleiro" area is situated, but, above all, because this region has even historically considered as a great focus of social conflicts that have even deepened and taken as a whole since the 50's.

In our research we emphasize the memory of the social movement through the testimony of some of the main characters (leaders and assistants) who built up the history of the paraibano rural syndicalism, as well as, through documents written by the syndical movement itself in its several stages.

In order to give the analysis a wider view, we have consulted some authors who deal with the history of the social movements in the country as well as those who focus just on ideological and theretical aspects.

S U M Á R I O

Introdução	p. 1
Capítulo I	
A ORIGEM DO SINDICALISMO RURAL NA PARAÍBA	
1. SINDICALISMO X LIGAS CAMPONESAS	8
1. 1. Os primeiros passos do sindicalismo rural na Pa raíba	34
Capítulo II	
A DOCTRINA DO SINDICALISMO CORPORATIVO	
2. INTRODUÇÃO	46
2.1. Raízes Ideológicas	47
2.2. O enquadramento do sindicalismo brasileiro ao mo delo corporativista	61
Capítulo III	
O SINDICATO COMO AGENTE DA INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADO- RES RURAIS À IDEOLOGIA DA SEGURANÇA E DO DESENVOLVI - MENTO NACIONAL	
3. PRELIMINARES	69
3.1. A ideologia da segurança nacional	70
3.2. A ideologia do desenvolvimento	81
Capítulo IV	
OS MECANISMOS DE ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICOS DOS STR's	
4. CONTEXTO	94
4.1. Os mecanismos repressivos (militar-corporativo).	95
4.2. Os mecanismos ideológicos	108
Reflexões finais	123
Anexo I: Trechos da entrevista com o Sr. Severino Cas simiro Alves	132

Anexo II: Declaração de Belo Horizonte	135
Anexo III: Trechos da entrevista com o Sr. Expedito So ares Maria	142
Anexo IV: Trechos da entrevista com Adriana	147
Anexo V: Intervenção em STR's da Zona Canavieira da Pa raíba	155
Anexo VI: Correspondência entre entidades de classe e o Ministério do Trabalho	162
Anexo VII: PIDSIN -/Resolução Executiva Interinstitu - cional	167
Bibliografia	169:

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propusemo-nos a recuperar a trajetória do sindicalismo rural na Paraíba, enfocando sua relação com o Estado. Nossa abordagem privilegia o aspecto ideológico que perpassa essa relação. Neste sentido, a questão organizacional, ou seja, a estrutura sindical propriamente dita, é compreendida como parte de um modelo teórico.

Nossa opção metodológica fica clara, isto é, não trataremos o movimento sindical em si mesmo, mas, como parte do movimento geral de mobilização e organização do conjunto dos lavadores e trabalhadores agrícolas, como se autodenominavam antes de 1963 (quando nasce o projeto da CONTAG) que abrangia as diversas categorias de trabalhadores na agricultura (posseiros, parceiros, arrendatários, foreiros, pequenos proprietários, moradores, colonos, assalariados) em suas diversas formas de associação.

Observamos o desenvolvimento do sindicalismo rural enquanto uma fração, uma corrente, uma tendência dentro desse movimento global em relação ora menos ora mais conflituosa com a outra corrente composta de associações e sindicatos livres - na qual preponderavam as Ligas - que lutavam para sustentar a organização autônoma dos camponeses e trabalhadores em face ao Estado e ao patronato.

O nosso objetivo em reconstituir essa trajetória, a partir das suas origens, foi buscar elementos concretos para uma compreensão mais ampla de como ocorreu o processo de institucionalização do movimento camponês pelo Estado. Portanto, no curso da investigação, fomos despertados para a necessidade de entender o contexto mais global desse processo, o que nos reme -

teu a proceder a uma avaliação sobre o envolvimento de outros setores do movimento social agrário.

Este estudo, portanto, não poderia prescindir do exame da experiência vivida no nordeste, especialmente no final dos anos 50 e início dos anos 60, pelas Ligas Camponesas.

Ao introduzir o tema das Ligas, o nosso propósito não foi estudar a natureza objetiva desse tipo de organização ou seu processo específico de mobilização; nem ainda suas diferentes etapas de definição político-ideológica ou as forças que a dirigiram. Quisemos apenas situar o leitor sobre o contexto que originou o próprio sindicalismo rural que se desenvolveu em contraposição às Ligas, para lhes tirar a hegemonia que exerciam sobre o campesinato. Portanto, ao longo deste estudo, as Ligas aparecerão como contraponto necessário.

Quando optamos por recuperar a história do movimento camponês e suas formas de organização, não pudemos deixar de tecer consideração a respeito do PCB - Partido Comunista Brasileiro, na época, única agremiação político-partidária empenhada na organização dos trabalhadores rurais. No entanto, tivemos o cuidado de não reduzir os rumos do desenvolvimento das organizações dos camponeses à questão da estratégia política comunista transposta do meio operário para o campo.

Levamos também em consideração, a complexidade das relações de produção no campo e as limitações de ordem institucional. Mas, sob nenhuma hipótese, pudíamos abstrair as repercussões das diretrizes e da sua ação política neste processo (tanto sobre as Ligas quanto sobre os sindicatos).

Tivemos ainda a preocupação de observar o comportamento adotado pela igreja católica, outra força social que ganhou expressão junto aos camponeses no início dos anos 60. Sua ação

no meio rural fazia parte de uma estratégia para eliminar as Ligas e exercer diretamente o controle do movimento camponês. Visava implantar um sindicalismo baseado na doutrina social cristã e, portanto, livre das influências ideológicas "exógenas".

Seu adversário almejado era o PCB, que se articulava com o governo federal através da ULTAB - União Livre dos Trabalhadores Agrícolas Brasileiros, no sentido de compor alianças para carrear para si os resultados da campanha de sindicalização. Essa preocupação da igreja com a possibilidade de perder influência no meio rural levou a CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, através do Secretariado Nordeste, a propagar o sindicalismo como meio de isolar as Ligas e tirá-las da influência comunista.

O Estado, por sua vez, coerente com a estratégia populista de solução da questão social, estimulou a partir de 1962, a sindicalização em massa com o propósito claro de canalizar a mobilização dos camponeses. A criação de sindicatos inspirava-se na legislação trabalhista do Estado Novo, que era, por sua vez, reprodução da "Carta Del Lavoro" de 1929 da ditadura fascista de Mussolini, onde o estado corporativo tinha absoluto controle sobre o movimento sindical.

Foi na doutrina corporativa, que o Estado e a Igreja conservadora se inspiraram para formular seu projeto e compor o seu arcabouço sindical, que tem como característica fundamental a política da paz social, negadora da luta de classes. O corporativismo nasce para conciliar os interesses do capital e do trabalho, para substituir a noção de classes pela da corporação, isto é, lugar em que se aglutinam patrões e trabalhadores, denominados agora empregadores e empregados, "de um mesmo

ramo de produção, enquanto um mesmo grupo social, vinculados pelos mesmos instrumentos profissionais e unidos por laços de solidariedade, harmonia e colaboração".

Essa doutrina corporativa, implantada no bojo da nova ordem inaugurada com a revolução de 30, materializou-se, com relação a regularização das relações entre o capital e o trabalho, na CLT (através do Decreto Lei 5.452 de 01.03.1943) que inclui todas as normas referentes à questão sindical traduzidas para o mundo rural através do Decreto nº 7.038/44.

O arcabouço sindical será completado com o estabelecimento de um único modelo de vida associativa (o estatuto padrão); o enquadramento sindical; a supressão do princípio de pluralismo sindical; a criação do imposto sindical (pedra angular do assistencialismo).

Com a criação dos sindicatos, o que se queria combater não era apenas as Ligas como representantes do campesinato (no sentido restrito que inclui os assalariados) mas as Ligas enquanto representante de um projeto de organização politicamente autônomo (embora legalizada via Código Civil que a partir das repercussões das suas vitórias ampliavam sua influência pelo país inteiro.

O Estado, através do Ministério do Trabalho, e a Igreja conservadora firmaram uma santa aliança em torno de princípios que tinham em comum: a oposição clara às Ligas e ao comunismo; o combate à luta de classes; a corporativização do movimento camponês.

O Estado assumiu a função de mediador dos conflitos sociais, coerente com a ideologia da segurança nacional porque, para o governo, o problema não estaria na existência do conflito, mas na sua manipulação por "grupos políticos, pelos estra-

nhos à realidade do campo, pelos infiltrados, os subversivos".

No bojo dos combates às Ligas Camponesas, a ditadura militar tratou de incentivar e/ou reforçar certas organizações de massa, primordialmente os sindicatos de trabalhadores rurais, como meio de evitar suposta rearticulação camponesa que pudesse colocar em perigo o novo sistema de poder. Tratava-se de enquadrar o movimento camponês, canalizando-o para dentro do aparato do Estado, para que este passasse a ter o controle direto da sua organização.

Todavia, a repressão direta e brutal, mesmo dentro da Doutrina de Segurança Nacional, não seria uma solução permanente. O abrandamento do controle direto, exercido pelo aparato repressivo (que caracterizou o período imediatamente após o golpe) foi-se dando, na medida em que se iniciou e afirmou-se o controle ideológico e igualmente direto.

Não bastava a legalidade como justificativa da ingerência do Estado (que enquadrava o movimento sindical através do aparato repressivo) mas, buscava-se construir uma legitimidade para essa onipresença. O Estado, evocando um discurso "participativo" encontra nos sindicatos, um grande aliado na execução da política de integração nacional em consonância com os planos de desenvolvimento. Essa ideologia da integração se baseava no princípio segundo o qual não se pode obter a estabilidade e a segurança enquanto perdurar bolsões de miséria e subdesenvolvimento.

Neste sentido, as superintendências de desenvolvimento regionais e demais organismos estatais do nível federal ao estadual seriam acionados para preparar as populações rurais a participar do processo de desenvolvimento, acelerando-o e integrando-se, efetivamente, às diretrizes do governo.

O Estado, para enquadrar o movimento sindical, utilizou-se, sobretudo, de mecanismos repressivos e ideológicos com o objetivo de intimidar o movimento sindical, cooptar suas lideranças para esvaziar a luta política, e de efetivar a dominação política e ideológica das classes dominantes no meio da população rural.

O aparato institucional do Estado leva à reboque o movimento sindical cuja função "educadora" aparece nitidamente: dar aos camponeses e trabalhadores rurais uma unidade ideológica sob a tutela do Estado.

A nossa reflexão trouxe-nos uma preocupação com relação aos destinos dos movimentos sociais no campo, em face da realidade fracassada do movimento sindical. Portanto, com esse estudo, pretendemos contribuir, particularmente, com sindicalistas e assessores que, como nós, vivem amargurados com essa realidade.

O período compreendido no nosso estudo vai do final da década de 50 e início de 60, período de amadurecimento das Ligas Camponesas e fundação de sindicatos, até o final da década de 70, época de consolidação do modelo corporativo no meio rural.

Escolhemos como universo de pesquisa a Zona Canavieira da Paraíba⁽¹⁾ porque a cana-de-açúcar se constitui na principal atividade agrícola do Estado, onde se localiza o moderno parque industrial sucro-alcooleiro, mas, sobretudo, porque essa região tem-se constituído, historicamente, no grande palco

(1) A Zona Canavieira da Paraíba foi subdividida pela FETAG em 5 (cinco) pólos sindicais, a saber: pólo canavieiro do Brejo I - Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Belém, Borborema, Duas Estradas, Pirpirituba, Serraria e Solânea; pólo canavieiro do Brejo II: Alagoinhas, Araçaji, Cuitegi, Guarabira, Pilões e Piloezinho; pólo canavieiro do Baixo Paraíba: Caldas Brandão, Cruz do Espírito Santo, Itabaiana, Mari, Pilar, Santa Rita e Sapé; pólo canavieiro do Litoral Norte: Itapororoca, Jacaraú, Lucena, Mamanguape, Mataracá e Rio Tinto; pólo canavieiro do Litoral Sul: Alhandra, Caaporã, Conde, João Pessoa, Juri-piranga, Pedras de Fogo, Pitimbu e São Miguel de Taipu.

de conflitos sociais, que, a partir da década de 50, tem-se aprofundado e generalizado.

A existência desses conflitos está intimamente ligada à especificidade do desenvolvimento do setor industrial sucro-alcooleiro que, ao concentrar a propriedade fundiária numa escala sem precedentes e ao impor de forma absoluta a monocultura da cana-de-açúcar, implicou em profundas alterações nas relações sociais de produção no campo: liberou a força de trabalho de foreiros, rendeiros, moradores do interior das propriedades canavieiras, estabeleceu o assalariamento como relação predominante de trabalho e aperfeiçou os mecanismos de intensificação do ritmo de produção.

É nesse contexto, marcado por uma profunda mudança nas relações de trabalho tradicionais, onde se combina a expropriação do produtor direto e a exploração brutal da mão-de-obra assalariada, que irá surgir o movimento camponês, a partir de meados da década 50. Nessa região (dado a essas condições) floresceram as Ligas Camponesas e, por conseguinte, foi aí que se concentrou, inicialmente, o processo de sindicalização rural na Paraíba.

Em nossa pesquisa, privilegiamos reconstituir a memória do movimento social através de depoimentos de alguns dos principais personagens (dirigentes e assessores) que fizeram, em parte, a história do sindicalismo rural paraibano, assim como, através de documentos produzidos pelo próprio movimento sindical nas suas diversas fases.

Para a construção do quadro mais amplo da análise, recorreremos, de um lado, a alguns autores que tratam da história dos movimentos sociais no campo e, do outro, àqueles que enfocam aspectos mais puramente ideológicos e teóricos.

CAPÍTULO I

A ORIGEM DO SINDICALISMO RURAL NA PARAÍBA

1. SINDICALISMO X LIGAS CAMPONESAS

"Eu tenho como começo de minha vida sindical 1965 para cá, quando me associei ao sindicato de Alagoa Grande. Porém, como observador, antes mesmo de 1965; de 1960 até 64, falava-se muito nas Ligas Camponesas e lá, na cidade onde eu morava, Alagoa Grande, tinha o sindicato das Ligas Camponesas; 1962 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande que se dava o nome também de sindicato dos padres; era o padre Geraldo Pinto que faleceu anos depois na cidade de Guarabira, disputando a prefeitura de Guarabira. O padre Geraldo Pinto, junto com os senhores de engenho Francisco Lino Cavalcante de Miranda e outros fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande; isso depois veio se saber que eles fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, temendo as Ligas Camponesas. Aí ficou funcionando dois sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, também conhecido como sindicato dos padres e o sindicato das Ligas Camponesas, conhecido também como sindicato de Manoel Santino que era o presidente das Ligas Camponesas. E quando eu fui procurar me associar no sindicato mesmo a mando de meu patrão... lá o Cassimiro me arranjou os estatutos sociais do sindicato

(do padre) imediatamente, me emprestou, eu li e com oito dias depois eu voltei para me associar porque eu achei que aquele era o caminho mais certo; não era o das Ligas Camponesas que, na época, pregava muita besteira simplesmente bobagem"⁽¹⁾.

Esse depoimento de Álvaro Diniz deixa evidente a natureza da origem do sindicalismo rural que nasceu, na Paraíba, no início da década de 1960, sobretudo na Zona Canavieira, em contraposição às Ligas Camponesas. Esses dois tipos de organização da massa rural, Ligas e Sindicatos, desenvolveram-se simultaneamente a partir da segunda metade da década de 40. As primeiras, que se estruturaram enquanto associações civis, reuniam os lavradores e se voltavam para seus problemas específicos com relação à terra; enquanto as segundas, entidades sindicais propriamente ditas, perseguiram a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, organizando os trabalhadores agrícolas (assalariados).

As primeiras Ligas foram fundadas pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, em quase todos os estados do País. No Nordeste, elas nasceram em Pernambuco, nos municípios de Escada, Goiana, Pau D'Alho, Ipubinga etc, e arredores de Recife. Com o recrudescimento da repressão, após o golpe de 1947, esse embrião de organização camponesa foi desarticulada e, só a partir de 1955 seria retomado, quando nasce, ainda sob influência comunista, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), no município de Vitória de Santo Antão, co

(1) Entrevista concedida por Álvaro Diniz, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba - FETAG-Pb, (1972 a 1987) a Regina Novaes em 1983. Sobre a criação do Sindicato de Alagoa Grande ver também depoimento de Severino Cassimiro Alves, in Anexo I.

nhecida também como Liga da Galiléia, registrada segundo o Código Civil pelo advogado Francisco Julião (do Partido Socialista Brasileiro). Em 1955; em seu congresso, as Ligas Camponesas se estruturaram como entidades estaduais⁽²⁾.

De outro lado, em 1956, registraram-se 49 sindicatos de trabalhadores rurais no país, cuja fundação havia também resultado da ação política do PCB e se amparava juridicamente no decreto 7.038/44. No Nordeste, os primeiros sindicatos surgiram em Pernambuco (Catende, Pau D'Alho, Jaboatão, Palmares, Rio Formoso, Barreiros e Sirinhaem) e na Bahia em Ilhéus. (SIGAUD, 1979 a:3).

A maioria absoluta dos sindicatos não eram reconhecidos pelo governo. Segundo Azevedo (1982: 55) o primeiro sindicato rural reconhecido foi o de Campos, Estado do Rio, em 1933, seguido do sindicato dos trabalhadores da Usina de Barreiros em 1954 (não está explícita sua localização) e de mais dois em São Paulo e um na Bahia. O único dos sindicatos pernambucanos reconhecido em 1956 era o de Sirinhaem (SIGAUD, 1979:3). Finalmente Aued, baseada em Soares, afirma que, até o início dos anos 60, havia apenas dois sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos no Nordeste - o de Barreiros (não explicita sua localização) e Ilhéus (Bahia)⁽³⁾.

As articulações estaduais, regionais e nacionais entre as diferentes formas de representação dos trabalhadores do cam

(2) Sobre as Ligas Camponesas ver Fernando Azevedo (1982) e Francisco Julião: Que são as Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; Cambão; La Cara Oculta del Brasil, México, Siglo Veintiuno Editores, DF, 1968; Brasil Antes y Después, México Editorial Nuestro Tiempo, DF, 1968. E especificamente sobre as Ligas Camponesas na Paraíba ver Bernadeth W. Aued (1981) e Cesar Benevides (1985).

(3) SOARES, José Arlindo. Nacionalismo e Crise Social: O Caso da Frente do Recife (1955-1964), Recife, UFPe, 1980. Tese do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da UFPe, p. 829, citado por Bernadeth Aued (1981:24).

po resultaram, em 1954, na criação da ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (sob influência do PCB) - "órgão cujos objetivos principais eram congregar as associações de trabalhadores já existentes, organizar novas associações ou sindicatos, promover a unidade entre eles e dar assistência jurídica". Sua ação de veria basear-se na **Carta de Direitos e Reivindicações** aprovada no mesmo encontro, na qual os trabalhadores exigiam direitos civis, reforma agrária, previdência e seguro social, além de reivindicações específicas dos trabalhadores da lavoura canavieira, de assalariados agrícolas, de trabalhadores das fazendas de café, de lavradores da zona sul da Bahia, de arrendatários, parceiros e meeiros, de posseiros, da juventude rural e das mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas. (4)

Um balanço das organizações camponesas realizado em 1959, durante a I Conferência Nacional da ULTAB, em São Paulo, registrou por um lado, 122 organizações independentes, ou seja, não subordinadas à Confederação Rural Brasileira (entidade patronal dos grandes proprietários rurais). Havia nove associações de caráter estadual. Essas associações e "sindicatos livres" representavam cerca de trinta e cinco mil trabalhadores. (SIGAUD, 1979 a:4).

Dentre aquelas organizações camponesas sobrepunham-se as Ligas Camponesas que se tornavam um fenômeno nacional: em Pernambuco contavam 25 núcleos em 1959, acrescidos em dois anos para o mínimo 40 sedes municipais com cerca de 10.000 associados, sendo as mais fortes na Zona da Mata (área de cana-de-açúcar) e no Agreste. Estendiam-se a outros estados nordestinos como Alagoas, Maranhão e, especialmente, à Paraíba bem como a

(4) SIGAUD (1979 a:2). Segundo a autora entre 1953 e 1964 foram feitos cerca de 27 congressos, encontros e conferências dos quais comenta em seu texto os mais significativos.

outras regiões, sendo particularmente fortes no Paraná, Estado do Rio e Goiás (SIGAUD, 1979 a:3) e (AZEVEDO, 1982:73). Quanto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que buscavam reconhecimento oficial junto ao Ministério do Trabalho, seguindo mais especificamente a linha da ULTAB, registrava-se a existência de cinquenta, representando 30 mil trabalhadores (Sigaud, 1979a:4).

A mobilização geral dos trabalhadores rurais, no início dos anos 60, dirigida pelos diferentes tipos de organização, atingia, praticamente, todo o nordeste (PE, PB, AL, BA, CE, RN, MA), o Centro-Oeste (GO, MT), o Leste (MG, RJ, ES, SP) o Extremo-Sul (norte do PR, RS) e até o Norte do País (PA), onde acirravam-se os conflitos entre proprietários rurais, camponeses e assalariados agrícolas. Tal mobilização culminaria, em novembro de 1961, com a realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte. Nesse momento em que o país vivia um clima de grande agitação política, quando intensificava-se o movimento de massas tanto na cidade quanto no campo, as duas formas de organização de massa - Ligas e ULTAB (Sindicatos) - representavam as duas principais vertentes do movimento social agrário chegaram ao auge do seu processo de definição político-ideológica. Além delas, novas forças se estruturavam como o MASTER - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, no Rio Grande do Sul, sob a orientação de líderes rurais ligados a Leonel Brizola (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB).

O governo populista de João Goulart, impressionado com a extensão e radicalização do movimento camponês, cuja expressão maior eram as Ligas (que saíram fortalecidas do Congresso de Belo Horizonte), deflagrou, logo após esse evento, uma campanha maciça de sindicalização rural como meio de afastar os

camponeses de uma política contestadora, incluí-los nos marcos ideológicos da doutrina corporativista e submetê-los à estrutura orgânica que os atrela ao Ministério do Trabalho, para que despojados assim de sua independência política ficassem sob a tutela do Estado. (5)

É importante ressaltar que antes do Estado acenar com a possibilidade de sindicalização em 1944, já se registravam no campo formas de organizações autônomas. No início do século, floresceram nas "plântation" cafeeiras de São Paulo algumas colônias de influência anarquista. Mas foram os comunistas que, a partir do final da década de 1920, tentaram organizar os trabalhadores do campo, em função de uma estratégia política baseada numa concepção a cerca da formação econômica e social brasileira que privilegiava a tática de construção da aliança operário-camponês, materializada em 1927, no BOC - Bloco Operário-Camponês - organicamente vinculado ao partido.

Um dos primeiros esforços concretos dos comunistas na organização de uma Liga Camponesa ocorreu por volta de 1928, em São Paulo, nas grandes fazendas de café de Sertãozinho e Ribeirão Preto. Até o final da primeira república, a mobilização no campo restringia-se, basicamente, em torno dos conflitos que envolviam os colonos desse setor fundamental da economia. O PCB, apesar da clareza de que a questão do campesinato se constituía na "pedra de toque" do movimento comunista interna-

(5) Em 1944 Vargas, em pleno Estado Novo autorizara a sindicalização rural através do decreto 7.038. Dez anos depois ele propôs, ao seu governo constitucional, um plano de sindicalização ao qual se opôs com sucesso a Confederação Rural Brasileira. Em 1955, J. K. sancionou a lei nº 2.613 de 23 de setembro criando uma Federação Autárquica subordinada ao Ministério da Agricultura denominada Serviço Social Rural com o fim, entre outras coisas, de "incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais. A iniciativa do presidente João Coulart não foi, portanto, a primeira, mas foi a mais eficaz no sentido de promover a sindicalização rural em massa o que se deveu a um conjunto de fatores que analisamos adiante.

nacional, admitia, porém, o desconhecimento da complexidade da realidade agrária brasileira e das dificuldades da intervenção do partido junto às massas rurais, sobretudo junto aos pequenos produtores nordestinos. (6)

A revolução de 30 significou o controle do movimento operário e sindical e sua absorção pelo aparelho do Estado, através da coerção, repressão e manipulação ideológica, o que teve, no movimento grevista, o foco de resistência. Em 1935, junto com as lutas sindicais, crescia a mobilização em torno da Aliança Nacional Libertadora - frente popular anti-imperialista dirigida pelo PCB que se transformou num amplo movimento de massas. Logo após o primeiro comício da ALN, o governo decretou a Lei de Segurança Nacional desencadeando a violência que se abateu de maneira implacável sobre a classe operária.

Somente com a queda da ditadura varguista em 1946, vão ressurgir as mobilizações camponesas, e, no seu bojo, a organização das primeiras Ligas na Zona da Mata de Pernambuco, ainda sob a direção do recém-legalizado Partido Comunista, que necessitava ampliar suas bases político-eleitorais até o campo, para se constituir enquanto partido de massas vinculado organicamente aos movimentos sociais e retomar o projeto de construção da aliança operário-camponesa.

As Ligas eram, por excelência, os instrumentos de organização e mobilização das massas rurais pelo Partido Comunista e atuavam, de início, principalmente com assalariados das grandes propriedades rurais, mas também, com o campesinato. Sua existência refletiu as condições de submissão e expropriação

(6) Sobre as formas de organização camponesa antes de 30 ver Kazuni Munakata (1981:9-61) e Ricardo C. Antunes (1979:48-57) e sobre a tática do PCB e sua relação com as Ligas: Bernadeth Aued (1981), Fernando Azevedo (1982) e Marco A. Nogueira (1980).

em que viviam os moradores, foreiros, parceiros e posseiros de engenhos e fazendas que sofriam as mais diversas arbitrariedades por parte dos proprietários de terra como: o aumento extor^usivo do foro; os contratos de parceria aviltantes (meia, terça e quarta); o trabalho de condição; o cambão; as ameaças de des^upejos; o vale barracão; o engano do lápis; o pulo da vara etc.

Dada a inexistência de uma legislação específica que regulamentasse as diferentes relações de trabalho no campo, es^utavam os trabalhadores rurais à margem dos direitos mais elementares. Os contratos de arrendamento ou parceria ou aqueles que envolviam as chamadas relações de morada, além dos contratos de trabalho entre patrões e assalariados rurais eram negociados informalmente com os proprietários e rompidos por eles quando assim o desejassem. E, de modo geral, os trabalhadores do campo não eram amparados pela previdência social.

Os assalariados rurais não contavam com uma legislação trabalhista específica que lhes desse cobertura em seus enfre^utamentos com os grandes proprietários, já que seus litígios e conflitos eram regidos, teoricamente, pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, impraticável no campo. (7) No aspecto pu^uramente organizativo, apesar da lei de sindicalização rural (7.038/44, contida na CLT), a pressão patronal impedia, na prá^utica, a associação dos assalariados aos sindicatos.

No entanto, brechas existentes no próprio Código do Di^ureito Civil permitia a organização autônoma do campesinato nu^uma sociedade agrícola para defender seus interesses imediatos. Dentro do espírito liberal burguês, o Código Civil regula a re^u

(7) A configuração nitidamente urbana da CLT não respondia à complexidade e especificidade das relações trabalhistas rurais e, por outro lado, sua efetividade dependia da multiplicação de Juntas de Conciliação e Julgamento nas cidades do interior etc.

lação entre os contratos comerciais e a propriedade, portanto, com base nesta legislação, o arrendatário e o parceiro mantinham, do ponto de vista jurídico, uma relação comercial com o proprietário da terra e tinham a possibilidade de apelar aos tribunais para permanecer no seu sítio ou roçado ou para receber a indenização das benfeitorias.

Ao morador, na medida em que tinha acesso à terra, estendia-se esse direito ao recurso jurídico, embora numa situação muito particular, pois, a rigor, era um assalariado contratado pelo engenho ou fazenda; o posseiro encontrou respaldo para defender sua posse no mesmo regulamento civil.

Aproveitando-se desta brecha institucional, as Ligas articularam os interesses dos pequenos produtores de várias categorias: "O latifundiário, a princípio, apela para as forças visando derrotar o inimigo que se organiza. Comete violências, faz ameaça de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o casebre miserável, decreta o despejo sumário do camponês... É então que se inicia a batalha judiciária. Aí o advogado da Liga desempenha relevante papel. A ação proposta pelo camponês é, em regra, a de indenização por benfeitorias. Quem mais se interessa pela demanda é o próprio camponês. Ele quer ficar na terra ou obter o pagamento de suas benfeitorias. Às audiências, já não comparece só. Leva outros companheiros. O camponês sabe que pode perder a causa ou ter uma vitória inexpressiva, mas contenta-se em arrastar ao pretório o senhor da terra. É a sua vingança" (8).

Apesar de constituídas e registradas como associações civis, contornando a rigidez institucional e o burocratismo já existentes nos sindicatos urbanos e as restrições ao sindicalismo rural na década de 40, a maior parte das Ligas, seguin-

(8) JULIÃO. Que são as Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962:49, in AZEVEDO (1982:82).

do a orientação do PCB, tendiam a transformarem-se em sindicatos, o que também esbarrava sempre na resistência dos grandes proprietários e negativas do Ministério do Trabalho.

Tais limitações de ordem trabalhista, sindical e política do assalariado rural levaram as Ligas, no decorrer do seu processo de estruturação, especialmente a parte da segunda metade da década de 50, a dar prioridade absoluta à organização do campesinato ao contrário do que defendia o PCB. A Liga da Galiléia se notabilizaria pela maneira como conseguiu articular os instrumentos jurídicos e políticos no processo de resistência à expulsão dos camponeses (mediante ações de despejos) que, posteriormente, se desdobraria na desapropriação do engenho por interesse social e na luta contra o plano de colonização do governo estadual que condicionava todo o aproveitamento da terra.

A vitória da Galiléia veio, de um lado, demonstrar o acerto da opção das Ligas em desenvolver sua ação política mais diretamente com os pequenos produtores, como disse Julião: "Logo cedo eu me convenci de que o caminho para a libertação do campesinato deve ser aberto pelos arrendatários e pelo colono, os únicos que têm condições de lutar pela fixação à terra. Por isso, ao invés de cuidar da sindicalização rural que não existe, praticamente, ainda, no Brasil, entendo que se devam criar associações de foreiros e colonos com a configuração das Ligas Camponesas de Pernambuco". O advogado das Ligas justificava tal opção tática por dois motivos: "o camponês, ao ter acesso ou posse de um pedaço de terra, tem melhores condições para sobreviver e resistir (através da sua cultura de subsistência, cujo excedente vende nas feiras próximas) enquanto enfrenta o grande proprietário no tribunal. Por outro lado, no momento em que se reúne para lutar contra o preço de locação da terra, ou pela permanência nele, fere, de pronto, o cerne da ques -

tão, que é a propriedade privada. A luta, de imediato, passa do campo jurídico para o político" (9).

Em fevereiro de 1961, na Carta de Alforria do Camponês, as Ligas definiram e demarcaram o espaço de intervenção do camponato e do assalariado rural, indicando para esta última categoria, o caminho da sindicalização. Como se sabe, as Ligas eram mais fortes na Zona Canavieira onde se localizava o núcleo das contradições da questão agrária em Pernambuco e no Nordeste. Os programas governamentais de modernização da agroindústria açucareira, depois da II Guerra Mundial, implicaram na desarticulação das relações de moradia, parceria e arrendamento, e desencadeou intenso processo de expropriação da terra do produtor direto. O fato de ser a Mata Norte, e não a Sul, a área por excelência de expansão das Ligas na década de 50 é uma prova de que ela era inicialmente um instrumento mais eficaz para os camponeses no sentido restrito. (10)

Mas, a partir da expropriação do Engenho Galiléia, em 1959, as Ligas se tornariam um movimento mais amplo, estendendo sua influência não só ao resto do estado de Pernambuco como ao país inteiro, principalmente à Paraíba. Neste Estado, desde o início da década de 50, já tinha havido tentativas de organização de Ligas no município de Sapé, mas não resistiram muito tempo. Entretanto, nesse novo momento, representado pela vitória do Engenho Galiléia, as Ligas não só se consolidaram na cidade de Sapé como se espalharam por outros municípios: Alhandra, Mamanguape, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Fazenda Miriri, Pedras de Fogo no Litoral paraibano; Alagoinhas, Bana-

(9) JULIÃO, op. cit. In Azevedo (1982:83 e 84)

(10) Sobre a diferença entre a produção canavieira na Mata Norte e na Sul de Pernambuco, ver Ligia Sigaud (1979b:11, 16 e 30). Uma descrição das condições naturais e diversificação regionais da Zona da Mata nos estados nordestinos, ver Manuel C. Andrade (1963:11 a 21).

neiras, Guarabira, Cuitegi, Alagoa Grande no Brejo; Mari, Mulungu, Itapororoca, Itabaiana na faixa de transição agrestina que se estende entre duas áreas úmidas além de Campina Grande etc.

Nas várzeas litorânes e no brejo alto, onde se desenvolvia a cana-de-açúcar, era forte a presença de moradores, rendeiros e foreiros; por conseguinte floresciam as Ligas. Mas também atraíam os pequenos produtores dos tabuleiros costeiros e do agreste, onde predominava o algodão e a pecuária com relações de parceria, além das culturas alimentares dos posseiros e pequenos proprietários.

Embora em Pernambuco as Ligas estivessem em nível de politização mais avançado, na medida em que, a partir da vitória do Engenho Galiléia, se lutava pela desapropriação de outras áreas, isto é, pela concretização da reforma agrária, no caso da Paraíba, as reivindicações, nos primeiros momentos, correspondiam ao estágio inicial de organização do campesinato, ou seja, a luta restringia-se à extinção do cambão, do barracão, da condição e contra o aumento extorsivo do foro, incorporando só mais adiante a luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo.

Porém, com a intensidade em que ocorriam o processo de destruição dos sítios e roçados de subsistência e as tentativas de expulsão dos moradores (como consequência da reorganização agrícola e novas formas de exploração do trabalho), os camponeses passaram a incorporar outros meios de defesa para permanecerem na terra. ⁽¹¹⁾ Quando isso não era mais possível, reivindicavam a indenização de benfeitorias, multiplicando-se os

(11) Sobre os programas governamentais de incentivo à modernização da agroindústria canavieira do pós-II Guerra até meados dos anos 60 ver Tamás Szmezsanyi (1979:201 a 276) e sobre as repercussões desse processo de modernização sobre as relações de produção dos pequenos produtores da Zona Canavieira ver: Lygia Sigaud (1976b), Nazare Wanderley (1978: 85 a 96) e Manuel Correia de Andrade (1963:93 a 114).

processos na justiça contra proprietários, sendo que o patronato, perdendo a batalha judicial, acirrava o confronto direto que se configurava muitas vezes em graves conflitos com os camponeses. Nesse estágio, a questão da terra passou a se constituir, também nesse estado, em móvel central da luta.

Consta que no "início da década de 50, corria no cartório da comarca de Sapê (que envolvia os municípios de Sapê e Mari) cerca de 30 a 50 ações em torno de pendengas entre proprietários e camponeses, sendo que os tipos de processos mais frequentes eram: despejos, reintegração e manutenção de posse, interdito proibitório (movidos pelos proprietários) consignação e indenização (movidos pelos camponeses)" (12).

A origem das Ligas Camponesas resultaram, portanto, dessa combinação de fatores: o econômico-social que se expressava nas relações humilhantes de trabalho dos camponeses, a precariedade das suas condições de vida, e, especialmente, sua resistência coletiva ao despejo e à sua transformação em assalariados; o político, no qual a conjuntura populista (mesmo com todas as suas limitações) criou espaços para que os trabalhadores rurais pudessem se organizar e superar a exclusão política a que estavam submetidos; e o institucional, a possibilidade de encontrar na legislação burguesa um canal de expressão às necessidades e aspirações fundamentais, superando o período de resolução dos conflitos sociais unicamente pelo uso da força dos latifundiários e rompendo com a "paz agrária".

Ao contrário da imagem que a classe dominante difundia, as Ligas demonstraram - como vimos - desde o início, preocupação em se manterem dentro da legalidade para se constituírem como associação civil que procurava orientar sua ação dentro

(12) Esses dados constam do Relatório sobre a área de Sapê, de Mário Afonso Carneiro, Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1963, mimeo p. 81 - 2 citado por Bernardeth Aued (1981:53).

das possibilidades jurídicas com que acenava o Código Civil, o que contemplava os interesses imediatos das categorias dos trabalhadores rurais ligados à terra.

Porém, de outro lado, apesar do impacto causado pela desapropriação do Engenho Galiléia, o seu longo e penoso processo (1955-1961) levou as próprias lideranças à questionar por essa via a possibilidade de resolver a questão agrária em toda sua dimensão, como disse o próprio Julião: *"Não aconselho as desapropriações em todos os casos, dado que tal procedimento acarretaria despesas fora do alcance do erário de qualquer estado. Em Pernambuco, tenho desaconselhado colegas meus, da Assembléia, que entusiasmados com a vitória de Galiléia, desejam novas desapropriações"*. (13)

Nos termos do artigo 141 parágrafo 16, da Constituição Federal que condicionava a desapropriação a uma indenização prévia em dinheiro paga ao proprietário expropriado, era inviável a efetivação da reforma agrária. É por isso que o movimento camponês, através das Ligas, iria no começo da década de 60, se ampliar e radicalizar a luta pela terra em torno da reforma agrária radical, bandeira que sairia vitoriosa no congresso de Belo Horizonte. (14)

(13) Declarações de Francisco Julião ao "O Estado de São Paulo", 10.03.60 citado por Fernando Azevedo (1982: 73).

(14) A reforma agrária como bandeira que sintetizava a luta do conjunto dos camponeses amadureceu no bojo do processo de articulação das massas rurais: na II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na qual foi fundada a ULTAB, em 1954, iniciou-se uma campanha de coleta de 5 milhões de assinaturas em defesa da Reforma Agrária, cuja continuidade coube à recém-criada entidade nacional. Na 1ª Conferência Nacional da ULTAB, em 1959, este foi o principal tema das discussões. Naquele tempo, no Congresso Nacional, surgiam projetos de lei para alterar a estrutura fundiária. Concretamente os delegados reivindicavam uma R. A. que levasse em conta as particularidades regionais e a modificação do artigo 141 da Constituição Federal, que previa a indenização mediante pagamento prévio em dinheiro. Sobre esse ponto, a posição da Conferência era de que o pagamento correspondesse ao valor fiscal da propriedade. Ainda em relação às questões da terra, a Conferência pronunciou-se a favor da obrigatoriedade de concessão de terra para aforamento, do loteamento das terras estaduais e municipais, do direito de posse da terra em terrenos até 25 ha e da regulamentação jurídica dos contratos agrícolas. Contou também como reivindicação da reunião um estatuto que assegurasse proteção jurídica ao trabalhador. (Sigaud, 1979 a:5). Em 1961 a R. A. era a questão mais candente das discussões no Congresso Nacional, universidade, movimento operário, grandes cidades etc.

Apesar do caráter legal do movimento, as Ligas não excluíam, ao contrário, utilizavam a mobilização dos camponeses como principal instrumento de pressão. Com isso, além de representarem o principal instrumento de mobilização e organização das massas rurais, simbolizavam, sobretudo, a concretização da luta pela reforma agrária, redirecionando o combate contra a exploração, conduzindo-o diretamente para a luta pela terra. "Entre 1960-62 as Ligas e o movimento camponês são indissociáveis e apareciam de forma integrada e sob um único comando. Já tinham acumulado força suficiente para organizar e arregimentar o campesinato, não só em função de suas lutas específicas, mas também para manifestações de caráter político, até mesmo partidário e eleitoral. Na medida em que suas delegacias se tornaram fortes, redefiniu-se, taticamente, para resistência às ações de despejo mesmo sem cobertura judicial e invasão de engenhos e fazendas". (AZEVEDO, 1982:98).

Mas as Ligas, ao se contraporem ao caráter anti-social do monopólio da terra, à medida em que forjavam forte organização de base no campo e pregavam a reforma agrária "na lei ou na marra", despertaram o ódio da classe patronal que lhes fez oposição implacável. A violência dos grandes proprietários, deflagrada contra os camponeses com a conivência e colaboração direta dos governos estaduais, culminou com o assassinato de várias lideranças das Ligas como João Pedro Teixeira (1962), Nego Fuba e Pedro Fazendeiro (1963) na Paraíba. Na chamada chacina de Mari (1963) foram mortos não só camponeses como também um proprietário, administrador de usina, policiais e outros, sendo um marco histórico na luta dos camponeses, essa resposta a ofensiva dos patrões. (15).

(15) Sobre a escalada de violência no NE e lideranças executadas, ver Azevedo (1982: 108); na Paraíba os proprietários rurais representados legalmente pela APREP - Associação dos Proprietários do Estado da Paraíba, possuíam "seu braço" armado, clandestino, conhecido como "sindicato da morte" cujos dirigentes eram representantes da ala mais conservadora da burguesia agroindustrial reunidos no chamado "Grupo de Várzea" - ver Aued (1981 : 41-48) e Benevides (1985: 27 a 31, 89 a 119).

A exacerbação da violência no confronto das forças an tagônicas dominantes e dominadas caracterizou a ruptura com a estrutura de dominação direta que dispensava o papel mediador do Estado populista, amortecedor dos conflitos sociais como a contecia no centro sul, assumindo, como citou Azevedo, "os con tornos de uma luta de classe em seu sentido clássico".

Diversamente das Ligas, os sindicatos coordenados pela ULTAB, adotavam a tática de evitar o confronto e lutar por con quistas parciais para o proletariado rural. Os poucos sindicatos não tinham ainda penetração na massa trabalhadora e apenas estavam começando a se organizar (inclusive por intermédio das Ligas que atuavam na Zona da Mata), o que se dava simultanea - mente com a luta pelo seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho. Essa definição tática do movimento sindical rural, fundamentalmente distinta e até oposta a que chegaram as Ligas no início dos anos 60, se deve à forma como o PCB via a questão sindical, cujas normas de atuação, como dissemos, eram transpos tas, mecanicamente, do meio urbano para o campo.

Se a sua concepção geral a cerca da organização sindi cal era democrática, a sua política concreta, face à estrutura sindical que se consolidava, foi se alterando em função das a lianças conjunturais, o que não seria sem consequências para o movimento camponês como veremos adiante. Destacamos quatro fa ses em que se acentua tal alteração:

- . De 1931 (do decreto 19.770 que regula a sindicaliza - ção) até 1947 (período varguista);
- . 1947 a 1950 (endurecimento do governo Dutra);
- . 1950-1962 (formação do Comando Geral dos Trabalhado res - CGT);
- . 1962-1964 (golpe militar).

A primeira fase (1931-1947) se caracteriza pela resistência de todo movimento operário ao controle ministerial dos sindicatos. Os comunistas se empenharam na construção de canais de articulação horizontal, as chamadas organizações paralelas: CGTB - Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (1929-1934), FUS - Frente Única Sindical (1934), Central Sindical Única Brasileira (1935). A partir daí, só foram possíveis novas rearticulações com o fim do Estado Novo em 1945, quando então se criaram o MUT - Movimento Unitário dos Trabalhadores (1945), a CGT - Central Geral dos Trabalhadores (1946) etc.

Essa tática do PCB, de criação de entidades paralelas, era complementada pela ocupação dos espaços dentro dos sindicatos oficiais no sentido de "romper" a estrutura sindical, por dentro, sem contudo se desligar do Ministério do Trabalho.

Na segunda fase (1945-1950), com a decretação da ilegalidade do Partido Comunista e da CGT, bem como a cassação dos comunistas dos sindicatos oficiais, o PCB mudou a sua orientação, sustentando a crítica mais radical ao modelo corporativista e a sua base de sustentação - o imposto sindical - adotando por sua vez uma política de organização de sindicatos paralelos.

Na terceira fase (1950-1962), o PCB, ainda na ilegalidade, retomou a sua tática dual de participação no sindicalismo legal e na formação de pactos intersindicadis: PUI - Pacto de Unidade Intersindical (1953) e PUA - Pacto de Unidade e Ação (1960) que deram origem à Central Geral - CGT. É importante ressaltar que, a partir da segunda metade da década de 50, o PCB deixou de lado as restrições anteriores que faziam ao sindicalismo de Estado e passou a adotar uma prática de adesão à estrutura sindical, não resistência ao Ministério do Trabalho

e de silêncio quanto ao imposto sindical, o que levaria a uma dependência do movimento operário em relação ao Estado nos últimos anos do período populista; passou a ser considerado como normal e aceita como funcional, a convivência entre o corporativismo fascista e a democracia representativa. (16)

Na última fase (1962-1964) que é de vigência do CGT - Comando Geral dos Trabalhadores, o PCB já controlava boa parte dos sindicatos reconhecidos, os vários órgãos de cúpula sindical, além das organizações paralelas. A participação plena do sindicalismo oficial era justificada por ser a própria estrutura corporativista considerada como instrumento institucional adequado, na medida em que era um canal de ligação com o Estado para o qual dirigia suas reivindicações. Essa tática, como consequência, não se orientava para a organização de base nos locais de trabalho nem para a pressão direta sobre os empresários.

Com essa visão de que a organização autônoma dos trabalhadores não implicava, necessariamente, o rompimento com a estrutura sindical oficial, e de que sua participação na política nacional deveria se dar dentro de um jogo de alianças com os governos populistas, o PCB começou a enfrentar divergências no seio das Ligas pelos chamados "Julianistas", e no seu próprio interior pelo grupo "antipartido" que se aproximava da visão tática daqueles, o que se aprofundaria, resultando em "rachas" que originaram outros partidos de esquerda na década de 60.

Antes de nos determos na análise do histórico Congresso de Belo Horizonte, que seria o momento crucial daquelas di

(16) Uma análise das mudanças táticas do PCB e suas repercussões no movimento operário (sindical) no período 1945/64 é feita por Francisco Weffort.

divergências, recordemos como estava estruturada, no campo, uma outra força que ganharia expressão junto ao movimento social agrário depois de 1962.

A Arquidiocese de Natal, sob a direção de D. Eugênio Sales, através do SAR - Serviço de Assistência Rural (organização beneficente), foi pioneira na tarefa de organização do camponato. No início da década de 60, foi deflagrada a luta de sindicalização do Estado do Rio Grande do Norte, cujo "slogan" fazia crer aos camponeses que a luta pela reforma agrária passava por sua organização em sindicatos. Sob a "direção de Julieta Calazans foram fundados, até 1963, quarenta e oito sindicatos com 48 mil membros". (FUCHTNER; 1980: 136).

Já em 1961, a CNBB, através da declaração sobre a **Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro**, conclamava todo o clero a ampliar a experiência de sindicalização rural iniciada no Nordeste para os demais estados brasileiros. Essa diretriz da CNBB motivou a criação do SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (1961) ligado à Arquidiocese de Recife e Olinda; o SORAL - Serviço de Orientação Rural de Alagoas (1962); a Equipe de Sindicalização da Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina e Piauí (1961); a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba (1962) etc.

O SORPE, que teve à frente o padre Paulo Crespo, desempenhou papel muito ativo no processo de sindicalização rural e na criação de cooperativas, não só em Pernambuco como também na Paraíba, conforme veremos adiante. Sua concepção com relação às Ligas Camponesas era a seguinte: "*Diante da impotência de resolver seus problemas imediatos, dentro da lei, as Ligas e seus dirigentes desesperaram... em sua maioria se tornaram propulsores da revolução... Pior ainda, grupos estrangeiros se interessaram e aos poucos as Ligas se torna-*

ram propulsoras de uma revolução importada, estrangeira, cubana, com graves repercussões na vida nacional e internacional".⁽¹⁷⁾ Segundo Nazaré Wanderley, a solução estaria, para o padre Paulo Crespo, no desenvolvimento de um sindicalismo que deveria se definir entre as alternativas que ele entrevia para um futuro próximo: "(O sindicato rural) poderá cair nas mãos dos comunistas e conseqüentemente será a derrocada da democracia; - se esfacelará pela influência indêbita de grupos governamentais políticos ou neo-capitalistas e ainda aqui, sendo como é a última esperança da libertação do homem do campo, o fracasso gerará o desespero, este a anarquia e temos ainda o comunismo; - se firmará cada vez mais dentro dos princípios democráticos e cristãos pela defesa intransigente, porém programada em todas as suas etapas, dos direitos sagrados da pessoa humana, criando novas estruturas, pela pressão de um povo organizado, consciente e politizado"⁽¹⁸⁾.

Chegamos ao momento decisivo nos rumos das organizações rurais com a realização do mencionado Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em novembro de 1961, em Belo Horizonte, onde a proposta das Ligas de que a luta deveria centrar-se na reforma agrária, bem como a definição do seu caráter radical foi proclamada a bandeira de todo o movimento camponês.

Ao mesmo tempo que significou a expressão máxima da articulação e da força dos trabalhadores do campo, o Congresso de Belo Horizonte assinalou, paradoxalmente, a cisão do movimento, da qual se aproveitou o Governo Federal, reforçando diretamente uma das tendências, a da ULTAB, que perdera força no evento como órgão de direção política.

(17) Paulo Crespo, O problema camponês no nordeste brasileiro, síntese política, econômica e social, 1963 citado por Nazaré Wanderley (1963: 91).

(18) Ibid, 92.

A Declaração de Belo Horizonte ⁽¹⁹⁾ exigia a transformação radical da estrutura agrária e a substituição do latifúndio pela propriedade camponesa, o máximo acesso à terra à base de venda, usufruto, aluguel e distribuição gratuita das áreas devolutas, e a elaboração de um estatuto que assegurasse proteção jurídica aos trabalhadores etc. Segundo Ligia Sigaud "nesse sentido é que se pode entender porque uma série de reivindicações levadas pelos comunistas, como a regulamentação da parceria e arrendamento, tenham ficado de fora da declaração embora constassem do temário do congresso organizado pela ULTAB. Os delegados das Ligas teriam argumentado que esse tipo de reivindicação na declaração significava aceitar a estrutura agrária e que aquele era um momento de um pronunciamento único e firme em torno da reforma agrária, não uma reforma qualquer, mas uma transformação radical", tais reivindicações parciais enfraqueciam a luta principal (1979 a:9).

Embora minoritários, os delegados das Ligas derrotaram as propostas elaboradas pelo PCB e levaram o movimento camponês a uma compreensão mais radical da solução da Questão Agrária Brasileira. A ULTAB, vendo suas teses (a respeito do arrendamento rural, da política salarial e da previdência social) derrotadas, entrou de imediato na corrida pela sindicalização rural. "A partir desse momento, a ruptura entre as Ligas e o PCB torna-se definitiva, quebrando a unidade de ação tática do movimento social agrário, e seria expressa pela ação paralela, com orientações divergentes no campo da esquerda, entre os sindicatos rurais que surgiram em fins de 1962, controlados pelos comunistas, e as Ligas, que atuam em faixa própria, embora passem a disputar o controle dos sindicatos, com os comunistas e a Igreja". (AZEVEDO, 1982: 90).

(19) A Declaração de Belo Horizonte (Anexo II) foi retirada da obra de Gileno de Carli (1985: 174 - 178).

Logo após o histórico Congresso camponês e sua contrapartida do ponto de vista patronal, realizado em janeiro de 1962 no Rio de Janeiro, João Goulart promulgou uma série de medidas que aceleraram o reconhecimento oficial dos sindicatos existentes e estimularam a fundação de outros. Em 25.06.62 foi assinada, pelo ministro André Franco Montoro, a Portaria 209 A, atinente à organização e reconhecimento das entidades sindicais rurais. Através da Lei Delegada nº 11, de 11.10.62, foi criada a SUPRA - Superintendência da Política Agrária - que tinha, entre outros objetivos, o de promover a organização de associações e sindicatos de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas. Em novembro do mesmo ano, foram baixadas as Portarias nºs 335 A, referente à organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais, bem como a de nº 336 A, instruindo sobre as eleições para os cargos de administração e representação dos sindicatos rurais. Com a Lei 4.214 de 02.03.63 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural - ETR que regulamentou a sindicalização rural e as relações de trabalho no campo.

E, finalmente, ao término do primeiro semestre de 63, surgiu a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, nascida de um convênio entre a SUPRA e o Ministério do Trabalho. Duas metas básicas centralizavam o trabalho da comissão: fundação de sindicatos e realização do plano integrado em áreas específicas. A primeira traduzia-se no propósito de estimular a fundação de 1700 sindicatos de camponeses no prazo de um ano. A segunda seria realizada através de levantamentos das relações de trabalho, identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical e outros investimentos sociais que atendessem às reivindicações das populações camponesas, sobretudo às do âmbi

to do direito civil e do direito do trabalho⁽²⁰⁾.

Numa análise mais detida desses dispositivos legais, transparece, claramente, o empenho do Estado, quando em apenas dois anos lançou e aperfeiçoou uma proposta de oficialização não apenas para os sindicatos de assalariados, respondendo praticamente aos esforços empreendidos nesse sentido pela ULTAB, como também para as associações camponesas, investindo diretamente na organização dos pequenos produtores, base social, por excelência, das Ligas. Nesse período foi, portanto, elaborada uma resposta legal às reivindicações das diversas categorias de trabalhadores do campo antes regidas separadamente - como vimos - pelo Código Civil e pela CLT. Isso possibilitava a superação dos obstáculos institucionais para reunir numa única entidade - o sindicato - a representação do conjunto dos trabalhadores rurais, facilitando o controle social do movimento camponês.

As cartas sindicais liberadas pelo Ministério do Trabalho seriam concedidas prioritariamente ao PCB e aos setores da Igreja que atuavam na área rural com orientação ideológica diferente, mas ambos no sentido de deslocar as lideranças das Ligas, isolando-as politicamente. Tal mudança na direção do movimento social agrário se refletiria nas bandeiras de luta. Embora a reforma agrária fosse mantida enquanto horizonte estratégico, taticamente se evitaria o acirramento dos conflitos em torno da posse da terra, apontando-se para os pequenos produtores a necessidade imediata de conquistarem a regulamentação dos seus contratos de arrendamento e parceria, e para os pequenos

(20) Sobre essa legislação e o processo de sindicalização no Rio Grande do Norte, ver: Maria Julieta Costa Calazans, Os Trabalhadores Rurais e a Sindicalização - Uma prática - Texto mimeografado.

proprietários a necessidade de conseguirem crédito e assistência técnica via cooperativismo. Ganham força as reivindicações de caráter trabalhista e sindical (aumento de salários, pagamento do 13º salário, férias remuneradas etc), principalmente em Pernambuco, onde na conjuntura dos governos estaduais de Cid Sampaio (1959) e, especialmente, de Miguel Arraes (1963), foi criada uma assessoria sindical junto a uma secretaria estadual que possibilitou a fundação de sindicatos nos principais municípios da Zona da Mata e do Agreste, abrindo espaço para as mobilizações populares que, no caso dos trabalhadores da cana, desembocaram no primeiro Dissídio Coletivo dos STR's canavieiros de Pernambuco, em 1963, e na elaboração do Acordo de Campo.

Diante das novas condições que imprimiram aos sindicatos, o papel exclusivo de representação dos interesses dos trabalhadores do campo com respaldo e apoio oficial e, diante dos competidores implacáveis, as Ligas recomendaram, aos seus associados e suas delegacias locais, disputarem, onde pudessem e tivessem base de apoio eleitoral, a direção dos sindicatos. "*Nós dizemos e redizemos: quem faz parte da Liga entre no sindicato e quem entrar no sindicato permaneça na Liga... O sindicato pedirá aumento de salários, 13º mês, as férias, a aposentadoria, as indenizações, a escola, o hospital, as maternidades, uma casa decente... A Liga, que não depende do Ministério do Trabalho, irá na frente, abrindo caminho e lembrando a todos que nem salário, nem o 13º mês são suficientes; são migalhas. O essencial é a terra*" (21).

A estratégia levada a efeito de 1961 a 1964, pelo governo Goulart e pelas forças empenhadas na sindicalização - PCB e

(21) JULIÃO, Francisco. *Cambão (le joug); La face cachée du Brésil*. Paris, Maspéro, 1968. Citado por WANDERLEY (1978: 94).

Igreja - (desde setores progressista ligados à Ação Popular até conservadores), de forjar a "unidade do movimento camponês" a partir da fusão de todas as diferenças entre as categorias, era essencialmente diversa do processo anteriormente vivido (nas décadas de 40 e 50), quando as articulações estaduais, regionais e nacionais se davam dentro do princípio de "unidade da diversidade" das formas de organização camponesa, como transparece da própria denominação dos seus encontros, conferências e congressos de lavradores e trabalhadores agrícolas.

Tal ruptura com a história da organização e mobilização das massas rurais teria como ponto de partida a exclusão das Ligas das articulações e eventos no período posterior ao Congresso de Belo Horizonte (como ocorreu na primeira Convenção Nacional de Sindicatos Rurais - julho/63 em Natal) e se consumaria na negação das outras associações livres, não oficializadas e na eleição dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais estruturados segundo modelo corporativo e reconhecido pelo Ministério do Trabalho como representante único dos trabalhadores, o que se repetia a nível estadual com as Federações, e a nível Nacional com a CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, conforme estava previsto no ETR.

A CONTAG foi instituída como representante, não apenas legal, mas também legítima, dos interesses do conjunto dos trabalhadores, descaracterizando por completo a "herança" das lutas passadas e do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que se caracterizou pela "*comunicação mútua entre as singularidades*" (22). Nesse evento, que representou o auge

(22) Não temos a mesma interpretação de José dos Santos Filho Reis (1986:467, 470) quando a firma que o Congresso foi também um espaço público de reconhecimento, um momento político de instituição do genérico, que ele chama de totalidade camponesa (que se caracteriza pela generalidade da privação ao lado do sentimento de justiça, de ter direitos).. e que tal tradição estaria na raiz da criação do complexo CONTAG. Achamos que o autor abstraiu o doloroso processo interno ao movimento social agrário que se deu entre novembro de 61 e novembro de 63 e isso comprometeu toda sua análise.

do amadurecimento político e orgânico do movimento social agrário, a reforma agrária radical fora eleita como bandeira estratégica que unia todas as categorias de trabalhadores rurais, como a solução global que atenderia a todas as reivindicações específicas.

O redirecionamento que se deu na prática, da luta pela terra para a luta pela extensão da legislação trabalhista e previdenciária ao campo, significou que o conflito social se transferiu do âmbito do confronto direto entre o capital e o trabalho (e entendemos capital enquanto relação social, do confronto direto entre os capitalistas, a burguesia agroindustrial e os camponeses e trabalhadores do campo) para o aparelho de Estado, como reza a legislação fascista de Getúlio Vargas.

Atraindo grande contingente de trabalhadores através de reivindicações como aposentadoria, escamoteadores da necessidade de transformar a estrutura fundiária, essas forças juntas contribuíram para alterar, irreparavelmente, o caráter que tinham, tanto as associações camponesas, quanto os sindicatos livres, enquanto dirigentes da luta de classes no campo.

A aceitação por parte do PCB sobre a organização criada pelo Estado para o controle do movimento operário no início dos anos 60, era justificada pelo fato de que a estrutura sindical corporativista não devia ser considerada, em si mesma, como estrutura, e sim, como um instrumento institucional adequado que o partido controlava em boa parte.

No entanto, tal política sindical do PCB, a partir de meados da década de 50, e, especialmente no início dos anos 60, acabou se tornando "um dos fatores decisivos para que viesse a entrar em funcionamento efetivo uma estrutura sindical de inspiração fascista que durante o Estado Novo tivera vigência como pretexto legal para a repressão

do movimento... e um modelo ideológico (o corporativismo) negador e neutra lizador da luta de classes". (WEFFORT: 10).

A esquerda não conseguiu superar os seus conflitos internos que iam da questão agrária ao caráter da revolução brasileira. No entanto, a força majoritária - o PCB - conseguiu se aliar aos setores mais conservadores e resolver a profunda contradição de serem forças justamente comunista e anticomunista em defesa do sindicalismo de Estado.

Em todo seu engajamento no sentido de impulsionar a sindicalização e construir organizações oficiais de nível superior, as federações e a confederação, que, como se sabe, são organismos eminentemente burocráticos, com o intuito de isolar as Ligas e garantir sua hegemonia no movimento camponês, o PCB subestimou, talvez, a concorrência que lhe seria feita no franco direito pela nova força - A Igreja - aliado preferido do Estado.

Com o golpe militar de 64, os comunistas foram tanto quanto os dirigentes das Ligas e das demais organizações populares, os mais visados, sofrendo repressão implacável. Assim o processo de sindicalização não sofreu solução de continuidade, ao contrário, continuou a ser impulsionado, sob a orientação exclusiva da Igreja e do Estado os quais selaram uma "aliança" que iria se prolongar até um certo período da ditadura.

1.1 - Os Primeiros Passos do Sindicalismo Rural na Paraíba

Na Paraíba, o processo de sindicalização só foi possível graças à "aliança" selada entre o Estado e a Igreja, que constituíram, sem dúvida, as duas forças decisivas para a implantação do sindicalismo rural, e, consequentemente, para o esva

ziamento das Ligas Camponesas.

Neste Estado, diferentemente do que ocorreu no Rio Grande do Norte (onde o Serviço de Assistência Rural executou praticamente sozinho o processo de sindicalização), a criação dos primeiros sindicatos e da Federação contou com a participação dos mais diversos setores ligados à Igreja como a CNBB/Ne. 2, através do Serviço de Assistência Rural e do SORPE, a Arquidiocese de João Pessoa, a Diocese de Campina Grande e paróquias como a de Alagoa Grande, Solânea, Serraria, Itabaiana, Manguape e outras; da "Congregação Mariana", da Congregação dos padres Redentoristas; JAC - Juventude Agrária Católica e particularmente, dos Círculos Operários Cristãos.

O programa de ação destes Círculos (instituições de assistência e organização operária criadas por Jesuítas) "*fixara desde o início os seguintes objetivos*" (FUCHTNER, 1980: 135):

1. Instrução e formação profissional, intelectual e moral do trabalhador.
2. Assistência à saúde do trabalhador e de sua família.
3. Defesa jurídica dos direitos do trabalhador.
4. Auxílio econômico por meio de caixas e de cooperativas.
5. Promoção das reivindicações justas da classe operária.
6. Colaboração com os sindicatos na defesa e melhoria das condições profissionais.
7. Elevação do nível de vida do trabalhador rural.
8. Combate ao comunismo.
9. Formação de líderes operários e sindicatos.
10. Publicação de livros, boletins, revistas, jornais, etc.

Os Círculos Operários Cristãos desempenharam papel fundamental nos primeiros momentos da sindicalização, através da figura de Hely Cantalice que foi vice e depois presidente do Círculo Operário de João Pessoa e ao mesmo tempo funcionário do Ministério do Trabalho.

Esses Círculos estavam distribuídos pelos mais diversos municípios paraibanos como: João Pessoa, Patos, Guarabira, Campina Grande, Sapé, Catolé do Rocha, Itabaiana, etc. e, em cada um deles, existia um padre que era tido como assistente eclesiástico. D. Antonio Fragoso, por exemplo, assistiu por algum tempo o Círculo de João Pessoa, sendo depois substituído pelo padre João Félix de Araújo, da Congregação Mariana; Frei Marcelino foi assistente do Círculo de Catolé do Rocha, etc. Na verdade, esses assistentes se constituíram mais numa espécie de assessores políticos, através dos quais a Igreja imprimia nos Círculos suas idéias e propostas.

Os Círculos Operários Cristãos, sobretudo o de João Pessoa, juntamente com as paróquias de Alagoa Grande, Areia e Solânea, representadas respectivamente pelos párocos Geraldo Pinto, Rui Vieira e José Rodrigues Fidélis, se constituíram nos grandes bastiões da reação às Ligas Camponesas.

Certa feita, D. Antonio Fragoso (já então Bispo-Auxiliar de São Luís do Maranhão) participava de uma reunião com a direção do Círculo de João Pessoa e aí, quando interpelado por um dos circulistas a respeito das Ligas, dissera:

"lamentar que os camponeses estivessem sendo ludibriados pelos agentes comunistas, embora reconhecesse que o principal fator deste novo fenômeno social tivesse suas origens na indiferença e injustiça que os latifun

diários ou grandes proprietários praticavam contra os operários. Provou que a ignorância do meio rural é acentuada sobretudo na Paraíba, pois enquanto os agentes comunistas arregimentavam em Pernambuco 900 liguistas, na Paraíba já haviam conseguido um número superior a 4.000. Disse ser favorável à reforma agrária, assunto que já dominava o Brasil inteiro, mas achava conveniente que nós circulistas ou mesmo associados de outras organizações cristãs, procurássemos nos introduzir nos meios camponeses para preveni-los contra a exploração comunista". (23)

Nesta dita reunião, D. Fragoso fora ainda consultado pelo presidente do Círculo Operário de Sapé, Odilon de Oliveira, para saber o que deviam fazer os Círculos Operários do interior em face das chamadas Ligas Camponesas. Respondeu D. Fragoso que "o meio mais adequado seria ir ao encontro das 'Ligas', esclarecendo os seus componentes no plano da ordem social, e nunca limitar-se a combatê-los de fora".

Como vemos, a posição de D. Fragoso, na verdade, refletia o pensamento oficial da Igreja, ou seja, o de ir ao encontro dos camponeses no sentido de arrancá-los da influência dos "comunistas", supostamente infiltrados no meio das Ligas Camponesas. Essa tática de ir ao encontro das Ligas para combatê-las, não só de fora mas também de dentro, teve eficácia no Rio Grande do Norte e em Pernambuco;urgia portanto, a Paraíba seguir o exemplo.

As contribuições financeiras para as atividades desses Círculos, em sua grande maioria, advinham da Confederação Na -

(23) Trecho extraído da ata de reunião da diretoria do Círculo Operário de João Pessoa realizada em 30.01.61.

cional dos Círculos Operários, posteriormente, Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos, sendo que o Governo Federal também contribuiu com parte dos recursos através de órgãos como os Ministérios do Trabalho e da Justiça, a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, o SESC - Serviço Social do Comércio, o Instituto do Açúcar e o do Alcool, etc. (24)

A nível estadual, os Círculos foram também apoiados pelo governo de Pedro Gondim, através da Secretaria de Viação de Obras Públicas, a Delegacia de Ordem Social e Política, a Secretaria da Educação e Cultura, o palácio do governo, o batalhão militar, etc. (25)

Os primeiros passos concretos na implantação do sindicalismo começou com a criação da primeira Equipe de Sindicalização da Paraíba - ocorrida no dia 09.05.62, sob o patrocínio da Igreja, com o objetivo de formar líderes para criação de sindicatos e para o exercício da atividade sindical. Seus membros eram ligados ao clero conservador, ao Círculo Operário Cristão de João Pessoa, à ANCAR e ao Ministério do Trabalho. Dentre as diversas atividades desenvolvidas, vale mencionar os cursos de treinamento para líderes, a criação dos primeiros sindicatos e da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba. (26)

Entre 1962 e fevereiro de 1963, essa Equipe promoveu três cursos para treinamento de lideranças nos municípios de Areia, Solânea e Campina Grande, respectivamente. A temática des

(24) Conforme atas das reuniões da diretoria do Círculo Operário Cristão de João Pessoa dos dias: 24.01.61, 09.05.62, 26.01.63, 24.04 e 17.12.64.

(25) Conforme ata das reuniões da diretoria do Círculo Operário Cristão de João Pessoa dos dias: 04 e 11.12.61; 26.02, 09.04 e 23.04.62.

(26) No Anexo III reproduzimos trechos da entrevista com o ex-sindicalista Expedido Soares de Maria, que mostra como ocorreu o processo de fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba.

ses cursos de capacitação, em geral, abordava as questões de natureza sindical tais como: o que é o sindicato, para que serve, qual sua filosofia, etc., enfatizando também o papel da liderança, suas qualidades, seus valores. Desses eventos participavam a própria Equipe que era responsável por sua realização e coordenação, o SORPE que oferecia assessoramento por intermédio do padre Paulo Crespo, padres e trabalhadores geralmente militantes da própria Igreja.

A partir do treinamento da Igreja foram reconhecidos no dia 09.07.62 os primeiros cinco sindicatos que, de acordo com a legislação, seriam necessários para dar origem à Federação: Alagoa Grande, Serraria, Areia, Mari e Solânea, este último reconhecido em 24.04.62. Nesses municípios (como dissemos antes) militava o clero mais conservador e atuante na luta contra as Ligas Camponesas, representado pelas figuras dos párocos: Rui Vieira, Geraldo Pinto e José Rodrigues Fidélis. Diga-se de passagem que os sindicatos de Alagoa Grande e Solânea quando fundados, começaram a funcionar nos prédios das próprias paróquias.

Nos dois últimos treinamentos foram cogitados e acertados os nomes dos sindicatos que deveriam compor a chapa da diretoria provisória da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, que foi fundada no dia 19.06.63 e reconhecida no dia 19 de junho do mesmo ano. Essa necessidade justificava-se, sobretudo, porque estava em curso, a nível nacional, a criação da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em que estavam empenhadas a Igreja e ULTAB que disputavam o controle daquela entidade.

A primeira diretoria provisória da Federação teve a seguinte composição:

Diretoria: Presidente - João de Almeida Cavalcante
Secretário - Expedito Soares de Maria
Tesoureiro - José Alves Pereira

Suplente: Manoel José do Nascimento
Severino Cassimiro Alves
Francisco Sátiro de Oliveira

C. Fiscal: Antonio Xavier de Oliveira
Manoel Joaquim Filho
Leonar M. de Medeiros

Suplente: Fernando F. da Silva
Antonio R. Marinho
Roberci Teixeira de Lira

O presidente João de Almeida Cavalcante era pequeno proprietário em Solânea e, também, militante da JAC - Juventude Agrária Católica e da Congregação Mariana. Antes de terminar o seu mandato foi afastado para assumir funções na Secretaria Geral da CONTAG sendo, então, substituído na Federação por seu secretário.

A Federação começou a funcionar na Avenida Senador João Lira, 697, no edifício do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de João Pessoa. Sua administração funcionava no primeiro andar onde havia uma sala grande, na qual funcionavam os treinamentos (hoje, sala Hely Cantalice) sendo que ao lado funcionavam duas outras salas: uma servia de dormitório e a outra de setor jurídico. Embaixo, no térreo, havia uma cozinha bem simples e um salão mal acabado com uma mesa, uns bancos grandes, onde o pessoal fazia refeições. Nesse prédio, cedido pelo Círculo Operário, a Federação funcionou até 1969, época em que foi transferida para a Rua Rodrigues de Aquino, 733 onde até hoje está instalada, passando a denominar-se Federação dos Trabalhadores

na Agricultura do Estado da Paraíba - FETAG-PB.

O depoimento, em anexo, do Sr. Expedito Soares de Maria, a respeito do processo de fundação da Federação, além de reforçar aquilo que já dissemos sobre a origem do sindicalismo na Paraíba, acrescenta um dado novo, muito interessante, que se refere à mudança na correlação de força no seio do movimento e que se processou a partir de 64. Esse aspecto ficou constatado na passagem da falação do nosso entrevistado, que diz respeito a sua reeleição para a Federação. Nessa passagem ficou claro que a instância decisiva no funcionamento da Federação passou a ser o Ministério do Trabalho, na pessoa de Hely Cantalice, e não mais a Igreja, como antes. Conquanto sua dupla militância, Hely Cantalice era identificado pelos sindicalistas muito mais como representante oficial do Governo do que como circulista.

Gostaríamos de chamar a atenção para esse aspecto, pois a mudança havida na correlação de forças vai determinar, por sua vez, redefinição da linha sindical que, a partir de 64 vai estar muito mais voltada para dar suporte ideológico ao regime militar.

No caso do último treinamento que ocorreu em Campina Grande entre os dias 14 a 17 de fevereiro de 1963, foi constituída uma segunda equipe de sindicalização à semelhança da anterior, vinculada à Diocese de Campina Grande. Dela faziam parte: Eliza Bezerra Mineiros, coordenadora e assistente social da Diocese; padre Cristiano da Congregação dos Redentoristas; João Emídio Falcão, ex-seminarista e funcionário da ANCAR; o advogado Moura, assessor da Equipe de Coordenação Regional (Nordeste) do Movimento Sindicalista e o líder camponês Cecílio.

Essa segunda equipe fundou na região de Campina Grande os sindicatos de Campina Grande, Boqueirão, Fagundes, Queima -

das, Puxinanã, Lagoa Seca e Alagoa Nova. Eliza Mineiros descreveu sua experiência nessa equipe num dos textos de debate que procurava mostrar uma visão das estratégias e métodos de trabalho utilizados por seus membros na predicação aos camponeses sobre a importância da sindicalização. Dele extraímos as seguintes passagens:

"O ponto de partida do trabalho social foi conhecer a realidade social, acreditando que a teoria a ser reconstruída tinha que partir primeiramente da prática, pois as táticas e estratégias, logicamente, tinham que sair dessa realidade.

Ao diagnosticar a realidade, observamos que, em Campina Grande, a iniciativa da sindicalização rural era incrivelmente misturada. Havia de tudo: PC, trabalhos clericais e de cristãos engajados e a tendência de serem criados sindicatos ideologicamente autônomos. Nessa composição toda, percebia-se que o camponês de modo geral, tinha mais medo de comunista que do patrão. Na verdade, havia entre agricultores um sentimento muito forte de religiosidade, acrescido do fanatismo que os condicionava a um fatalismo incrível, achando que a pobreza, a miséria, a mortalidade infantil e os demais problemas sociais gerados pela sociedade injusta 'eram a vontade de Deus'.

Refletindo sobre essas 'situações concretas', adotamos uma estratégia, no intuito de libertá-los desse medo, e no sentido de aceitação do nosso trabalho de organização e mobilização. Então nosso trabalho maior era convencer os camponeses de que esta história de

sindicatos não era de comunista, era de Igreja (...)

Uma outra estratégia consistia de manter contatos com os líderes mais ligados ao homem do campo, desde os gerentes de cooperativas agrícolas até os vigários de cada cidade, vila ou povoado. Isto era uma forma de melhor credenciarmos para uma atuação verdadeiramente eficaz. Sabíamos que o camponês era desconfiado, não se abria facilmente com pessoas de fora, estranhas às suas comunidades. Tínhamos que respeitar toda a cultura deles, suas crenças e concepções do mundo e jamais impor-lhes nossos valores. Dessa forma o ponto de partida era trabalhar com essa realidade, levando em conta aquele contexto histórico e político.

Explicávamos para eles que a finalidade da equipe era a de ajudá-los na luta por melhores condições de vida, na defesa dos interesses da classe camponesa, enfatizando que o melhor instrumento para a luta ter continuidade seria primeiramente a organização em seus sindicatos (...)

Após a aceitação da idéia do sindicato, sugeríamos que durante a semana, no campo, na roça, no trabalho, na feira etc., cada um fosse comunicando a idéia aos outros e que os convidassem a se reunirem conosco (nesse momento eles discutiam e combinavam logo o local, data e horário certo para o próximo encontro). Simultaneamente pedíamos a colaboração do padre para que durante as missas celebradas, fosse divulgando o dia da reunião e, estimulando-os a pertencer aos sindicatos (...)

No final de cada reunião e/ou assembléia captávamos os elementos mais relevantes surgidos nas discussões". (27)

A equipe de Campina Grande promoveu, também, diversos cursos e treinamentos de lideranças com o objetivo de capacitar os camponeses para sua ação concreta: providências sobre os papéis e documentação para o Ministério do Trabalho; composição de diretorias; papéis de cada membro; fazer atas e balançes; registros de receitas e despesas; como coordenar uma reunião; papel da liderança, etc.

O marco referencial do trabalho eram as Ligas Camponesas. O estudo e a pesquisa levavam em conta, em primeiro lugar, onde se localizavam as áreas de conflitos (nessa região de Campina Grande existiam núcleos das Ligas sob a influência de Sapê) para depois ir ao encontro dos camponeses no sentido de convencê-los a se engajarem nas tarefas de sindicalização.

Essa metodologia de trabalho inspirava-se nos princípios que nortearam o trabalho da 1ª Equipe fundada, que era o de ir ao encontro das Ligas para combatê-las em todos os níveis. Segundo Elisa Mineiros, *"próximo à deflagração do movimento de março de 64, não havia mais aquele preconceito de que as Ligas eram de comunista e os sindicatos de padres. Já se começava a vislumbrar o entrosamento e a fusão das Ligas com os sindicatos, porque eles (trabalhadores) mesmos chegaram à conclusão de que são através dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho teriam poder de barganha para as conquistas sociais"*.

Com relação ainda as atividades da Equipe de Sindicalização da Paraíba (a primeira constituída) ouvimos Adriana (28) que foi um dos membros bem atuantes desde os primeiros momentos da fundação até meados da década de 70, quando participava do movimento sindical como assessora e educadora da Federação

(28) Adriana é um nome fictício mas a personagem e a história são reais, assim a partir desse momento toda vez que alguém fizer referência à sua pessoa vamos continuar mantendo em prestado esse nome. No Anexo IV reproduzimos reportes da entrevista que nos concedeu em 19.12.86 na qual - relata a experiência dessa primeira equipe de sindicalização.

dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba.

O Estado, através do Ministério do Trabalho e da ANCAR, e a Igreja, particularmente através do Círculo Operário Cristiano de João Pessoa, SORPE e paróquias, criaram essas equipes que funcionaram como instrumento de todo esse conjunto de "aliança". Para nós - Hely Cantalice - na condição de representante do Círculo de João Pessoa e do Ministério do Trabalho - simbolizava perfeitamente essa "aliança do Estado com a Igreja".

Essas equipes sintetizavam, portanto, a comunhão dessas duas forças: Igreja - Estado, que se uniram em torno de princípios que tinham em comum:

- oposição clara às Ligas e ao comunismo;
- combate à luta de classes;
- a institucionalização do movimento camponês.

Nessa "aliança", porém, a Igreja, inicialmente, manteve a hegemonia e a direção política. A própria composição das equipes refletiram isso à medida em que quase todos os seus membros ou tinham vinculação orgânica com ela ou eram influenciados por suas idéias e princípios. Por conseguinte, o discurso e a prática sindical que vão prevalecer nesta fase de implantação do sindicalismo se basearam na Doutrina Social Cristã que teve como lema: "paz social", o "bem comum", a "humanização do homem", etc. Os treinamentos de lideranças foram por sua vez calcados nas cartilhas da Confederação Nacional dos Círculos Operários Cristãos, onde o dirigente sindical era preparado para ser "bonzinho", "honesto", "servil", etc. (29)

(29) Conforme a Cartilha "A União Faz a Força: Sindicalismo, Cooperativismo, Política e Lideranças", da referida Confederação.

CAPÍTULO II

A DOCTRINA DO SINDICALISMO CORPORATIVO

2. INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XIX, a maioria dos países da Europa entraram na fase de consolidação do capitalismo industrial, que correspondeu à revolução produtiva (maquinofatura) possibilitando a formação dos grandes complexos industriais, a evolução sem precedentes dos meios de transporte, a intensificação do comércio cada vez mais dirigido por companhias financeiras, e o enriquecimento excepcional da grande burguesia que detinha o poder econômico e político.

Esse desenvolvimento provocou, em contrapartida, a deterioração das condições de vida do proletariado nascente, a classe mais numerosa e mais pobre, parte da imensa força produtiva em expansão. O crescimento excessivo da mão-de-obra disponível (expulsa do campo) fez com que os salários se tornassem cada vez mais baixos; o aproveitamento da mão-de-obra feminina e infantil muito mais barato provocava, frequentemente, o desemprego masculino, e todos sofriam a imposição da prolongada jornada de trabalho (de 14 a 17 horas diárias) etc.

Estas transformações de efeito traumático sobre milhões de seres humanos, faziam-se mais visíveis nas cidades industriais, que passavam por vertiginoso incremento demográfico, sem possuir estrutura habitacional, de saúde pública, de mercado de alimentos, etc. Tais condições sociais provocaram uma divisão profunda entre trabalhadores e patronato que se transformavam no processo produtivo. "Os efeitos catastróficos que esta revolu-

ção acarretava para a classe trabalhadora levaram-na a negar suas condições de vida. As manifestações de revolta dos trabalhadores atravessaram diversas fases, como a destruição de máquinas, atos de sabotagem e explosão de algumas oficinas, roubos e crimes, evoluindo para a criação de associações livres, formação de sindicatos... A classe operária, com consciência de seus interesses, começava a organizar-se para enfrentar os proprietários dos instrumentos de trabalho". (MARTINS, 1982: 14).

A luta contra a exploração do trabalho pelo capital se dava diretamente entre as forças antagônicas, ficando a negociação dos termos do contrato de trabalho ao sabor da correlação de forças, o que desembocava, frequentemente, em movimentos grevistas, acirrando a luta de classes. O enfrentamento da "Questão Social" dispensava pois a intermediação do Estado Liberal para quem "o contrato é a expressão da igualdade entre as partes (ambas são proprietários - uma dos meios de produção, outra da força de trabalho - e da liberdade (cada uma é livre de assinar ou não o contrato). O Contrato não supõe uma relação de força ou de desigualdade, não é um ato de dominação, não viola a propriedade e a liberdade de ninguém e, por isso, é um assunto que só concerne aos contratantes enquanto indivíduos. É um assunto privado no qual o Estado jamais pode intervir". (MUNAKATA, 1981: 13).

2.1 - Raízes ideológicas

A profundidade das transformações em curso colocavam, não apenas as relações sociais, como a própria estrutura social, num plano de análise, gerando um clima propício à construção de um estudo científico da sociedade. Porém, como reflexo do processo acima exposto amadureciam concepções divergentes sobre a sociedade capitalista que se consolidava. Do conhecimento da vida social, procuravam-se orientações para a ação, tanto para

manter como para reformar ou modificar radicalmente a sociedade. (1) Nesse sentido, a vertente burguesa se subdividia na corrente liberal, que cultivava ainda os ideais de igualdade e liberdade da revolução francesa, e na corrente conservadora, que julgava (agora) falsos esses dogmas e pregava modificações em sua teoria social, como saída para superar as consequências da revolução que interpretava como "anarquia", "perturbação", "crise", "desordem" etc.

Os pensadores dessa corrente conservadora se propunham a racionalizar a nova ordem, restabelecer a "ordem" e a "paz" para encontrar um estado de equilíbrio na nova sociedade. Para tanto, era preciso conhecer as leis imutáveis que regem os fatos sociais, as leis invariáveis do progresso e desenvolvimento social. Como resposta ao "caos social" do seu tempo, revalorizaram determinadas instituições que desempenhariam papéis fundamentais na integração, na coesão e na estabilidade da vida social. Seu objetivo político era claramente controlar e neutralizar novos levantamentos revolucionários.

Foi entre os autores positivistas do século XIX, de modo destacado Saint Simon (1760-1825), Auguste Comte (1798-1857), Leplay (1806-1882) e Emile Durkheim (1858-1917) que as idéias conservadoras exerceram uma grande influência. (2) Esses pensadores, fundadores da sociologia burguesa, reviram uma série de idéias dos conservadores, especialmente aquelas referentes à

(1) Já no século anterior as idéias iluministas que alimentavam o projeto revolucionário da burguesia consistiram o reflexo da sua luta travada no plano político contra as classes que sustentavam a dominação feudal. A filosofia era um valioso instrumento prático que criticava e negava a sociedade - o ancien régime. Ao estudar as instituições de sua época demonstravam que eram irracionais e injustas, que atentavam contra a natureza dos indivíduos e impediam a liberdade do homem e, portanto, deveriam ser eliminadas, o que de fato ocorreu no bojo da revolução francesa (1789).

(2) Saint Simon foi um precursor do positivismo de quem Auguste Comte resgatou e sistematizou as idéias fundamentais. Contudo, dado a ambiguidade do seu pensamento que refletia por um lado influência de conservadores e por outro de iluministas, é também considerado como um dos primeiros e principais socialistas utópicos como veremos adiante neste trabalho. (Ver Martins, 1982: 40).

reestruturação e manutenção da ordem, procurando dar-lhes uma nova roupagem com o propósito de defender os interesses dominantes da sociedade industrial capitalista.

Na concepção de Saint Simon, o progresso econômico (industrialismo) acabaria com os conflitos sociais entre possuídores e não possuídores, na medida em que satisfaria todas as necessidades humanas de melhoria das condições de vida e traria segurança para todos os homens. A função do pensamento social, neste contexto, deveria ser a de auxiliar a indústria e a produção, o que se concretizaria pela união dos industriais com os homens de ciência, formando a elite da sociedade. Os industriais teriam a responsabilidade de atenuar os conflitos através de medidas repressivas ou - o que seria mais eficiente - pela implantação de novas normas, elaboradas pelos cientistas sociais, que orientassem a conduta da classe trabalhadora re-freando seus possíveis ímpetos revolucionários.

Para corrigir a distorção social, Saint Simon preconizou uma sociedade fabril cujas rendas deveriam ser proporcionais ao trabalho de cada um, ou seja, : *"a cada um segundo a sua capacidade, a cada capacidade segundo as suas obras"*. O antagonismo social deveria ceder lugar à associação universal (união de trabalhadores e patrões) e o Estado existiria não para governar, apenas para administrar, e sua função deveria ser a de garantir o direito ao trabalho, à assistência social e à educação.

A verdadeira filosofia para Comte deveria proceder diante da realidade de forma "positiva", diferenciando-se da filosofia do século XVII (iluminista) que era "negativa", ou seja, contestava as instituições sociais que ameaçavam a liberdade dos homens. A sua filosofia era positiva porque se abstinha de qualquer consideração crítica, e não colocava em questão os fun

damentos da sociedade capitalista, porque não possuía caráter destrutivo, mas, ao contrário, estava exatamente preocupada em organizá-la e aperfeiçoá-la.

Comte considerava, como um dos pontos altos de sua sociologia, a reconciliação entre a "ordem" e o "progresso", pregando a necessidade de ordem na sociedade. Para ele, o equívoco dos conservadores, ao desejarem a restauração do velho regime feudal, era postular a ordem em detrimento do progresso. Inversamente, argumentava, os revolucionários (liberais burgueses) preocupavam-se tão somente com o "progresso", menosprezando a necessidade de ordem na sociedade. *"A sociologia positivista considerava que a ordem existente era, sem dúvida alguma, o ponto de partida para a construção da nova sociedade... algumas reformas poderiam ser introduzidas na sociedade - mudanças que seriam comandadas pelos cientistas e industriais - de tal modo que o progresso constituiria uma consequência suave e gradual da ordem"*. (MARTINS, 1982:45).

Simultaneamente, o desenvolvimento do positivismo burguês esboçava-se através dos jornais e da literatura operária que acompanhava os movimentos sociais, as lutas práticas dos operários, a vertente proletária de análise crítica da sociedade capitalista, acenando-se para o socialismo como alternativa da mudança.

Os principais autores do socialismo crítico-utópico foram Saint Simon (1760-1825), Fourier (1772-1837) e Owen (1771-1858). Dentre suas propostas negadoras da ordem capitalista e positivista, em relação à sociedade futura, estão: supressão da distinção entre a cidade e o campo; a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado; a proclamação da harmonia social e do estado como simples administrador da produção⁽³⁾.

(3) As colocações a cerca desses autores se basearam em Martins (1928:54-55), COELHO (1980: 54-67).

Essa nova maneira de conceder a sociedade, reivindicadora da igualdade entre todos os cidadãos, não só do ponto de vista político (onde se detinha o liberalismo burguês) mas também, quanto às condições sociais de vida, teve sua expressão inicial nos socialistas utópicos "pré-revolucionários", assim chamados porque apresentavam o programa de uma sociedade ideal, onde a propriedade fosse coletiva, mas, sem levar em conta as condições objetivas para promover as transformações radicais pretendidas e sem perceber no proletariado nenhuma iniciativa histórica nesse processo de sua emancipação.

A classe operária só existia, para eles, sob o aspecto da classe mais sofredora para quem buscavam uma ciência social que conciliasse os antagonismos e atenuasse a luta de classes. Repudiavam, portanto, qualquer ação do proletariado, sobretudo revolucionária, e procuravam atingir seu fim por meios pacíficos, pela realização experimental de suas utopias sociais em pequena escala (que por isso mesmo sempre fracassaram).⁽⁴⁾

Fourier colocou em destaque uma idéia básica para a evolução do corpo social: "o associacionismo". Suas obras descreveram a visão de um núcleo populacional funcionando, basicamente, como uma cooperativa, cujo objetivo era garantir a seus aderentes um mínimo vital de subsistência na produção da unidade organizada sobre a exploração da terra. Os capitalistas, nesses falanstérios ou colônias socialistas, eram os responsáveis pelo financiamento das atividades econômicas da comunidade em troca de juros compensadores, embora limitados.

Da mesma forma, Owen propôs uma realização concreta de sua utopia num lugar real - New Lamarck (Escócia) - onde mon -

(4) Essa seria a crítica desenvolvida em 1848 por Marx e Engels no manifesto do Partido Comunista 44-46. Coelho (1980:73-75 e 82-85) menciona algumas tentativas de concretização dessas utopias.

tou uma fiação transformada em associação comunitária em 1813, uma espécie de precursora das cooperativas. Ao lado dessa comunidade de trabalho, projetou uma reforma urbanista apresentando condições de higiene, assistência social, escolas, parques e pomares, com casas dotadas de aquecimento central e cozinha coletiva, que contrastavam com as condições das comunidades operárias no resto da Inglaterra. Procurava demonstrar, em sua home colonie ou sociedade comunista modelar, que a indústria não precisava ter como base o trabalho barato e brutalmente explorado. Foi também um dos precursores no estudo do direito do trabalho. Defendendo um sistema corporativo, trabalhou pela idéia do sindicalismo, tendo fundado, em 1833, uma confederação geral das profissões, precursora das atuais "trade unions" inglesas. Seus discípulos (owenistas) fundaram o movimento cooperativo (sociedades cooperativas de produção e consumo) que iriam adquirir novo impulso no século XX.

A teorização socialista utópica foi superada com a elaboração do socialismo científico por Karl Marx (1818-1883) e Fredrich Engels (1820-1895) que partiam de um profundo estudo da história, utilizando o método materialista dialético - no qual o capitalismo é apenas mais um estágio do desenvolvimento da sociedade. Chegaram, através do estudo das suas leis de funcionamento, à necessidade histórica de sua superação (a partir das contradições inerentes ao próprio sistema) destacando o proletariado como agente histórico dessa transformação social⁽⁵⁾.

(5) Marx e Engels no "manifesto" alertaram para os desvios burgueses contidos no socialismo utópico. Afirmando que a despeito dos fundadores dos sistemas comunistas utópicos terem sido revolucionários, as seitas formadas pelos seus discípulos se tornaram reacionárias pois se aferraram as velhas concepções de seus mestres apesar do ulterior desenvolvimento histórico do proletariado e, pior, se opoem aos partidos operários constituídos. Por isso caem na categoria dos socialistas reacionários e do socialismo conservador burguês que procura remediar os males sociais com o fim de consolidar a sociedade burguesa. (Ver Martins (1982: 51-61).

A complexa formação do marxismo assimilou, de maneira crítica, além da teoria socialista, a filosofia alemã, especialmente a dialética hegeliana enquanto método de análise e a economia política clássica procurando oferecer uma explicação da sociedade como um todo, ao contrário do positivismo, que procurou construir uma teoria social separada da filosofia e da economia política, uma sociologia com o objetivo autônomo - "o social" - independente dos fenômenos econômicos.

Comprometido com a transformação revolucionária da sociedade, o pensamento marxista procurou tomar as contradições do capitalismo como um dos seus focos centrais. Para Marx, assim como para a maioria dos marxistas, a luta de classes, e não a "harmonia social", constitui a realidade concreta da sociedade capitalista. Ao contrário da sociologia positivista, que via na crescente divisão do trabalho na sociedade moderna uma fonte de solidariedade entre os homens, Marx apontava-a como uma das formas pelas quais se realizava as relações de exploração, antagonismo e alienação. (MARTINS, 1982). A contribuição marxista foi mostrar que a existência das classes está ligada a condições históricas determinadas de desenvolvimento da produção e, especialmente, que a luta de classes conduz à derrocada da sociedade burguesa (pela revolução) e um período de transição (a ditadura do proletariado, o socialismo) para a supressão de todas as classes e para a construção de uma sociedade sem classes (comunismo).

Sua filosofia foi uma poderosa arma na luta pela articulação do movimento operário internacional (AIT) e sua transformação em movimento internacional comunista, bem como no enfrentamento do proletariado contra a burguesia.

Em contraposição ao avanço das teorias socialistas, e

retomando a visão conservadora dos positivistas, Durkheim, a partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu suas teorias em torno da questão da ordem social. Acreditava, em oposição ao marxismo, que a raiz dos problemas de seu tempo não era de natureza econômica, mas sim, decorrente de uma certa fragilidade da moral da época em orientar adequadamente o comportamento dos indivíduos. Era fundamental para sua ciência e suas investigações encontrar as novas idéias morais, pois compartilhava com Saint Simón, a crença de que tais valores morais constituíam um dos elementos eficazes para neutralizar as crises econômicas e políticas, e para criar relações estáveis e duradouras entre os homens. Segundo ele, a crescente divisão social do trabalho, que atribuía a cada membro da sociedade uma atividade profissional mais especializada, gerava uma crescente dependência mútua, e, conseqüentemente, ao invés de conflitos sociais ela tornava possíveis a união e a solidariedade entre os homens, uma relação de cooperação. Disposto a superar o estado de anomia da sociedade industrial, insistia que seria necessário criar novos hábitos e comportamento no homem moderno, a partir de regras claramente estabelecidas. Era de fundamental importância incentivar a moderação dos interesses econômicos, incentivar a noção de disciplina e de dever, assim como difundir o culto à sociedade, às suas leis e à hierarquia existente. A função da sociologia, nessa perspectiva, seria a de detectar e buscar soluções para os problemas sociais, restaurando a normalidade social e se convertendo, dessa forma, numa técnica de controle social e de manutenção do poder vigente.

Incorporando a visão conservadora e retomando certas posições do socialismo utópico, a Igreja Católica elaborou sua resposta aos problemas sociais do mundo moderno. Em oposição ex

plícita, de um lado, ao liberalismo capitalista que submetia os "homens das classes inferiores" a uma situação de "infortúnio e miséria imerecida", e, do outro lado, ao marxismo materialista e sua "teoria inadmissível que pregava contra a legitimidade da propriedade privada defendendo sua abolição"; que "estimulava a luta de classes" e justificava a intervenção do Estado na vida das pessoas e das famílias", surgiu, em 1891, a encíclica "Rerum Novarum" do Papa Leão XIII, que se constituiu na formulação inicial da Doutrina Social Cristã. (6)

A solução proposta consistia numa série de reformas sociais, com vistas à supressão das "graves injustiças do sistema em vigor", dentre as quais a regulamentação dos direitos e deveres mútuos entre proprietários e trabalhadores, organizados em sindicatos e associações, semelhantes às antigas corporações medievais, adaptados, porém, às circunstâncias do mundo contemporâneo.

No que respeita à ação do Estado, declarava que este devia intervir na questão operária, sobretudo para prever e eliminar as causas dos conflitos, promulgando Leis sobre o descanso, a limitação de horas de trabalho diário, do trabalho de crianças e mulheres, ao estabelecimento de salários razoáveis para melhor atender ao sustento familiar. Promovendo, especialmente, os interesses dos pobres, o auxílio estatal deveria influir sobre os problemas de moradia dos operários, sobre a criação de sociedades de socorro mútuo etc., (germes das políti-

(6) A Doutrina Social Cristã ou Doutrina Social da Igreja refere-se a concepção doutrinal e comportamento pastoral contidos nas encíclicas papais, especialmente: "Rerum Novarum" de Leão XIII - 1891, "quadragésimo ano" de Pio XI - 1931, "Mater et Magistra" de João XXIII, 1961, "Pacem in Terris" de João XXIII - 1963 dentro do período que ora analisamos. A Igreja Católica elaborou sua doutrina para responder às novas necessidades da vida social, econômica, política e cultural o que inclui temas importantes como os direitos do homem, matrimônio e família, paz, desarmamento, relação entre os povos, propriedade privada e outros assuntos que preocupam a humanidade inteira como no caso que nos interessa aqui, as relações de trabalho no campo, onde aponta para a sindicalização e cooperativismo. Sobre esse assunto consultamos: Yribarren y García (1971); Comissão Pobreza e Justiça (2ª ed. 1985) e Charbonneau (1986). Ver também Antunes 1980: 27-28 - Sindicalismo Cristão.

cas sociais e previdenciária).

Na encíclica "Rerum Novarum", o Papa reconheceu a gravidade do problema social operário e afirmou que a relação natural entre o capital e o trabalho não deveria ser de luta, e sim, de cooperação. Acentuava a necessidade de desenvolver a harmonia e a reaproximação das classes, tarefa essa também assumida pela Igreja. Difundia a idéia de que o proletariado poderia deixar de ser revolucionário na medida em que se tornasse proprietário de algum meio de produção (desproletarização), que se objetivava através de soluções como: cooperativismo, corporativismo, participação nos lucros (co-gestão) etc.

Tanto na teoria positivista quanto nas idéias dos socialistas utópicos e na Doutrina Social Cristã, reconhecemos elementos teóricos que vão compor os pontos fundamentais da doutrina corporativista que ganharia corpo no final do século XIX.

A teoria corporativista tem como ponto de partida a constatação do caos em que mergulha as sociedades modernas, que tem origem na desorganização da vida econômica. Em outras palavras, a realidade da luta de classes evidenciada pela questão social. Porém, a existência de tais conflitos sociais não é atribuída aos interesses conflitantes entre a burguesia e o proletariado, mas à ausência de leis que regulem a vida econômica; não é atribuída à existência do capitalismo, mas a um erro jurídico - o liberalismo - que em nome da liberdade do indivíduo se recusa a limitar paixões e egoísmo. Ao escamotear as verdadeiras causas da desorganização da vida social, o corporativismo propõe medidas corretivas das distorções do sistema, visando aperfeiçoá-lo. Tais medidas traduzem-se em leis que regulam a vida econômica e que submetem os interesses individuais ou de classes à autoridade do Estado racional. A luta de classes,

igualmente considerada como fruto do liberalismo e da transposição do egoísmo do indivíduo ao grupo, é desintegrante e se opõe ao objetivo último dessa teoria, que é a harmonia social.

O corporativismo prega a necessidade de uma moral profissional traduzida em regras jurídicas positivas, sob a fiscalização do Estado, que, por sua vez, deve ser dirigido por técnicos especializados, planejadores competentes e neutros, que defendam o interesse geral (a promoção da industrialização que não deve ser prejudicada por paralisações) e que, para isso, intervenha com firmeza em todas as esferas da sociedade, especialmente no seio da organização e mobilização da classe operária. Ele nasce para conciliar os interesses do trabalho e do capital e para isso recorreu a princípios já de aplicação anterior - substituiu a noção de classes pela da cooperação - isto é, lugar em que se aglutinam patrões e trabalhadores denominados agora empregadores e empregados, de um mesmo ramo de produção, enquanto um mesmo grupo social, vinculados pelos mesmos interesses profissionais e unidos por laços de solidariedade, harmonia e colaboração.

Para o corporativismo, no que tange especificamente às relações de produção, tudo o que se relaciona à regulamentação do trabalho, é decidido por todos que dela participam, não mais através de negociação direta que resolvia apenas temporariamente os conflitos, os interesses antagônicos e materializados em contratos de trabalho, mas através de convenção coletiva de trabalho, onde as duas partes querem a mesma coisa: uma regra geral, ou seja, uma lei para evitar o conflito. Propõe então uma solução institucional da questão social: leis reguladoras do trabalho, instituídas segundo um plano racional, científico e sua aplicação controlada pelo Estado, tecnicamente aparelhado

caso, passou pela absorção dos sindicatos. A autoridade do Estado estendeu-se a todo organismo social, o que implicou na mediação de todas as relações sociais. O Estado e a economia tornaram-se cada vez mais interdependentes e os problemas econômicos tornaram-se problemas políticos.

Tratando-se, especificamente, das questões trabalhistas, o Estado tornou-se o mediador imprescindível, sendo que o processo de discussão das relações de trabalho passou a estruturar-se sobre o tripé: trabalho, capital, estado. Essa estrutura pressupõe que *"se necessárias as leis reguladoras do trabalho, que estas sejam instituídas segundo um plano racional, científico e não através de pressões políticas, advindas, seja da agitação operária, seja dos políticos com objetivos escusos. Se as leis trabalhistas são inevitáveis, que a aplicação destas seja controlada não pelo movimento operário e os sindicatos - cujos dirigentes visam conturbar a ordem e não melhoria do operário - mas por um Estado tecnicamente aparelhado para essa função, inclusive absorvendo e controlando os próprios sindicatos"*. (MUNAKATA: 1981:64).

Em nome dessa suposta racionalidade científica, o Estado tentou encobrir seu verdadeiro caráter intervencionista, que era o de eliminar o acirramento da luta de classes, na medida em que, através da criação de canais ditos competentes, desviava os conflitos para dentro do aparelho estatal, excluindo, por sua vez, dos trabalhadores, a condição de optar e decidir sobre o seu próprio destino.

O controle total dos sindicatos era, portanto, o principal ponto de sustentação do projeto corporativista, e isso era enormemente facilitado num período de exceção. Por isso não é de admirar-se que a consolidação do Estado corporativo só foi possível às custas da privação de qualquer representação dos

trabalhadores, bem como da destruição dos seus partidos e do cerceamento das liberdades políticas, e que sua implantação efetiva tenha se dado, historicamente, com a tomada do poder por Benito Mussolini, que instaurou uma ditadura nacionalista.

Enfim, a redefinição do espaço nacional, que não se dá em bases territoriais mas em corporações para todas as profissões (atribuindo-lhes representação política em substituição aos critérios territoriais e partidários) implicava no fato das mesmas assumirem caráter público, tornando-se parte do aparelho de Estado. A esfera pública invadiu a esfera privada, radicalizando os pressupostos contrários ao liberalismo burguês. Esse modelo corporativo que se expressava na política da paz social - negação da luta de classes - objetivava garantir o "desenvolvimento da nação" o que, em outras palavras, significava a exploração máxima do trabalho pelo capital.

Outra característica essencial do estado corporativo era o populismo que pressupunha a necessidade de intervenção do poder estatal em favor dos mais fracos, ou seja, dos trabalhadores entendidos como menores que deviam ser tutelados. O principal instrumento de aliciamento das classes subalternas, além do discurso demagógico, eram as concessões parciais, traduzidas na legislação trabalhista e previdenciária, intimamente interligadas. Por trás do "seguro social", escondiam-se os efeitos mutiladores das medidas tendentes a aumentar a produtividade do trabalho (taylorismo, 1812 etc). Vemos, assim, uma relação entre corporativismo e a transformação, no século XX, do Estado liberal em estado assistencial - "welfare state" - (a nova roupagem do neo-capitalismo ou capitalismo monopolista) que instituiu órgãos de previdência social a serem mantidos por impostos, através de entidades assistenciais específicas.

2.2 - O Enquadramento do Sindicalismo Brasileiro ao Modelo Corporativista

Como vimos, a subordinação do sindicato ao Estado se constituiu no principal mecanismo de distorção do seu papel ideológico enquanto órgão efetivo de representação de classe.

A retrospectiva que se segue, a respeito do desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, que até praticamente o início da década de 60 restringia-se ao meio urbano, se justifica num estudo sobre o sindicalismo rural porque foi baseado no mesmo modelo de organização corporativo que se estruturou, no país, os sindicatos de trabalhadores rurais. Foi transposto para o campo o mecanismo de controle social que surtia efeito na cidade.

A recuperação, em linhas gerais, desse processo histórico é de fundamental importância para fixarmos, de um lado, os mecanismos repressivos e de instrumentalização ideológica acionados pelo Estado e, do outro lado, as reações esboçadas pela vanguarda do movimento, ou seja, o PCB.

Os primeiros sindicatos no Brasil que se desenvolveram, desde o início do século atual, foram marcados pela influência anarquista. Neste caso, constituíram-se fundamentalmente em organizações de pressão e de resistência econômica, com o objetivo de resolver os conflitos decorrentes das relações de trabalho pelo confronto direto com os patrões, seguido da negociação direta e do contrato. Para isso tinham como pressuposto a organização e a mobilização permanente dos trabalhadores. Dentro do espírito liberal, a criação e o funcionamento desses sindicatos pertenciam ao domínio do direito privado, assegurando a autonomia e liberdade sindicais, descartando, por conseguinte, a

a intermediação do Estado (Dec. 1637 de 1907).

Entretanto, já desde aquela época, esboçava-se, no interior do próprio movimento sindical brasileiro, uma tendência que apontava para a necessidade da intervenção do estado na elaboração de uma legislação que regulamentasse os direitos dos trabalhadores em geral, ganhando corpo a concepção do Estado como árbitro, como conciliador de interesses conflitantes entre o capital e o trabalho. (8)

Nas duas primeiras décadas deste século, portanto, já esboçava-se, no Brasil, medidas intervencionistas do Estado na questão trabalhista que seriam intensificadas com a revolução de 30, quando o governo de Getúlio Vargas sistematiza e materializa o modelo teórico corporativista, através da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, visando controlar o movimento operário e sindical, mediante uma política de conciliação entre o capital e o trabalho.

Dentre os inúmeros setores de organização interna deste Ministério, destacou-se, do ponto de vista da questão trabalhista, o Conselho Nacional do Trabalho - CNT, responsável pelo controle do sistema previdenciário e o Departamento Nacional do Trabalho - DNT, encarregado da execução e fiscalização das leis trabalhistas, que se ramificam nos estados através das Inspetorias Regionais (embriões das atuais Delegacias do Trabalho), pelas Comissões Mistas de Conciliação e pelas Juntas de Conciliações e Julgamento. (9)

Uma das primeiras medidas do Ministério do Trabalho foi a promulgação, em 1931, do Decreto 19.770 que regula a sindica

(8) Essa tendência encontrou eco no tratado de Versalhes realizado em 1919, que assinalou o fim da primeira guerra mundial o qual encarregou-se de, entre outras coisas, promover o "processo social", no âmbito internacional, em todas as ramificações da política trabalhista, mediante a chamada Legislação Internacional do Trabalho.

(9) Sobre a legislação da época, ver: Kazumi Munakata (1981: 36-40, 72-82).

lização, o qual contrariava a liberdade de associação existente até então, na medida em que impõe uma nova estrutura sindical que se constituiria, até hoje, nos pilares do sindicalismo brasileiro. Este Decreto visava, de um lado, vedar a emergência de conflitos classistas, canalizando as reivindicações para dentro da esfera do Estado, e, do outro lado, disciplinar o trabalho como fator de produção. O jurista Joaquim Pimenta que, com Evaristo de Moraes elaborou o regime de sindicalização corporativo, assim exprimiu essa dupla intenção: "*O decreto fora elaborado tendo-se em conta a situação das classes trabalhadoras do Brasil; os obstáculos que se antepunham à sua organização e a uma política social, que fosse a expressão de interesses que teriam de ser ritimados por regime legal, que resultasse de uma aproximação e se fizesse mediante um compromisso por parte do Estado de reconhecer, no sindicato, mais do que uma simples sociedade civil, um órgão necessário ao equilíbrio da ordem jurídica na economia*". (10)

Dentro dessa concepção, Lindolfo Collor, então Ministro do Trabalho, expressou categoricamente a nova função do sindicato como órgão amortecedor da luta de classes: "*Com a criação dos sindicatos profissionais moldados em regras uniformes e precisas, dā-se às aspirações dos trabalhadores e às necessidades dos patrões expressão normal e autorizada. O arbítrio tanto de uns como de outros, gera a desconfiança, é causa de descontentamento, produz atritos que estalam greves e do "loci-out". Os sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques dessas tendências antagônicas*". (MUNAKATA, 1981: 84).

O artigo 5º do referido Decreto determina que os sindicatos sejam considerados como "*órgãos consultivos e técnicos no estudo e nas soluções pelo Governo Federal dos problemas que econômica e socialmente se relacionassem com os interesses da classe*".

(10) PIMENTA, J. citado por Luiz Werneck Viana (1978: 146).

Essa colaboração, entre sindicato e o Governo, implica numa total subordinação àquele órgão do Ministério do Trabalho, que tem sobre os mesmos os seguintes poderes legais: aprovar os estatutos e os relatórios anuais de atividades; examinar a situação financeira; frequentar as assembleias sindicais; intervir através de Juntas Governativas; afastar dirigentes; destituir e enquadrar dirigentes; anular eleições, e, inclusive, dissolver definitivamente a entidade. Ademais, os sindicatos ficam proibidos de desenvolver atividades político-ideológicas, como também é negado aos funcionários públicos, o direito de se sindicalizarem. Por fim, impõe o princípio da unidade sindical (um sindicato em cada ramo de atividade na mesma unidade territorial).

Contudo, o atrelamento do sindicalismo ao Ministério do Trabalho só venceria a resistência do movimento operário combativo a partir de 1935, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, a decretação do estado de sítio por Getúlio Vargas no final do mesmo ano (sucessivamente prorrogado) e a institucionalização do aparato repressivo através da criação do Conselho de Segurança Nacional, Tribunal Superior et.

Essas medidas de força culminaram com o golpe de 1937 e a implantação da ditadura do Estado Novo, que outorga uma constituição inspirada na Carta del Lavoro do fascismo italiano. A partir de então, se efetiva a consolidação e o aprofundamento do controle do sindicalismo pelo Estado. Um dos trechos da Exposição de Motivos do Decreto Lei nº 1.402 de 05.07.39, que regula a associação em sindicatos, mostra de forma sintética, o caráter fascista dessa intervenção: *"A vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele, crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele extingui*

ção". (MUNAKATA, 1981: 102).

A estrutura sindical corporativa será completada com o estabelecimento de um único modelo de vida associativa (o estatuto padrão); a instituição do atestado ideológico de candidato a cargo eletivo (enquadramento sindical); a supressão do princípio do pluralismo sindical e com a criação de imposto sindical (pedra angular do assistencialismo) etc. A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, criada pelo decreto 5.452 de 1943, é a síntese de todo o conjunto de leis trabalhistas e inclui no seu capítulo V, o arcabouço de toda a organização sindical. De acordo com o seu artigo 513, são, entre outras, as prerrogativas do sindicato:

- . representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissional liberal, ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercitada;
- . colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionarem com a respectiva categoria ou profissional liberal.

A legislação sindical promulgada para um regime corporativo fascistizante sobreviveu no novo quadro institucional "democrático" definido pela Constituição de 1946. Verificou-se uma dependência do sindicalismo ao Estado, e, conseqüentemente, sua fraqueza como organização e movimento social no período populista (1945-64). Houve, por um lado, o controle crescente de boa parte da estrutura vertical do sindicalismo oficial pela esquerda (PCB) - e, por outro lado, registrou-se o desenvolvimento do sindicalismo no sentido horizontal, através dos pac -

tos inter-sindicais, com a criação de organizações paralelas de cúpula.

Na verdade, processou-se, apenas, uma reforma da estrutura corporativista, sendo que as cúpulas sindicais, tirando partido de sua aliança com o governo, obtiveram e consolidaram, através de movimentos grevistas, benefícios materiais projetando socialmente as massas trabalhadoras urbanas e fazendo avançar a legislação trabalhista.

A etapa subsequente do movimento sindical brasileiro, que vai de "1946-64, foi marcada pela concepção 'comunitarista' entre o capital e o trabalho, de acordo com o espírito da Carta de 46 erige-se uma nova estrutura legal com base na justiça do trabalho, prevendo-se, para esta, a função de encaminhar e resolver institucionalmente os conflitos coletivos e individuais decorrentes do mercado de trabalho; a 'questão social', relativa ao Estado, se transforma para o âmbito do judiciário; o sindicato, apesar de submetido à fiscalização do Ministério do Trabalho, recupera a sua personalidade privada; conforme a variação do campo da estruturação das forças políticas, ora conseguirá livre exercício real para a sua ação, contornando os marcos legais, ora será compelido a confinar-se aos seus cânones; por certo tempo, desbordará de qualquer ação controladora com a criação dos sindicatos 'paralelos'; rebaixa-se de maneira geral a intervenção do Estado, comparativamente à fase anterior, retornando os fatores em vigência no mercado uma relativa liberdade de movimento". (VIANA, 1978:39).

Contudo, esta fase de relativa liberdade sindical foi interrompida com o advento do Golpe Militar de 64, que fundou-se na exclusão social das massas trabalhadoras e no garroteamento político do movimento operário e popular. O arcabouço burocrático-legal, herdado nos anos da ditadura varguista, foi não apenas mantido, mas também aprimorado por meio de novas leis como a limitação do direito de greve, a abolição efetiva da negociação

salarial. "De fato sob o ponto de vista de sua organização formal, o sindicato brasileiro em muito pouco se modificou após 1964: mantêm o mesmo modelo de organização interna, submete-se à mesma estrutura vertical prevista desde o Estado Novo e não escapa da tutela oficial, sendo que nesta hipótese encontra-se subordinado a normas mais rigorosas que as existentes antes do Golpe de Estado." (GODINHO, 1981:9).

No entanto, a política trabalhista e sindical do pós-golpe assumiu, como bem ressaltou Maurício Godinho, uma singularidade que lhe deu um caráter distintivo de qualquer outra fase da história brasileira. Na medida em que se verifica o fechamento dos canais de participação corporativa das organizações sindicais no aparelho de Estado, ou seja, se extinguem as "representações partidárias de empregados e empregadores sob a presidência de elementos nomeados pelo Governo Federal", inaugurou-se uma nova ordem institucional que regeria a relação capital e trabalho subvertendo o fundamento do modelo corporativista que - como vimos - tem como tripé: trabalho-estado-capital.

O que se verificou foi a obstrução das vias legais de ligação dos sindicatos ao Estado: "as vias internas de postulação, pressão e participação". A relação entre o Estado e os sindicatos passou a ser, quase que exclusivamente, tutelar. Se, no período populista, o Estado incentivou a realização de pactos como meio de evitar a radicalização do conflito social, a partir de 64, não havia mais patrão e trabalhador se defrontando intermediado pelo Estado. O patronato foi "afastado" da cena, restando ao trabalhador voltar-se para o Estado na busca de resolução para suas reivindicações. O controle social se fez não apenas através do refinamento do aparato repressivo, suprimindo qualquer possibilidade de confronto, como também, do refinamento do aparato ideológico que foi gradualmente tentan-

do suprimir a própria "necessidade" desse confronto. Sem "que se altere o estatuto institucional do sindicato, cria-se uma legislação independente, publicizando os sindicatos pela atribuição de uma série de funções de caráter estatal, embora conserve legalmente sua natureza de órgão privado; por medidas administrativas e repressivas submetendo-se à vida associativa das classes subalternas; não obstante, tal submissão não se opera em nome de valores alternativos ao liberalismo e ao 'comunitarismo', instalando-se no interior de um discurso pragmático, que não enuncia seu prazo de carência e que apelativamente se socorre da necessidade de se incrementar as taxas de acumulação". (VIANA, 1981: 39).

CAPÍTULO III

O SINDICATO

COMO AGENTE DA INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS À IDEOLOGIA DA SEGURANÇA E DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL ⁽¹⁾

3. PRELIMINARES

A tese positivista da "ordem para alcançar o progresso" se materializou no Estado corporativo, através da aplicação sistemática da Lei de Segurança Nacional - LSN para viabilizar o desenvolvimento capitalista, isto é, para garantir a exploração do trabalho pelo capital.

Segurança e desenvolvimento, conquanto estudados através de expressões e métodos separados, são conceitos unos e indivisíveis. Entretanto, quando nos propomos a analisar, mais detidamente, o papel que coube ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais no período da Ditadura Militar, optamos por tratar primeiramente da "Segurança", para em seguida abordar o "Desenvolvimento", por motivos didáticos, mas também, porque, historicamente, houve um acentuamento do primeiro aspecto durante o período imediatamente após o Golpe de 64.

O ano de 1968 significou um corte, e, a partir daí, o tema do desenvolvimento foi definitivamente incorporado ao da segurança nacional passando, então, a constituírem-se enquanto um binômio, indissolúvel (BRASIL, 1983: 41).

(1) Em seu estudo, Pe. Joseph Comblim (1977) analisa o tema do desenvolvimento na perspectiva dos ideólogos da Segurança Nacional, como um dos elementos dessa doutrina. É assim que vamos abordá-lo neste trabalho.

3.1 - A Ideologia da Segurança Nacional

↳ "A Lei de Segurança Nacional é um filho legítimo do corporativismo. Para esta doutrina, como foi visto, o caos da sociedade é gerado pelo liberalismo que, organizando a sociedade como um jogo livre de interesses, propicia o surgimento da luta de classes. Por isso, sob o império das liberdades individuais, as agitações operárias são naturais e perfeitamente compreensíveis: o absurdo é pretender tratar a questão social como um caso de polícia. Mas, e se a sociedade fosse organizada a partir de núcleos orgânicos de solidariedade - as corporações - de modo que toda a atividade humana convergisse para o bem comum? Se, além disso, e para propiciar os laços de solidariedade, fosse criada toda uma rede de leis que regulassem, sem deixar nenhuma lacuna, todas as relações sociais? Neste caso - que é a proposta corporativista - não haveria mais razões para conflitos: tudo se organizaria em função da solidariedade suprema, o laço indivisível da nacionalidade; todos teriam finalmente reconhecidos os seus direitos e o seu lugar (isto é, os deveres) na sociedade e na Nação; todos seriam parte desta comunhão integral; todos seriam co-responsáveis pela segurança desta harmonia. E se, apesar disso tudo, ainda ocorrem conflitos, isto só pode se dever aos dissolventes da solidariedade, aos inimigos da nacionalidade, provavelmente a soldo de alguma potência estrangeira ou de uma ideologia exótica e alienígena. Para estes, não há lugar na Nação. Eles são inimigos da

Segurança nacional e como tal devem ser severamente punidos. No corporativismo a questão social não é mais um caso de polícia: é um caso de segurança nacional. Não é apenas a ordem social que é perturbada: é a nação inteiro que está em perigo". (MUNAKATA: 1981: 100-101).

O Golpe Militar de 1964 demarcou uma nova fase na vida do movimento popular e sindical. A ditadura, ao instalar-se, espalhou no meio da sociedade, particularmente no interior das organizações de massa, o medo e o terror. Inspirados na ideologia da segurança nacional, os militares, em nome da luta contra o comunismo e em prol do desenvolvimento nacional, deflagraram uma verdadeira guerra anti-subversiva a todos os que discordavam do autoritarismo implantado, gerando um clima de violência onde as liberdades de pensamento e imprensa foram sacrificadas, as garantias individuais foram suprimidas, generalizou-se o abuso de poder do Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, etc.

A angustiante insegurança individual era sentida em toda sua intensidade, mas não era compreendida. Há, certamente, uma ideologia respaldada em princípios científicos que, segundo Comblim, ultrapassa as peculiaridades nacionais de cada regime militar latino-americano. Essa ideologia, chamada Doutrina de Segurança Nacional, muito rígida e extremamente estruturada, é transmitida, a partir dos EUA, para as escolas militares fundadas nos estados satélites para aprimorá-la, como é o caso da Escola Superior de Guerra no Brasil⁽²⁾. Essa Doutrina

(2) A Escola Superior de Guerra, foi fundada em 1949 e desde então foram realizadas conferências para estabelecer uma política de Segurança Nacional o que só se tornaria objeto de estudo formal e continuado em 1968 quando a equipe da DADC fixou em linhas quase definitivas o estudo estrutural da Política de Segurança Nacional dentro do princípio que "todos são responsáveis pela Segurança Nacional" e que ela deve espalhar-se por todo o território nacional. (Francisco S. Brasil, 1983: 42-49)

é, portanto, única, produto de importação que se impõe às particularidades de cada país e resulta numa desnacionalização da sua vida social e política. No centro desta teoria, que justifica e legitima a dominação pela força, está o conceito de segurança nacional. (3)

A partir dessa doutrina, os militares brasileiros justificaram sua intervenção sem limites na sociedade civil. Diferentemente de seu papel constitucional, onde as forças armadas, particularmente o Exército, deviam restringir-se à defesa externa do país, a partir de 64, confundiram-se com a polícia ao adotar as mesmas armas e os mesmos métodos de repressão contra o povo. O Estado, com o monopólio da violência, assumiu o controle da luta de classes, impôs a ordem absoluta, abafou os conflitos e quaisquer manifestações de descontentamento ou de não conformismo. A repressão justificava-se em caráter "preventivo" contra suspeitos que pudessem por em risco a estabilidade do regime. Os conflitos internos eram, supostamente, apenas o resultado do inimigo externo, ou seja, do comunismo internacional e, portanto, deviam ser enfrentados com estratégia e armas de guerra.

Na questão concreta do campo, sobretudo no Nordeste, as

(3) Para Comblim "o conceito de Segurança Nacional é absolutamente geral: o Estado exige ser livre de qualquer tipo de pressão em qualquer terreno, para impor sua vontade. Tal segurança tende, por si, ao absoluto. Não está totalmente satisfeita. Seu ideal é uma espécie de repouso absoluto, de ausência total de movimento de modo a permitir um controle de uma manipulação total de todos os fatores. O ponto de vista da Segurança Nacional faz ver a população nacional e os seus vizinhos como um conjunto de ameaças. São perigos que são necessários conter. Como é difícil ter confiança total na lealdade dos cidadãos... tende-se a aumentar o número de inimigos... mesmo que não cometam agressões, podem vir a cometê-las. A Segurança Nacional tem que levar em conta as possibilidades, mais ainda que os fatores em si. Além disso o conceito de Segurança Nacional unifica e reduz a um mesmo critério todas as formas de ameaças. Qualquer ato suspeito por parte de país vizinho, qualquer ato de anti-conformismo de um cidadão, vistos a luz da Segurança Nacional, contêm um germe de destruição da Nação. No mais leve delito a semente do mal absoluto está presente: a sobrevivência do Estado está em jogo e é invocada para reprimir o malfeitor. Uma vez adotada como critério, a Segurança Nacional tende a aumentar indefinidamente a gravidade de qualquer ameaça (1976:226). É um conceito simplista que suprime a diferença entre os meios de pressão não violentos e os meios de pressão violentos. Desfaz a distinção entre política externa e política interna; apaga a distinção entre a violência preventiva e a violência repressiva e não comporta nenhum limite, não tem nada para controlar a tendência à segurança absoluta. (56,57).

Ligas Camponesas constituíram-se, então, dentro dessa ideologia, num perigo, não só enquanto movimento real, como também, num mal a ser extirpado da consciência dos trabalhadores. Mas, por que as Ligas se constituíram num perigo e nesse mal a ser definitivamente extirpado? Por que o campesinato se transformou numa questão de Segurança Nacional? Qual era o papel ideológico reservado aos sindicatos?

Ao nosso ver, essas questões estão intrinsecamente ligadas. Vale lembrar que as Ligas, no início da década de 60, eram o principal instrumento de organização e mobilização das massas rurais para a resistência coletiva ao processo de proletarização, como também, simbolizavam a luta pela concretização da reforma agrária, na medida em que questionavam o monopólio da propriedade da terra. Ao combinarem taticamente a ação legal, fundada no Código Civil (que atingiu o clímax com a desapropriação do Engenho Galiléia) com o confronto direto pela permanência e/ou ocupação à terra, as Ligas feriram diretamente os princípios da propriedade privada.

Mas, foi só com a realização do Congresso de Belo Horizonte que elas ganharam maior projeção, na medida em que as suas teses, que incorporavam uma visão mais completa do processo político e do próprio papel que deveria ser desempenhado pelo campesinato nas lutas sociais do país, passaram a ser assumidas pelo conjunto dos trabalhadores do campo que aprovaram, por unanimidade, uma declaração onde está explicitado o projeto de reforma agrária das massas rurais. Ao se lançar neste projeto, que apontava concretamente para a transformação da estrutura agrária, acenavam para o fim da dominação econômica e política das oligarquias rurais, na medida em que ameaçavam destruir a base dessa dominação, isto é, o latifúndio.

Concomitantemente, ao constituírem-se como instrumento de organização independente dos camponeses, via associação civil (embrião de um partido político agrarista radical) representando efetivamente os interesses das classes exploradas do campo, as Ligas Camponesas romperam com a exclusão política e social mantida, até então, por uma dominação direta e tradicional. *"São então e a partir desse momento, é que as Ligas se transformariam no fantasma que rondaria os campos, agitando a velha ordem estabelecida e ameaçando, com o espectro da reforma agrária radical, o monopólio da terra e o poder das oligarquias e da burguesia agroindustrial"*. (AZEVEDO, 1982: 85).

Ao polarizarem a luta de classes no campo e ao se constituírem numa força social, despertaram o ódio dos grandes proprietários que lhes fizeram um combate implacável, e passaram a ser vistas pelo Estado como um caso de Segurança Nacional. (4)

(4) As Ligas eram encaradas como uma ameaça para os grupos no poder em escala nacional e internacional que temiam a irrupção de uma nova Cuba na América Latina. Francisco Oliveira afirma que por trás da "Aliança para o Progresso" os olhos dos serviços de inteligência norte-americanos da Central Intelligence Agency estavam voltados para o Nordeste. Em 1959 a cadeia ABC da televisão norte-americana apresentara um documentário - "The Trampled Land" - que na verdade representava um alerta contra as Ligas. Pouco depois o Governo Kennedy envia ao Nordeste uma missão integrada por Henry Kissinger observando suas condições econômicas e políticas. Celso Furtado foi aos EUA para debater com o presidente americano os problemas da região e a possibilidade de ajuda americana à SUDENE. Oliveira denuncia o que até agora não foi devidamente avaliado: a profundidade e magnitude da ingerência da potência imperialista do Norte nos assuntos internos do Brasil. Nos fins de 1961 chegou ao Nordeste uma missão da Aliança para o Progresso, chefiada pelo embaixador Merwin Bohau e seus trabalhos concretizaram-se num relatório "NORTHEAST TEAM SURVEY REPORT" que em 1962 circulou em Inglês e Português, com propostas concretas para ação no Nordeste: O programa a curto prazo, de caráter estritamente assistencialista, tinha o propósito explícito de esvaziar as Ligas e desbaratar o movimento camponês e para isso propunham "estabelecimento de centros de trabalho da Aliança para o Progresso na Zona Açucareira e possivelmente em algumas áreas urbanas onde as Ligas Camponesas têm sido mais ativas"... "Além dessas medidas, a curto prazo, também nos problemas mais básicos (a tarefa de assistir elementos anti-comunistas entre os trabalhadores rurais e industriais na formação de legitimar organizações trabalhistas mais duradouras como único meio de combate a Castro e outras influências comunistas" (1977: 121 e 135-6). A segunda parte do programa, a longo prazo propunha-se a minimizar as tensões sociais pelo esvaziamento demográfico: "seria ideal que 1.500.000 famílias acrescidas de 100.000 anualmente devam eventualmente encontrar oportunidades em outras regiões... as famílias que preferirem permanecer nas atividades agrícolas terão que migrar de suas comunidades". (IBID). E, simultaneamente, na montagem de projetos que na verdade serviam aos propósitos de montar uma estrutura capaz de ser posta imediatamente em ação para o caso de que uma ação militar de envergadura se tornasse a única saída para evitar a caída do NE nas mãos das forças populares: "Em face do problema de combinar um projeto de desenvolvimento econômico e social com uma operação militar..." Os norte-americanos não confiavam nem na SUDENE nem no próprio Governo Brasileiro, e, com relação à estrutura da Zona Canavieira o relatório recomendava - não mexer (122) e não ampliar a capacidade geradora da CHESF em Paulo Afonso. A ação da USAID no NE visava concretamente minar a própria autoridade da SUDENE, oferecendo ajuda diretamente aos governos estaduais julgados capazes de se contraporem, politicamente, às forças políticas populares rotuladas de radicais. O consulado norte-americano em Recife chegou às proporções de uma verdadeira embaixada, com mais de 11 vice-cônsules e uma legião de funcionários que incluía os agentes da CIA, disfarçados em corpo de paz, pessoal técnico e pessoal diplomático. Além dos programas que faziam parte do chamado Acordo do NE, o governo americano tomava uma série de iniciativas, através de programas, como o da CLUSA, na verdade um organismo da CIA com o objetivo de infil

"As Ligas na medida em que radicalizam o seu discurso e a sua prática política, passaram a sofrer uma resistência na mesma intensidade, por parte dos grandes proprietários e pelos órgãos de segurança nacional. Em janeiro de 1962, por exemplo, as atividades das Ligas seriam objeto de investigação do Ministério da Justiça, que envia para o Nordeste o Cel. Carlos Cairole. Ainda no mesmo ano, a Câmara Federal cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as Ligas, composta pelos deputados Lima Filho, Clide - nor Freitas, Jacob Frantz, Neiva Moreira e Carlos Gomes Barros. Ao mesmo tempo, os latifundiários começam a se armar, inclusive com armas privadas do exército, para a defesa dos engenhos e fazendas ameaçadas de invasão". (AZEVEDO, 1982:85).

Essas medidas de intimidação do governo populista para freiar o avanço do movimento camponês pareciam ineficazes. Assim, no plano político-institucional foram acionados outros dispositivos como a promulgação do ETR, em março de 1963 e de decretos que regulavam a sindicalização que, como vimos no capítulo primeiro, visavam, sobretudo, esvaziar a luta política no campo e institucionalizar o movimento camponês.

Em que pese essas medidas que tentavam desviar as atenções da cadente questão da reforma agrária, canalizando-as para a concessão dos direitos trabalhistas e reforçando a ação paralela das massas rurais através dos sindicatos, não conseguiram deter as repercussões da ação das Ligas que espoucavam por todo o país. Com isso, o Presidente João Goulart, no bojo das reformas de base, foi compelido a encampar o projeto de reforma agrária traduzida na citada declaração de Belo Horizonte. Na tentativa de viabilizá-la, dirigiu ao Congresso Nacional como anexo à sua Mensagem de 26 de março de 1963, o ante-projeto de reforma agrária que continua a proposta de emenda constitucional.

Na verdade, se este ante-projeto representava, por um lado, uma resposta do executivo às pressões exercidas pelo movimento camponês em torno das referidas reformas, por outro lado, a reforma agrária nele contida era concebida como medida preventiva do perigo iminente de uma suposta convulsão social no campo, sendo que a expressão da política de transformação pacífica da estrutura econômica e social, então vigente sob o controle do Estado, representava, por sua vez, o continuismo do papel atribuído à reforma agrária pelo populismo varguista (5).

Tanto o Estado como a burguesia agrária estavam de acordo com relação à necessidade de se combater firmemente a tentativa dos camponeses de participar do processo político com suas reivindicações próprias, que ameaçavam a estabilidade do regime "democrático". Porém, tinham concepções radicalmente contrárias quanto aos mecanismos de controle social que deveriam ser acionados para evitar a suposta revolução agrária. Portanto, João Goulart, ao assumir a bandeira da reforma agrária, provocaria o colapso da aliança do Estado com o bloco industrial-agrário, o qual reafirmaria os seus compromissos conservadores de perpetuar, a todo custo, o monopólio de classe sobre a propriedade fundiária (mantendo intocável o direito da propriedade privada da terra inaugurada com a Lei da Terra/1850). Este bloco passaria, então, a articular *"uma nova saída 'pelo alto', transformando o exército num 'partido armado' de seus próprios interesses e conspirando o golpe militar que deflagraria em abril de 1964"* (AZEVEDO, 1982: 118). Com a queda de João Goulart, caiu também a proposta de

(5) Aos 07 de agosto de 1951, o então Ministro da Agricultura, Dr. João Cleófas de Oliveira deu entrevista coletiva à imprensa sobre a definição de R.A.: "Fundando a Comissão Nacional de Política Agrária e levando à Câmara um projeto de Serviço Social Rural, o Presidente Getúlio Vargas, que tão bem e tão pacificamente soube dotar o Brasil de sua atual e moderna legislação social, está agora fazendo o mesmo que nos incluir entre os países de reforma agrária permanente. E é um bem que assim seja, pois, se não nos transformarmos num desses países poderíamos nos ver de repente às voltas com a reforma revolucionária (...). É um erro nos deixar influenciar pelos que, sendo contra a R.A., tentam apresentá-la como uma invocação comunista... ela é, pelo contrário, um dos meios mais eficazes de imunizar um país contra o comunismo". (DE CARLI, 1985: 164-165).

mediação do Estado para a resolução pacífica dos conflitos na sociedade brasileira, especialmente, no campo. O mecanismo prontamente acionado pela ditadura militar foi o reforço do aparato repressivo do Estado à resposta violenta que os proprietários rurais vinham dando às mobilizações dos trabalhadores agrícolas.

Todavia, a repressão direta e brutal, mesmo dentro da Doutrina de Segurança Nacional, nunca seria uma solução permanente. Imediatamente depois do golpe, o governo criou o Estatuto da Terra que expressava a política agrária da Ditadura Militar.

Para José de Souza Martins (1983: 113-114) esse Estatuto foi um instrumento elaborado com a finalidade precípua de permitir o controle e a administração das lutas pela terra. O Estado assumiu a função de mediador dos conflitos sociais, coerente com a ideologia da segurança nacional. *"Na mensagem do governo encaminhando a proposta ao Congresso Nacional, há uma referência que todos aqui já devem ter notado, de que, de fato, há no Brasil, uma questão agrária, um problema social sério no campo. Mas para o governo o problema não estaria na existência do conflito, mas na sua manipulação por grupos políticos, pelos estranhos à realidade do campo, pelos 'infiltrados' os 'subversivos'... O Estatuto surgiu, tudo indica, menos para resolver os problemas de ordem econômica do capital, problemas de mercado ou coisa desse tipo, e mais como resultado da interpretação exagerada que os militares faziam das lutas do campo". (MARTINS. ID. 1983).*

No bojo dos combates às Ligas Camponesas, a ditadura militar tratou de incentivar e/ou reforçar certas organizações de massa, primordialmente os sindicatos de trabalhadores rurais, como meio de evitar suposta rearticulação camponesa que pudessem colocar em perigo o novo sistema de poder. Tratava-se de en

quadrar o movimento camponês, canalizando-o para dentro do aparato do Estado, para que este passasse a ter o controle direto da sua organização, dando-lhe as diretivas.

Com isso, o tipo de organização do campesinato mudou, radicalmente, de uma forte organização de base "autônoma", que se caracteriza pelo confronto direto com o patronato na luta pela superação da miséria, para uma estrutura corporativa, essencialmente marcada pelo autoritarismo, pelo atrelamento e tutela aos órgãos estatais e ideologicamente comprometida com a colaboração de classes. Nessa fase de intensificou a institucionalização do movimento camponês através de uma vigorosa campanha de sindicalização.

Em janeiro de 1966, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, de posse do diagnóstico da situação do sindicalismo rural no estado, aprovou um Plano de Atividades (p.27) para o movimento sindical onde foi dada ênfase a três pontos:

1. que fossem fundados 20 sindicatos rurais, fortificados os que estavam em funcionamento e dinamizados os demais;
2. que fossem criadas 200 delegacias sindicais e fortificadas as já existentes;
3. que 10 sindicatos tivessem sua sede própria ou alugada e 11 conservassem as já existentes.

O saldo desta campanha de sindicalização traduziu-se em crescente expansão do sindicalismo da Paraíba, como vemos no quadro a seguir:

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NA PARAÍBA (6)

SITUAÇÃO	Nº ABSOLUTO
Sindicatos reconhecidos até 64	11
Sindicatos reconhecidos em 65	12
Sindicatos reconhecidos de 65 até 68	21
Total dos Sindicatos de 60-68	44

FONTE: Documento "Sindicalismo Rural": Informes, Diretrizes, Metas e Plano de Atividades, 1966, Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba.
Documento "Plano de Sindicalização", 1968, da Federação.

A criação destes sindicatos era, no referido documento, assim justificada: "O sindicalismo está cada vez mais, se expandindo na Paraíba, necessitando portanto, de maior número de líderes que levem à frente, com *segurança* o movimento. Embora com esse crescimento, é oportuna a criação de maior número de sindicatos rurais, levando em conta o grande número de rurícolas não sócios, porque desconhecem o associativismo e as vantagens dos sindicatos *assegurados por lei*" (FTLPB, 1965: 26).

Esse crescimento do sindicalismo é um dado digno de ser enfatizado como indicador de que os sindicatos estavam se constituindo em instrumento de sustentação ideológica da ditadura, que tentava apagar o passado da memória do próprio movi-

(6) Se considerássemos os STRS fundados, seu número seria maior. Da mesma forma eram mais de 44 municípios atingidos pela organização sindical, na medida em que um STR tinha, muitas vezes, sua base social estendida a 2 ou 3 municípios. Porém, optamos por trabalhar com os STRs reconhecidos, pela possibilidade de uniformizar as informações dos diferentes documentos.

mento, distanciando, cada vez mais, as Ligas como a expressão máxima da organização camponesa.

Segundo Álvaro Diniz, com a ordem que fora dada pelo comando do governo, por volta do final de 65, autorizando os sindicatos a fazerem reuniões com as suas bases, a convocação aos trabalhadores dava-se a partir do argumento de que estes "*podiam voltar para o sindicato porque aquilo era diferente (das Ligas) pois era instituído pelo governo*". (7) Porém, contraditoriamente, os sindicatos ainda eram vistos como remanescente das Ligas. Apesar da campanha maciça de expansão das entidades sindicais, na base, esse processo não ocorreu de maneira tranquila, pois, se antes de 64, o patronato incentivava os seus próprios trabalhadores a se associarem aos sindicatos (com temor às Ligas), a partir daí, foi registrada uma mudança de postura: com boatos e ameaças, os donos de terra e alguns políticos tentaram confundir os próprios sindicatos com o fantasma das Ligas ou seja, agora o sindicalismo era tratado como o "bicho papão".

Face a pressão da classe dominante no campo e a memória recente da repressão implacável, os trabalhadores, inicialmente, não responderam às campanhas de sindicalização. Multiplicaram-se entidades, mas, esvaziadas e carentes de representatividade. O isolamento dos dirigentes sindicais tornara-os vulneráveis às pressões dos patrões e submissos ao controle direto e sistemático do aparato repressivo. O papel do sindicato limitou-se, praticamente, a denunciar às autoridades a expropriação sofrida pelos trabalhadores rurais. O Estado, através do seu aparato repressivo, foi que se tornou o espaço político-institucional privilegiado na mediação dos mesmos. Tal ingerência era justificada, em primeiro lugar, por um discurso de le-

(7) Diniz, Álvaro. Trecho da entrevista concedida a Regina Novaes em 1983.

galidade e, em segundo, por um de colaboração.

3.2 - A Ideologia do Desenvolvimento

Na trajetória da ingerência do Estado autoritário sobre o sindicalismo, vê-se que o abrandamento do controle direto, exercido pelo aparato repressivo (que caracterizou o período imediatamente após o golpe) foi-se dando, na medida em que iniciou-se e afirmou-se o controle ideológico e igualmente direto. No primeiro momento desse processo, as lideranças sindicais foram induzidas pelos intelectuais do sistema, a canalizar o descontentamento dos camponeses em direção aos objetivos e diretrizes do novo modelo de desenvolvimento. Isto significou que já não bastava a legalidade como justificativa da ingerência do Estado (que enquadrava o movimento sindical através do aparato repressivo) mas, buscava-se construir uma legitimidade para essa onipresença. Os sindicatos foram instrumentalizados para tornarem-se porta-vozes dessa política de integração do meio rural ao processo de desenvolvimento regional e nacional.

A partir de 64, a agricultura, vista como um setor atrasado na perspectiva dualista, foi inserida num modelo de desenvolvimento econômico baseado no grande capital monopolista. Por conseguinte, a ação do Estado dirigiu-se para a chamada "modernização" da agricultura, objetivando integrá-la ao processo de industrialização do país. Se a repressão vinha sendo utilizada como solução dos problemas referentes às contradições sociais surgidas no campo, concomitantemente, o Estado teria que acenar com alguma resposta para a questão agrária. O Estatuto da Terra cumpria a dupla função: de esvaziamento das lutas sociais analisado anteriormente, e adequação à política de desen

volvimento econômico na medida em que promovia a modernização das forças produtivas no setor agrícola. Colocava-se, diante do regime, a possibilidade de se aplicar a "reforma agrária" no sentido de incrementar a modernização conservadora na agricultura. Sem alterar a estrutura fundiária, o Estatuto da Terra redefinia, assim, o próprio conceito de reforma agrária pleiteada pelos camponeses no congresso de Belo Horizonte, esvaziando-a do conteúdo social que lhe era intrínseco.

Na visão do regime militar, tratava-se de implementar modificações das estruturas agrárias com vista, de um lado, a incrementar a produção de alimentos para atender aos grandes centros urbanos, e, do outro, ampliar o mercado consumidor da produção industrial. A proposta de "reforma agrária integrada" desde que levado em conta o uso racional do solo e a produtividade, não apenas não criava restrições à manutenção de grandes empresas rurais, como também incentivava sua formação, o que significa, em outras palavras, que as distorções a serem corrigidas situavam-se somente ao nível dos sistemas de posse e uso da terra, regulamentando as relações de arrendamento e parceria, e não na "massiva" redistribuição da propriedade, ou, na linguagem do documento de Belo Horizonte, quebra do monopólio da terra pelos latifundiários.

A pressão final sobre o latifúndio improdutivo, segundo o Estatuto, foi aliada ao princípio universal de tributação progressiva que isentou as empresas rurais. A desapropriação por interesse social restringia-se a algumas áreas consideradas pelo IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, como zonas prioritárias dentro de planos regionais; aquelas grandes empresas rurais extrativas, agropecuárias e as agroindústrias não seriam objetos de desapropriação.

O projeto de reforma agrária contido no Estatuto da Terra se complementava com a efetivação de outras medidas como o cooperativismo, o crédito rural, a assistência técnica, a comercialização e distribuição dos produtos agropecuários, o que era uma contingência do próprio desenvolvimento do país. Deste modo, como disse o Presidente Castelo Branco, o projeto encaminhado não se tratava de uma lei de reforma agrária, mas, tinha um objetivo mais amplo e ambicioso que era de ser: *"uma lei de desenvolvimento rural através de medidas de política agrícola, regulando e disciplinando as relações jurídicas, sociais e econômicas, concernentes à propriedade rural, seu domínio e uso"* (DE CARLI, 1985: 199).

No tocante, mais especificamente, ao sub-setor canavieiro dos estados incluídos na jurisdição da SUDENE, seria afetado de maneira muito especial, pela política de contingenciamento da produção açucareira nacional adotada pelo IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, em respostas aos sintomas da crise mundial de superprodução do açúcar em meados de 1964. Através da Lei 4.870 de dezembro de 65, o governo adotou uma política diferenciada para a agroindústria canavieira do Nordeste (considerada região subdesenvolvida) a fim de corrigir as suas distorções estruturais. Em consequência, foi constituído o GTIA - Grupo de Trabalho Interministerial do Açúcar, em junho de 1965, para estudar os problemas sócio-econômicos da Zona da Mata do Nordeste, dominada pelo latifúndio canavieiro.

Como desdobramento desses estudos (trabalho, levantamento, diagnóstico) o Ministério do Interior, com o apoio do Ministério da Indústria e Comércio, encaminhou proposta de criação do GERAN - Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste que se efetivou através do Decreto - 59.033 A de 08.08.66 (SZMRECSANYI, 1979: 283). Seu prin

principal objetivo consistia em promover a modernização e diversificação das atividades agrícolas e industriais, bem como a modificação da estrutura agrária da Zona Canavieira, com vista à utilização da mão-de-obra excedente e das terras não utilizadas para o cultivo da cana. A racionalização econômica, que justificava a sua criação, tinha, em última instância, o propósito de resolver as contínuas crises e tensões sociais do Nordeste que punham em risco a segurança nacional, através da utilização objetiva das terras ociosas e sub-empregadas da área canavieira dentro de uma perspectiva ampla de reforma agrária (8).

Essa ideologia da integração (9) se baseava no princípio segundo o qual não se pode obter a estabilidade e a segurança enquanto perdurar bolsões de miséria e subdesenvolvimento. Neste sentido, as superintendências de desenvolvimento regionais e demais organismos estatais, do nível federal ao estadual, seriam acionados para preparar as populações rurais a participarem do processo de desenvolvimento, acelerando-o e integran-

(8) Segundo Tamás SZMRECSANYI (p. 283), simultaneamente o estudo dos problemas técnicos e orgânicos foi confiado a uma equipe de especialistas norte-americanos contratados pela USAID. Os resultados desse estudo encontram-se em HAWAIIAN AGRONOMICS INTERNACIONAL: Modernização e Diversificação da Zona Canavieira no Nordeste (Recife, 1966, USAID/GERAN). Vale lembrar que a ação da USAID no Nordeste, no final do período populista, ajudou a transformar o sentido da implantação da hegemonia burguesa em escala nacional, permeada pelo capital internacional, sobretudo norte-americano, conforme era previsto no Relatório Bohau, anteriormente citado. A SUDENE capitulara frente à conjunção de forças do imperialismo e da burguesia internacional - associado do centro-sul, expressa no II Plano Diretor, onde a SUDENE retirou a restrição de utilização para empresas de capital estrangeiro do mecanismo de dedução fiscal (OLIVEIRA, 1977:123). Diante do exposto, devemos ver a participação de técnicos da USAID no Programa de Racionalização da Agroindústria na Zona Canavieira como continuidade de sua ação com o intuito de desmontar a força política das associações camponesas com a ajuda da SUDENE. Esta patrocinara o Projeto TUTIRI, que consistia no arrendamento de engenho do mesmo nome, na zona sul de PE, para fundar um projeto de exploração cooperativa, que deveria servir de efeito - demonstração contra as Ligas e os Sindicatos Rurais e simultaneamente salvar a estrutura de controle da propriedade na Zona Norte pernambucana. (OLIVEIRA, 1977: 124).

(9) A idéia da integração tem origem, principalmente, na imagem de equilíbrio, cujo maior sistematizador foi Pasons. A sociedade contém, dentro de si, uma estrutura integradora capaz de controlar os conflitos; a integração é indispensável a ordem tanto quanto a harmonia e a condenação. Pasons Tacotf, O Sistema das Sociedades Modernas, SP, Pioneira, 1974: 19 - 23 IN AMAN (1980: 124) Estudo de Integração do Planejamento de Comunidades no Planejamento do Desenvolvimento Global - 2ª ed. São Paulo - Cortez e Moraes, 1978 - p. 170. Vieira Veras Batista - um dos exemplos mais típicos e mais difundidos de adoção do trabalho da integração pelo Desenvolvimento Comunitário no Brasil - IN AMAN (1980: 136 - 137). A participação passa a ser consentida como no "franço" da Integração Social a participação apresenta uma forma pela qual os membros de sua sociedade legitimam o sistema de poder. Desse modo o Estado assegura para o aparelho legal o império de integração, evitando os conflitos e proporcionando o equilíbrio e a ordem do sistema social. IN AMAN (1980:138).

do-se, efetivamente, às diretrizes do governo. Dentre as medidas para eliminar os pontos de estrangulamento do crescimento econômico, conferiu-se grande relevância à SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que desenvolveu, no seu III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966:68) uma atividade programada a fim de atender às repercussões sociais advindas do processo de desenvolvimento. A Divisão de Ação Acomunitária da SUDENE representou o primeiro programa de Desenvolvimento de Comunidades, em âmbito regional, e serviu de base para a criação de órgãos congêneres juntos às demais superintendências de desenvolvimento, como a SUDAM e SUDESUL, etc. Criada em 1965, a DAC tinha o fim específico de promover a integração e participação ativa de comunidades nordestinas nos programas e projetos de planejamento regional, visando assim encurtar os caminhos que deveriam conduzir ao desenvolvimento econômico da região (AMAN, 113).⁽¹⁰⁾

O Estado, evocando um discurso "participativo", encontrou, nos sindicatos, um grande aliado na execução da política de integração nacional, em consonância com os planos de desenvolvimento, consubstanciados, no Nordeste, pelos planos da SUDENE. A participação era entendida como eliminação dos obstáculos à implementação dos planos do governo pela criação de uma mentalidade favorável a estes, no interior das comunidades.⁽¹¹⁾ A ação sindical, na viabilização desses objetivos, fazia parte de um plano integrado onde o movimento sindical caminhava à re

(10) A organização das classes trabalhadoras já fora desmantelada, restando então vigiar para que não reacendesse o fogo sob as cinzas. Parecia arriscado deixar essas classes sem qualquer chance de associação, sem um substitutivo para seus antigos grupos de reflexão e ação. Fazia-se porém necessário encontrar formas organizativas de caráter aparentemente aclassista e político capazes de esterilizar qualquer ação "subversiva" de ameaça ao novo sistema de poder. (IN AMAN, 1980: 146).

(11) "Comunidade" é um conceito abstrido e generalizante pois concebe de forma unitária as formações sociais omitindo sua historicidade e diversidade, bem como dissimulando sua divisão em classes antagônicas regidas pela relação social de dominação. (IN AMAN: 130).

boque do aparato institucional do Estado, através de instituições como o INDA, SETRASSE, ANCAR etc.

Essa ideologia da integração, veiculada pelas entidades de "apoio" e de "colaboração" ao movimento sindical, está sistematizada no documento básico de planejamento da ação sindical da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba de 1966. A seguir, reproduzimos, na íntegra, o teor das diretrizes de ação desta Federação junto aos sindicatos, pois, seu conhecimento é de fundamental importância para que possamos compreender a ideologia que permeia o movimento no período em questão.

1. Fazer os Sindicatos conscientes de suas prerrogativas, levando-os a:
 - a. resolver os casos entre trabalhadores e donos de terras, antes de os encaminharem à Federação, inclusive recorrendo às autoridades;
 - b. atender os sindicalizados e orientar os demais trabalhadores para que se tornem sócios autênticos dos sindicatos;
 - c. levar os sindicatos a promover treinamentos locais, usando os recursos da própria comunidade;
 - d. despertar os trabalhadores rurais para o cooperativismo, principalmente para o aspecto da comercialização, visando mais justa distribuição da riqueza;
 - e. levar os sindicatos a promover a criação de cooperativas;
 - f. levar os sindicatos a promover a criação de escolas de alfabetização.
2. Motivar as diretorias sindicais a se comunicarem sempre com as autoridades governamentais.
3. Manter os sindicatos informados das novas leis e resoluções governamentais.

4. Fazer do sindicato rural autêntico órgão de pressão em função de cumprimento das leis que regem o uso e a função social da terra (Estatuto da Terra) bem como, das leis de proteção ao trabalhador rural.
5. Fazer com que os sindicatos tenham o quanto possível, conhecimento do que seja política agrícola, dando-lhes melhores bases para suas reivindicações.
6. Fazer do sindicato autêntico órgão de promoção, dando ao trabalhador rural consciência do processo de produção, salientando o fator terra (ora na necessidade de possuí-la, ora na necessidade de beneficiá-la) respeitando, assim, sua função social, pois o solo é o patrimônio onde a humanidade busca sua subsistência.
7. Motivar diretorias de sindicatos a procurar recursos da comunidade em funcionamento (ANCAR, SIREPA, SESPE etc) para que dêem às famílias rurais algo sobre educação familiar, levando em consideração as possibilidades de cada família.

O que será feito a título de experiência não esquecendo todavia os objetivos prioritários do Sindicato...

Como se observa nessas linhas diretivas da ação sindical, a Federação apontou para caminhos em várias direções diferentes. Em nossa análise, percebemos três vertentes para onde convergiram os itens enumerados, recaindo certa prioridade nos dois primeiros, a saber: integração na ação conjunta entre sindicatos e organismos governamentais na resolução dos problemas no campo (itens 1º e 2º); desenvolvimento rural - com base na aplicação do ETR e ET, especialmente com referência ao cooperativismo (itens 1d, 1e, 3, 4, 5, 6); promoção humana - que passava pela atividade educativa no sentido mais amplo, como a

educação humana e familiar, a alfabetização e ensino de práticas agrícolas alternativas etc. (itens 1f e 7).

Vale salientar que o documento, de um modo geral, refletia um certo sincretismo que era característico do período onde transparecia, de um lado, ainda a aspiração, por parte das lideranças sindicais, de fazerem do sindicato um órgão de pressão e de reivindicação em prol da reforma agrária e, do outro, a expectativa da aplicação do ET como instrumento eficaz para resolver, do ponto de vista do trabalhador, os conflitos (que se destacavam no diagnóstico da situação dos trabalhadores rurais) como por exemplo, reivindicando o cumprimento da função social da terra contra os despejos e por mais justas relações de arrendamento e parceria, bem como pelo respeito aos direitos trabalhistas.

Entretanto, essas mesmas lideranças sindicais, na medida em que definiam reforma agrária, não como uma simples distribuição da terra, mas sim, como um desenvolvimento rural: assistência técnica e creditícia, comercialização, preços mínimos etc, ao fazerem do sindicato um órgão de colaboração com as entidades governamentais promotora desse mesmo desenvolvimento - por exemplo - na ênfase ao cooperativismo, acabaram por incorporar e reproduzir a ideologia do desenvolvimento.

Finalmente, esboçava-se, ainda que em caráter experimental, como afirma explicitamente o documento, uma outra tendência na abordagem do processo de desenvolvimento. No referido diagnóstico ressaltavam-se as questões da miséria, da fome e do analfabetismo, sem contudo relacioná-las diretamente ou mesmo sem fazer-se qualquer reflexão sobre as suas causas estruturais. Não se tratava, portanto, de compreender as contradições advindas do processo de desenvolvimento a partir das re

lações de produção, mas, a superação da miséria passava por um abstrato desenvolvimento do mundo rural que se materializava na produção social com enfoque para o homem e sua família. (12)

No final da década de 60 e nos anos 70, a política sindical foi redirecionando suas prioridades em função da redefinição do conceito de desenvolvimento. Nesse período, a "promoção social" se colocaria na raiz do próprio desenvolvimento, na medida em que a modernização passaria pela mudança de padrões culturais da comunidade camponesa, no sentido de aceitar as inovações no processo produtivo. O desenvolvimento, que - como vimos antes - passava pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, do Estatuto da Terra etc, especialmente com referência ao cooperativismo, foi, paulatinamente, se esvaziando desse conteúdo econômico (relações de produção) e sendo preenchido por um novo conteúdo, marcadamente social. Cristalizou-se a tendência pelo enfoque do desenvolvimento onde *"se desloca a problemática agrária da instância estrutural societária para a esfera dos indivíduos, boicotando as reivindicações pela reforma agrária e acenando para o 'atraso cultural' como responsável maior pelos problemas da fome, doença, analfabetismo, pobreza etc. Postula-se então uma 'mudança cultural' que se processa na direção planejada pelas classes dominantes e que imprime nos habitantes locais a ilusão de que as inovações tecnológicas são por eles desejadas"* (AMAN, 1980: 164, 165).

Neste sentido, há forte influência da ideologia que emanava da Doutrina Social Cristã, não apenas, nos princípios, como

(12) Isso coincide com a estruturação nacional do Desenvolvimento que parte do fortalecimento da educação do povo para dar-lhe condições de reflexão, opção e luta para sua promoção. Em 1966 foi organizado, pelo setor de Planejamento Regional do Escritório de Pesquisas Aplicadas - EPEA, do Ministério do Planejamento, Coordenação Nacional do Desenvolvimento Comunitário constituída por representantes de várias regiões: Hebe Gonçalves e Maria Julieta Calazans. O Grupo foi dissolvido no ano seguinte, não chegando a implantar a política nacional por ele delineado. (AMAN, 1980: 133) sendo substituído pelo CPDC de que falamos adiante.

também na linguagem mística: "progresso do gênero humano", "promoção dos irmãos desfavorecidos", "colaborando com o plano de Deus" na busca da "verdade", da "justiça", da "paz" e do "amor" etc. (FTLPB, 1968).

Esse aspecto ideológico é bastante interessante de ser enfatizado, na medida em que se impõe como linha mestra de um discurso e critério de uma prática. Daí porque observamos que, nos passos concretos de implementação, foram-se invertendo as prioridades da política sindical. O sindicato desencaminhou a reforma agrária e a aplicação do Estatuto da Terra e voltou-se, quase que exclusivamente, para a expansão e estruturação do próprio sindicalismo, para a implantação do cooperativismo e os serviços de promoção humana. (13)

O Governo, para materializar essa ideologia, criou vários programas de integração social que atingiram o sindicalismo como o MOBRAL, o Projeto Rondon, o PROTERRA, o PRORURAL etc. Destas, o PRORURAL marcou mais profundamente a vida sindical em toda a década de 70. Com o advento da Lei Complementar nº 11/71, que recriou o FUNRURAL, acentuou-se a tendência dos sin

(13) Em 1970, o Ministério do Interior criou um órgão Nacional de Coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade - CPDC com objetivo de cunho integracionista e altamente diretivo, em consonância com o conceito de Desenvolvimento de Comunidade da CEPAL: "Instrumento de Participação Popular e um sistema de trabalho destinado a facilitar a conjunção dos recursos da população (FT) e do governo (K) e obter a maior rentabilidade destes". Trata-se de utilizar o Desenvolvimento de Comunidade com recurso capaz de ensejar maior rendimento aos recursos do governo, através da utilização gratuita da força de trabalho local... A tal "estrategia" se ousa dar o nome de participação popular... (AMAN, 1980: 117).

Na qualidade de processo inter-profissional, visa a capacitar a comunidade para integrar-se no desenvolvimento, através da ação organizada, para atendimento de suas necessidades e realização de suas aspirações. Esse objetivo é justificado pela ONU de como o Desenvolvimento Comunitário pode contribuir para o desenvolvimento:

- gera o crescimento econômico e social no plano local
- constrói canal adequado para mútua comunicação entre governo e povo
- colabora na formação de capital social básico e na expansão da infra-estrutura para incentivo às iniciativas locais (técnicas de ajuda mútua em horas de folga) nesses setores, liberando recursos do governo que poderão destinar-se a investimentos nacionais importantes (mais do que a infra-estrutura dos povoados, vilas e favelas destinadas à classe trabalhista).
- cria em muitos países as condições prévias necessárias para a evolução dos órgãos de governo local ou fortalecimento de instituições (AMAN, 1980: 128).

Em 1973 o CPDC foi substituído pela Unidade de Coordenação dos Programas de Desenvolvimento de Comunidade - UPDC do mesmo Ministério, até que, na década de 80, privilegiando a modernização do aparelho administrativo, a nível dos Estados e Prefeituras, adotando técnicas de planejamento, de acordo com as determinações do I e II PND (modernização da empresa pública e privada, e reforma administrativa), (AMAN, 1980: 115), os programas de Desenvolvimento de Comunidades conjugaram-se, ao Programa de Ação Concentrada - PAC, também do Ministério do Interior (AMAN, 1980: 118).

dicatos para o assistencialismo, distanciando-os, ainda mais, dos seus verdadeiros compromissos originais; eles passaram a ser completamente instrumentalizados para servir ao Governo e, com ele, dividir tarefas, sendo, por sua vez, transformados em verdadeiros guichês de prestação de serviços da política social e previdenciária.]

Se com o documento da Federação de 1966, anteriormente analisado, as lideranças sindicais ainda alimentavam uma certa expectativa no cumprimento da legislação agrária e trabalhista, a partir do Plano de 68, sobretudo, foi evidenciada uma inversão de prioridades: o objetivo da ação sindical se voltaria, particularmente, para a promoção do homem do campo que era entendida como fator de integração da política de desenvolvimento econômico e social do Governo. Com isso, a luta sindical dirigiu-se para a aplicação da legislação previdenciária e social, bem como para a representação nos órgãos de Governo, Previdencial Social, Planejamento e Conselho de Desenvolvimento.

Além dos objetivos ligados estritamente à dinamização do processo de sindicalização, foi reforçada a tendência de engajar os sindicatos na comunidade, capacitando os trabalhadores, dirigentes, bolsistas e professores rurais para assumirem responsabilidades no tratamento de problemas locais de todo tipo, com especial valorização ao papel das lideranças, não apenas na vida sindical, como também, na vida comunitária. Nesse plano de sindicalização, os objetivos do sindicato foram-se explicitando em função da necessidade de *"descobrir.. a liderança como fator dinâmico no comportamento humano... como agente da opinião pública... e como autêntico homem de desenvolvimento da comunidade local e estadual (...). descobrir a liderança sindical e os fenômenos sociais como fatores dinâmicos na vida sindical e na comunidade... a sua repercussão no de*

envolvimento (...) contrastar o desenvolvimento com o subdesenvolvimento para conscientizar os participantes na qualidade de autor, centro, motivo e beneficiário do desenvolvimento (...) descobrir e constatar a complexidade do processo de desenvolvimento para sentir a necessidade de dar rápidas soluções ao subdesenvolvimento assumindo a sua parcela de responsabilidade (...) tornar o sindicalismo um movimento agente de desenvolvimento (FTLPB, 1968).

Esses objetivos deixam patente o caráter escamoteador da política sindical do Governo que contribuiu, decisivamente, para descaracterizar os sindicatos de suas funções objetivas como órgãos reivindicativos, transformando-os em órgãos de colaboração. Cristalizou-se a tendência para um trabalho promocional voltado para o desenvolvimento de comunidade através de civilismo, da alfabetização, da educação, técnico-profissionalizante etc.

A ênfase dada aos sindicatos, como fatores do desenvolvimento, era acompanhada de outras diretivas tais como: "dar consciência... do que seja reforma agrária e do que já existe com o fim de promovê-la". Como se observa, a questão da reforma agrária era enfocada como uma medida outorgada de cima; competia aos sindicatos ter apenas noções sobre a mesma, porém, sua execução era de competência do Governo.

A palavra camponês, carregada de um conteúdo classista de confronto com os proprietários rurais (os latifundiários), foi abolida e os pequenos produtores foram levados a se reconhecerem da mesma forma que os assalariados do campo, enquanto trabalhadores rurais, que deveriam ser assistidos pelos órgãos governamentais a fim de superar seu estágio de subdesenvolvimento e se integrarem no processo de desenvolvimento capitalista global.

O movimento sindical não foi totalmente marginalizado do processo político, ao contrário, como afirmou AMAN (103), no que diz respeito ao meio rural, os sindicatos assumiram importante papel político e ideológico na nova conjuntura. Para nós, a prestação de serviços governamentais, através dos sindicatos, não significou uma redução no seu papel, mas uma importante de finição ideológica como órgão de colaboração com o Estado, já esboçado no início da década de 60.

O governo militar assumiu a mediação das contradições entre latifundiários e trabalhadores rurais, resultado do mode lo de desenvolvimento agrário e delegou aos sindicatos de tra- balhadores rurais o papel de amortecedor dos conflitos sociais no campo, transformando-os em instrumento fundamental para im- plementar a ideologia nacional desenvolvimentista (que escamo- teia a política de desenvolvimento voltada para atender aos in- teresses dos grandes grupos econômicos que controlam os princi- pais fatores da produção agrícola no país).

Em consonância com o modelo corporativista - e negando o compromisso histórico do sindicalismo com a defesa dos inte- resses dos trabalhadores na luta de classes, intransigentemen- te assumido pelas Ligas Camponesas e sindicatos livres, antes do golpe militar - os sindicatos de trabalhadores rurais desen- volveram uma prática de homologação de acordos, na resolução das questões entre proprietários e foreiros, parceiros e moradores, que envolviam, primordialmente, o despejo da terra que cultiva- vam e a destruição das casas. Tais acordos, que invariavelmen- te favoreciam aos donos das terras e iludiam aos pequenos pro- dutores, não ofereceram nenhuma resistência ao processo de ex- propriação dos camponeses e a sua transformação em assalaria - dos na Zona Canavieira, na evasão da mão-de-obra do campo para o centro-sul, provocando o desemprego estrutural.

CAPÍTULO IV

OS MECANISMOS DE ENQUADRAMENTOS IDEOLÓGICOS DOS STR'S

4. CONTEXTO

No campo, os movimentos sociais sofreram de forma diferenciada os efeitos do golpe militar de 64. As Ligas Camponesas - por exemplo - foram completamente exterminadas, diferentemente dos sindicatos que, embora tenham ficado, por algum tempo, praticamente fechados e proibidos de fazerem reuniões, foram impulsionados: Enquanto as lideranças das Ligas foram espancadas, presas e até assassinadas, os dirigentes sindicais foram intimados a prestar depoimentos no 15 RI. A Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, logo após o golpe, voltou a desenvolver normalmente suas atividades.

A ditadura, para garantir que os STR's se enquadrassem de forma plena no modelo corporativista e cumprissem seu papel ideológico de integração dos trabalhadores aos interesses nacionais, acionou uma série de mecanismos de controle direto e de disciplinamento do movimento sindical. Dentre os vários mecanismos de instrumentalização dos sindicatos pelo Estado destacamos: os repressivos, através da intervenção militar e do controle corporativo do Ministério do Trabalho, via Delegacia Regional do Trabalho - DRT; e os ideológicos, veiculados pelas assessorias e pelas políticas sociais governamentais internalizadas pelos sindicatos, em particular, o assistencialismo.

Esses instrumentos, embora de natureza distinta, exerceram, no seu conjunto, a função de controle do movimento social no campo (sobrevivente do golpe) e de enquadramento ideo-

lógico do sindicalismo. De maneira isolada ou combinando-se, cada um deles marcou, num dado momento, mais incisivamente, a vida sindical.

4.1 - Os Mecanismos Repressivos (militar-corporativo)

"Então eu estava neste corre-corre, sofrendo, inclusive, as maiores perturbações psíquicas até porque o movimento era muito 'atritivo' naquele tempo, entre 64 e 69 que foi o meu tempo. Foi o tempo mais duro da história do sindicalismo rural na Paraíba; a gente estava procurando ganhar terreno e confiança, mas enquanto isso ainda estava na dureza de se lutar no sistema de vida camponês; então, a Federação até aí, estava sendo considerada ainda como remanescente das Ligas Camponesas embora nossa linha fosse completamente diferente. O Exército nos olhava demais; a Delegacia tinha seu serviço secreto que nos olhava muito; o setor sindical nos pressionava muito, não é? E os patrões nas usinas, os senhores de engenhos despejavam muito trabalhadores... Quando os casos começavam a ficar cada vez mais duros, aconteceu um problema com o tesoureiro que ainda era Cassimiro. Foi para o hospital exatamente pela pressão que sofreu, não é? Ele estava recolhendo as guias de contribuição sindical; quando voltou do escritório e começou a ter problemas. Aí, resultado: nós levamos ele para o hospital; lá para o manicômio; deixando o rapaz internado; e eu fiquei sozinho na luta; então Hely Cantalice não estava mais comigo, então, eu também sofri um distúrbio mais

ou menos em 1967... Mas, mesmo assim, até aqui, graças a Deus eu continuei na luta. De 67 a 69 a coisa estava muito 'grossa' que eu já estava com medo de ir ao Grupamento de Engenharia, com medo de ir à Secretaria de Segurança Pública, com medo de ir ao Palácio do Governo. Porque eu ia três a quatro vezes no dia em cada lugar desses; aí, isso vai psicologicamente fazendo com que a gente fique abalado. Mas, mesmo assim, eu já empurrando os casos para as autoridades, pra fazer sentir os problemas, não é? Eram atritos muito graves que havia lá e que a polícia ia lá muitas vezes a favor dos patrões e a coisa era de tal modo que eu tinha que levar esses casos para a Secretaria de Segurança Pública, não é? Para o Grupamento de Engenharia também, não é? Tinha que ir a Delegacia do Trabalho, tinha que ir ao IV Exército do Recife, não é? Era um vai e vem. Essa coisa toda, tava absorvendo a minha força, entendeu?" (1).

Esse depoimento de Expedito Soares de Maria deixa patente as dificuldades deparadas pelo movimento sindical no exercício das suas atividades no período subsequente ao golpe militar. Naquele momento, os problemas do sindicalismo passaram a ser tratados nas alçadas das instituições repressivas do regime, como o Grupamento de Engenharia, o IV Exército, a Guarnição Federal, a Secretaria de Segurança Pública, o serviço secreto do Ministério do Trabalho.

Foi deflagrada uma verdadeira guerra psicológica para enquadrar os dirigentes sindicais na nova ordem institucional,

(1) MARIA, Expedito Soares de. Trechos da entrevista, que nos concedeu em janeiro de 1987.

com o objetivo de esvaziar a luta política no campo, e de efetivar a dominação política e ideológica das classes dominantes no meio da população rural. O clima de pressão visava abrir caminho para garantir a viabilização do desenvolvimento do capitalismo no campo (que pressupunha a expropriação dos pequenos produtores e exploração da sua força de trabalho) e atenuar os conflitos sociais decorrentes desse mesmo desenvolvimento.

A Federação foi submetida a uma "camisa de força", onde a ditadura, respaldada pelas armas, introduziu em seu meio, de maneira abrupta e autoritária, militares para controlar o movimento sindical de acordo com seus princípios e regras:

"Nós éramos comandados pelo Governo, pelo sistema de Governo que aí está, não é? E então todo mundo sabe que o Governo como o que está aí quando entra é pra controlar a coisa; tudo, sob seu controle, haja visto que quando nós chegamos aqui na Federação (1977) tinha um cidadão que estava a disposição da Federação que era um major do Exército e em todas as repartições tinha aqueles auxiliares para comandar e controlar as coisas". (2)

O referido major "era do setor de segurança da Delegacia Regional do Trabalho. Então, como era um elemento que gostava de sindicata.. ele entrosou-se tanto com a Federação que já sabia de todas as causas dela e era exatamente ele quem encaminhava para a Delegacia... para o Grupoamento de Engenharia, para o IV Exército em Recife. Aquelas causas da zona rural, as mais pesadas... ele estava à frente... então ele viajava para os sindicatos e frequentava todas as reuniões". (3)

(2) DINIZ, Álvaro. Trecho da entrevista concedida a Regina Novaes em 1983.

(3) MARIA, Expedito Soares, trecho da entrevista de janeiro/87.

Adiante expomos fotos de um evento sindical, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba e realizado no CENTREMAR, em João Pessoa, no período de 1969-1972, reunindo representantes de órgãos oficiais e dirigentes sindicais, cujo palestrante era um oficial.

Além da presença ostensiva de militares nas entidades sindicais, outra forma de controle repressivo era a vigilância sobre a atuação individual, que não se limitava aos sindicalistas, mas incluía membros da assessoria que eram vinculados ao próprio Estado, como demonstra o depoimento abaixo:

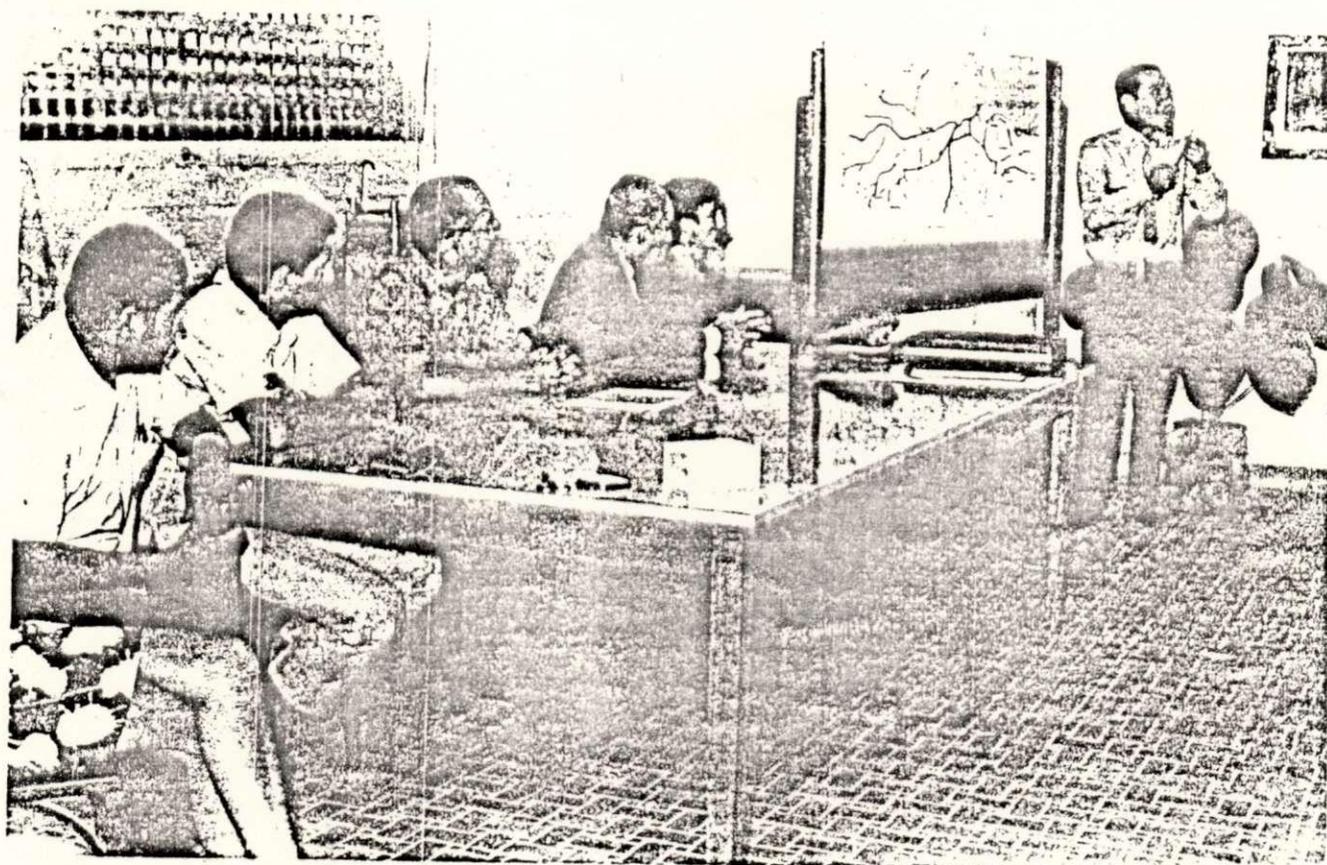
"Muitas vezes eu fui dar treinamento no interior, e quando eu chegava em João Pessoa, tinha duas, três denúncias: uma denúncia no Ministério do Trabalho, uma no Grupamento de Engenharia, outra na ANCAR... Assim: 'que eu estava insuflando os trabalhadores, que eu estava valorizando aquelas lideranças perigosas', essa coisa, não é? Eu não estava de jeito nenhum. Eu até estava me sentindo assim fortalecendo o sistema. Porque? ora, se tudo que eu fazia era dentro da lei, eu não soltava o Estatuto da Terra, quando eu dizia uma coisa, acrescentava: olhe aqui qual é o artigo que diz isso. E justificava né? Ou então: o Estatuto do Trabalhador Rural qualquer coisa que eu dizia procurava não sair da lei, quer dizer dos instrumentos legais... Eu ficava assim: meu Deus, o que foi que eu fiz? Eu ficava procurando. Às vezes por exemplo... chegava nas localidades via o povo, os velhos recebendo aposentadoria e indo o pessoal receber no lugar deles, ficando com o dinheiro! Eu dizia" não pode ser isso!

Aí, então, por isso eu era denunciada. Às vezes essas denúncias partiam da própria Federação". (4)

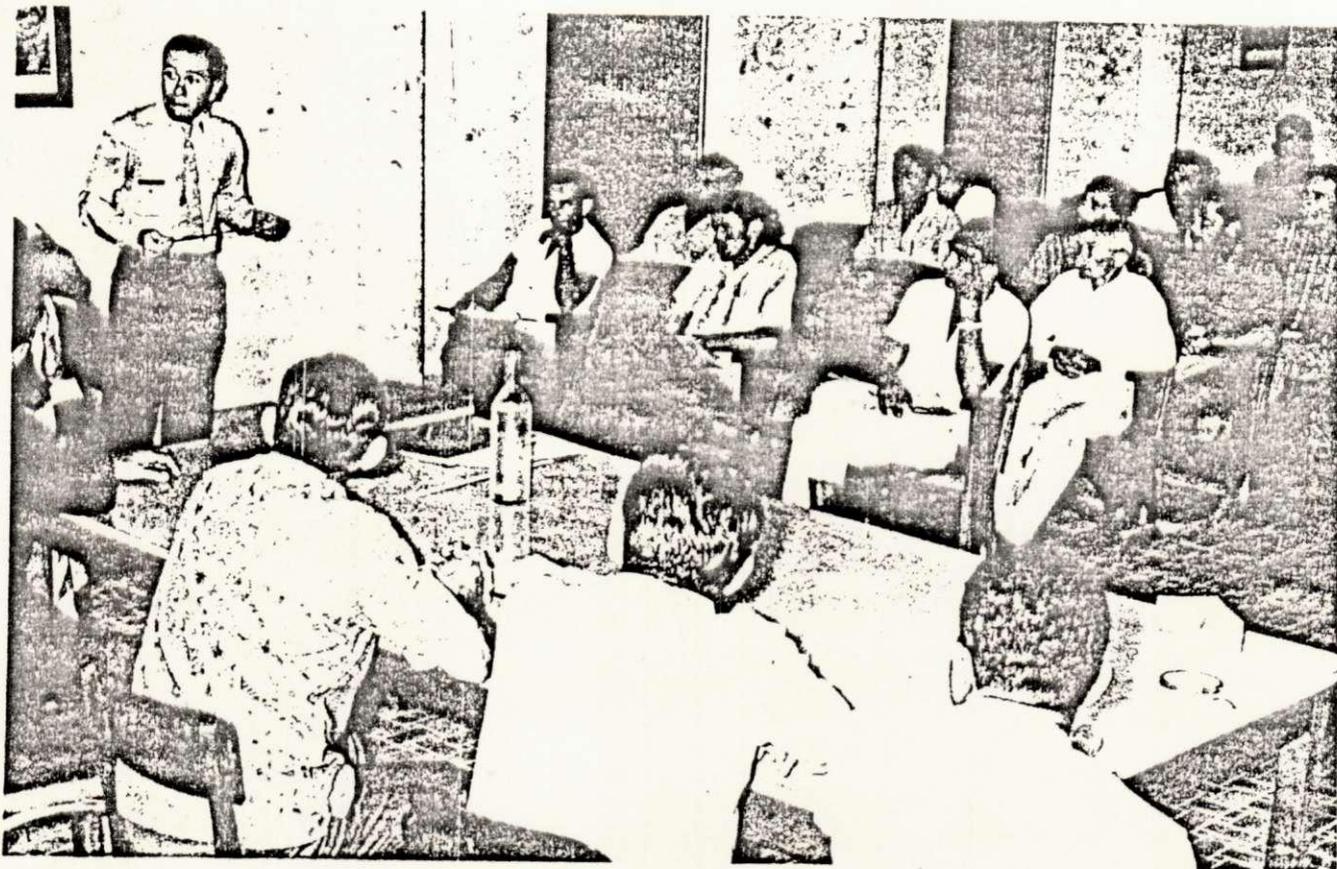
Como foi constatado, no campo, a violência e a repressão militar assumiram formas distintas: foi direta e implacável sobre as Ligas, e, indireta, na medida em que era revestida de um caráter mais sutil no cerceamento das liberdades individuais e da vida sindical, combinando: a institucionalização dos organismos repressivos como canais para onde os dirigentes sindicais deveriam encaminhar os conflitos, à intervenção direta dos militares no meio sindical; a vigilância camuflada das atividades dos dirigentes e assessores sindicais.

O Ministério do Trabalho, enquanto órgão ao qual a estrutura sindical corporativa estava mais diretamente vinculada, exerceu, por sua vez, através da Delegacia Regional, um controle severo, impedindo qualquer possibilidade de livre exercício da atividade sindical. Este órgão, (DRT), usando das prerrogativas que lhe conferia a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, assim como aproveitando-se da conjuntura então vigente e invocando a "moralidade administrativa", interveio em grande número de sindicatos.

(4) Adriana, trechos de entrevista que nos foi concedida em dezembro/86.



Da esquerda para a direita: Adriana - representante da ANCAR, Joaquim Francelino - presidente da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, representante da ANCAR, Carlos Pessoa - representante da Federação da Agricultura da Paraíba (órgão patronal), 2 participantes da mesa não identificados e um major do exército como palestrante.



Evento realizado na CENTREMAR, pela Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba - João Pessoa/PB, reunindo dirigentes sindicais e um oficial palestrante.

No quadro seguinte, demonstramos tal ingerência sobre os sindicatos da Zona Canavieira no período entre 1965 a 1976.

QUADRO 1
INTERVENÇÃO EM STR's DA ZONA CANAVIEIRA DA PARAÍBA PELA DRT

SINDICATOS	INTERVENTORES		ANO	MOTIVO
	JUNTA GOVERNATIVA (presidente)	ADMINISTRADOR		
ALAGOA GRANDE	Álvaro Diniz	-	1967	Não consta
ALAGOA NOVA	-	Severino Toledo	1972	Irreg. administrativas
ALAGOINHA	Antonio C. Santos	-	1968	Não consta
ARAÇAGI	Eronides J. Silva	-	1970	Não consta
AREIA	José N. Aquino	-	1968	Não consta
	João Gomes Silva	-	1971	Não consta
BANANEIRAS	Expedito S. de Maria	-	1973	Não consta
	Luiz da S. Barbosa	-	1976	Convocar eleições
CAAPORÃ	Manoel F. dos Santos	-	1975	Não consta
CRUZ E. SANTOS	-	Antonio C. Rocha	1969	Convocar eleições
	João A. Vitorino	-	1969	Não consta
GUARABIRA	José F. da Silva	-	1966	Convocar eleições
	Manoel Batista	-	1966	Não consta
ITABAIANA	Otávio A. Castro	-	1967	Convocar eleições
ITAPOROROCA	Inácio Amaro	-	1968	Convocar eleições
	Cícero B. da Silva	-	1969	Convocar eleições
MARÍ	Francisco S. de Oliveira	-	1965	Convocar eleições
PEDRA DO FOGO	Severino G. Nascimento	-	1969	Convocar eleições
PILÕES	Pedro V. dos Santos	-	1969	Dirigir sindicato
	Manoel Batista	-	1971	Renúncia coletiva da diretoria
PIRIPITUBA	Vicente P. Leite*	-	1966/ 1967	Não consta
	Francisco H. Santos**	-	1967	Não consta
PITUMBU	João F. Nascimento***	-	1973	Convocar eleições
RIO TINTO	Inácio P. Silva	-	1972	Convocar eleições
SANTA RITA	Severino B. Nascimento	Luiz S. B. Vas- concelos	1967	Fraude não realização eleições
	Rita R. Paiva	Alcides A. Amorim	1972	Convocar eleições
S.M. TAIPU	José A. Souza	-	1970	Convocar eleições
	Antonio A. Souza	-	1974	Convocar eleições
SAPÉ	José V. da Silva	-	1972	Convocar eleições
SERRARIA	Juvenal T. Chaves	-	1966	Não consta
SOLÂNEA	Joaquim Francelino	-	1966	Convocar eleições
	José Pereira da Silva	-	1976	Convocar eleições

FONTE: DRT

* José Teixeira Pontes - adm. 1967 eleição não teve quorum

** Odilon Pires Costa - adm. 1967 abandono de cargo

*** Francisco H. dos Santos - adm. 1974 não convoca eleição.

De acordo com estes dados, podemos notar que, ao longo de todo o período, as intervenções foram-se sucedendo numa frequência regular. Neste caso, o AI-5 parece não ter representado um acirramento significativo do controle do Ministério do Trabalho sobre o sindicalismo rural em relação ao período anterior (pós-golpe).

A intervenção, via de regra, era justificada pelo Ministério do Trabalho para o combate às irregularidades administrativas ou para encaminhar pleitos eleitorais. No primeiro caso, o interventor era, geralmente, um administrador que podia ser vinculado à DRT, e no segundo, a intervenção era feita por Junta Governativa, composta de um presidente, um secretário e um tesoureiro da categoria, que deveriam, dentro do prazo mínimo de 90 dias, proceder às eleições sindicais.

Observamos que a maioria absoluta dos casos analisados de intervenção nos STR's foram realizados por Juntas Governativas. Quando frisamos esse aspecto, queremos chamar a atenção para o envolvimento do Ministério do Trabalho diretamente no processo de recrutamento de lideranças sindicais.

Vemos, a seguir, o trecho de um depoimento que exemplifica o ascenso de "lideranças fabricadas" pelo Ministério do Trabalho, via Junta Governativa:

"Nessa altura eu dirigia o sindicato de uma cidade aqui de perto chamada Cruz do Espírito Santo (onde houve agora essa inundação). Então fui convidado para entrar no sindicato de Santa Rita e tentar organizá-lo, apresentar uma pessoa, e essa pessoa o Ministério pedia de preferência que fosse mulher, já que até agora segundo ele, os homens não deram jeito, vamos ver se

mulher vai conseguir pelo menos melhorar esse negócio... Exatamente; foi uma experiência que, conversando no Ministério, eles acharam por bem aquela fase de homens e só dava problema; então, disseram assim, 'vamos atrás de uma mulher, porque talvez seja melhor, mais fácil de começar a coisa e tal; talvez ela tenha facilidade de organizar. Então já conhecia; não tinha, assim, um conhecimento maior mas, pelo menos, tinha pequena aproximação; aí eu apresentei-a; era associada, morava num sítio, o pai dela era agricultor; a mãe também. Aí eu disse: aquela menina dá pra ser aproveitada. Então eu a levei ao Ministério e apresentei-a; o Ministério acatou e em seguida designou-a para uma Junta Governativa, dando um prazo de noventa dias para que procedesse o pleito eleitoral... Nós trabalhamos na eleição e conseguimos elegê-la para o pleito; empossou-se como presidente já eleita com mandato de três anos". (5)

Não se trata de um caso isolado; ao contrário, como se pode verificar nos processos da DRT (Anexo V), as Juntas Governativas, que se generalizaram ao longo do período em estudo, constituíram-se em canais de ascensão de trabalhadores às diretorias dos STR's; ou seja, grande número de dirigentes "eleitos" eram interventores. Nesse caso, as eleições sindicais não passavam de meras formalidades "democráticas".

No fundo, o que se constata é que a ingerência do Ministério do Trabalho tinha caráter ideológico definido, pois

(5) VITORINO, João Trechos de entrevista concedida a Neide Miele em julho de 1985. O próprio entrevistado, presidente do STR de Santa Rita tinha sido interventor do STR de Cruz do Espírito Santo em julho de 1969 e eleito em outubro daquele ano pela junta conforme processo da DRT. (Anexo V)

as medidas intervencionistas significavam uma espécie de "triagem", através da qual eram selecionados os quadros para o movimento sindical que fossem plenamente identificados com o poder constituído, ou que fossem facilmente manipuláveis e submissos ao enquadramento. Vale salientar que, aquelas lideranças que tentavam escapar à tutela do Estado, passavam a desmerecer a confiança do Ministério do Trabalho e conseqüentemente a serem desestabilizadas:

"O Delegado do Trabalho estava também tentando me bloquear, não é? Ele não estava se dando bem comigo, porque queria mandar na Federação e eu vinha empurrando ele devagarzinho e ele começou a não se sentir bem... Como disse, eu vinha me libertando de certas opiniões como as de Hely Cantalice que rompeu, não é? A Delegacia no setor sindical que muitas vezes me aconselhava, já estava deixando eles prá lá, não é?... Então, o Delegado pegou ele (Joaquim Francelino) como peça chave prá me tirar da Federação. Nesse auge ele (delegado) convidou todos os presidentes de sindicatos sem eu saber e aí manteve contatos... Aí disse: 'olhem se vocês não elegerem Francelino, vocês não vão ter o apoio da Delegacia, não é? Vocês vão sofrer muitas pressões aqui nessa parte. Eu vou desagregar todos vocês porque vocês tem que eleger Francelino. Vocês sabem que quem manda na Federação é a Delegacia. Disse lá 'droga' aos trabalhadores rurais, não é? Eles tiveram medo e então elegeram Francelino". (6)

(6) MARIA, Expedito Soares de. Trechos da entrevista de janeiro/87.

Apesar dos dados nos mostrarem que as intervenções para corrigir irregularidades administrativas foram em número bem menor que aquelas referentes aos processos eleitorais, difundiu-se a ideologia da "moralidade administrativa" que foi sendo, paulatinamente, incorporada pelos próprios dirigentes sindicais, justificando a legitimidade, a necessidade das intervenções.

O processo de intervenção nos sindicatos ocorreu acompanhado de outros mecanismos de controle, através dos quais, o Ministério do Trabalho, praticamente, inviabilizou qualquer possibilidade de ação independente. Os sindicatos eram obrigados a deixar aquele órgão inteiramente informado de toda e qualquer programação a ser efetivada, assim como, dele obter o consentimento para a sua participação. Assim, os cursos de formação sindical eram extremamente vigiados; os passos do dirigente eram rigidamente seguidos; os recursos físicos e financeiros eram severamente policiados. Eram igualmente controladas as assembleias, as viagens do dirigente, as eleições, os aumentos das mensalidades sociais, as comemorações cívicas, os acordos de trabalho, o nome da liderança e a sua identidade, etc.

A partir de informações obtidas na própria DRT, reproduzimos uma série de ocorrências onde se observa com que minúcias a vida dos sindicatos era acompanhada e a que nível chegava a ingerência do Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre as entidades sindicais. (Anexo VI)

As incessantes prestações de conta foram, paulatinamente, sendo absorvidas pelas lideranças sindicais que passaram a encarar de maneira natural, a própria necessidade de dar conhecimento às autoridades civis, militares e religiosas de todas

das comunicações entre a Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba e essas autoridades, comparativamente àquelas realizadas entre diferentes instâncias do próprio movimento sindical (confederação, federação, sindicatos).

QUADRO 2
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS E RECEBIDAS PELA FEDERAÇÃO EM 1965

Procedência e Destinatário	Recebida	Expedida
Autoridades Cíveis e Militares	182	247
Delegacia Regional do Trabalho	51	280
CONTAG	13	19
Sindicatos Rurais	113	6
Proprietários	4	6
T O T A L	363	558

FONTE: Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, in "Sindicalismo Rural": Informes, Diretrizes, Metas e Plano de Atividades, 1966.

No documento **Informes, Diretrizes, Metas e Plano de Atividades de 1966**, a Federação colocava, explicitamente, como parte das diretrizes da sua atuação nos sindicatos "*motivar as diretorias sindicais a se comunicarem sempre com as autoridades municipais, estaduais e federais informando-as da situação geral do meio rural*". Merece destaque o fato de que os dirigentes sindicais não percebiam nessa comunicação permanente uma forma de controle, mas sim, uma relação de colaboração e de apoio das autoridades civis, militares e religiosas, que "*conosco procuram atinar com o rumo certo para o desenvolvimento do mundo rural brasileiro*"... As autoridades eram entendidas como "*todos aqueles que conosco colaboram nessa difícil e árdua tarefa de promoção do trabalhador rural*". O documento enfatizava o fato de que a "*Secretaria de Segurança do Estado apoiava o sindicato assegurando a promoção do rurícola*" (FTLPB, 1966).

Dentre as autoridades colaboradoras da Federação, em 1965, aparecem no documento:

- . **Guarnição Federal** - ajudando na solução de vários ca sos e apoio moral.
- . **Secretaria de Segurança Pública** - dando apoio moral direta e indiretamente e ajudando na solução de ca - sos de sua competência.
- . **Delegacia Regional do Trabalho** - colaboração efetiva na cobrança do imposto sindical (FTLPB, 1966).

De 1966 a 1968, foi ficando menos transparente a relação do movimento sindical com as autoridades militares, tanto que, no **Plano de Sindicalização de 1968**, não se encontram mais, explicitamente mencionados, os órgãos repressivos que apareciam como colaboradores no documento anterior.

Quanto ao Ministério do Trabalho, a correspondência mi nuciosa continuou pelo menos até 1976. No decorrer desse pe - ríodo, a presença de funcionários do Serviço Secreto do Minis - tério do Trabalho foi sendo gradualmente absorvida, sendo es - tes confundidos com representantes do próprio movimento sindi - cal, como foi o caso de Hely Cantalice que ficou à disposição da Federação como assessor.

De outro lado, a equipe da ANCAR, que, inicialmente, ti nha uma relação periférica com o sindicalismo, não reconhecida dentro do próprio órgão estatal, passou a formalizar, institu - cionalmente, tal relação, integrando oficialmente a assessoria da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba.

4.2 - Os Mecanismos Ideológicos .

a) Assessoria

Como vimos no primeiro capítulo, a Equipe de Sindicali

zação da Paraíba - que era composta por elementos do Ministério do Trabalho, da ANCAR, do Círculo Operário e da Arquidiocese - e assessorada pelo SORPE, teve um papel preponderante na implantação do sindicalismo rural. Essa equipe, dada por cumprida suas funções com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, foi extinta, sendo que parte dos seus membros como Hely Cantalice, João Emídio e Adriana, foram incorporados como assessores diretos do movimento sindical.

Na verdade, essa incorporação representou a continuidade da aliança que fora selada entre a Igreja e o Estado, que não sofreu nenhuma solução de continuidade com o advento do golpe. No fundamental, as forças que deram as diretrizes políticas mais gerais e permanentes se mantiveram, sendo que a correlação de forças se inverteu; se antes havia a hegemonia da Igreja, no período pós-64, o Estado passou a ter peso preponderante.

No plano institucional, os sindicatos passaram a se identificar, não mais com a Congregação Mariana nem com a Juventude Agrária Católica ou os padres José Rodrigues Fidélis e Geraldo Pinto, mas com o Ministério do Trabalho, ANCAR, INDA e posteriormente, INCRA, FUNRURAL, IADESIL etc. Consequentemente, ganharam expressão figuras como as de Hely Cantalice, Adriana, João Emídio, Celso Duarte, Major Guerra, Elpídio Cavalcanti etc. Essas instituições estatais passaram, de fato, a dar as diretrizes para o sindicalismo; deram o tom do discurso que determinou, por sua vez, a práxis sindical. A esse processo de instrumentalização dos sindicatos se integraram novos órgãos oficiais para desempenhar tarefas específicas enquanto entidades "colaboradoras".

Na nossa análise, privilegiamos o enfoque daquela

essoria que se vinculou organicamente à direção do movimento sindical, ou seja, àquela que passou a fazer parte da estrutura do órgão máximo da vida sindical no Estado. No seu **Plano de Sindicalização de 1968**, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, definiu sua política de ação com a integração de uma política sindical (desenvolvida pelo próprio órgão de classe) e pára-sindical (exôgena, desenvolvida por pessoas ou grupos extra-classe). Essa integração era definida como um processo "consciente", "duradouro", "planejado", "coordenado", "executado" e "avaliado" em comum, tendo em vista uma meta única, e seu conteúdo, a longo prazo, era o plano de ação comunitária. No aspecto pára-sindical, era enfatizada uma declaração de intenção na mudança de postura dos órgãos de colaboração: de assessoramento "sem injunção" para engajar o sindicalismo na comunidade, privilegiando atividades promocionais e de conscientização (FTLPB, 1968).

A descrição da trajetória dessa assessoria sindical, nas diversas gestões da Federação, nos remeteu a três questões que consideramos pertinentes: quem era? O que veiculou? Como o fez?

Se antes do golpe, a hierarquia eclesiástica atuava diretamente sobre o sindicalismo rural, através da orientação do SORPE e dos Círculos Operários, juntamente com o Ministério do Trabalho e da ANCAR, coordenando o processo de sindicalização, posteriormente, sobretudo nos primeiros momentos da ditadura, as duas instituições do Estado assumiram, efetivamente, o controle da linha sindical que foi implementada. Ainda na gestão do Sr. Expedito Soares de Maria (63-69) a FETAPE - Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco e a CONTAG, se aproximaram da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba,

veiculando, respectivamente, a linha do SORPE e da Confederação Nacional dos Círculos Operários Cristãos por dentro da própria estrutura sindical.

Esse núcleo de assessoria, formado por elementos do Ministério do Trabalho, da ANCAR, do SORPE, do Círculo Operário, da FETAPE e da CONTAG, apesar da substituição de nomes, praticamente se manteve até o final do período que analisamos. Cabe assinalar, apenas, a aproximação do IADESIL, ligado à CIA e à Aliança para o Progresso, por volta do final da década de 60, particularmente no mandato de Joaquim Francelino (69-72) e a sua incorporação através de José Lopes, que integrou a assessoria na primeira gestão de Álvaro Diniz (72-75). O IADESIL promoveu treinamentos e cursos para os trabalhadores e sindicalistas com o fito de "localizar e preparar 'líderes' que pudessem assumir a sindicatos, a partir de critérios da ideologia dessas mesmas instituições, com o intuito de reforçar no meio sindical o mesmo tipo de treinamentos dado aos militares brasileiros a fim de garantir a linha de segurança e desenvolvimento traçado pelo (ou) para o Brasil após o golpe militar de 64". (MIELE, 1985).

O principal papel desempenhado pela assessoria foi traduzir a ideologia dominante, isto é, a ideologia da integração nacional na política sindical. Nessa perspectiva, orientava permanentemente os dirigentes da Federação, influenciando-os na elaboração das diretrizes, metas e planos de ação do sindicalismo estadual, dava acompanhamento e avaliava o desenvolvimento da ação sindical além dos treinamentos às lideranças. Em torno dessa assessoria se articulavam várias entidades "colaboradoras" que, através, sobretudo, dos cursos e treinamentos, viabilizavam a política de integração do sindicalismo com o processo de desenvolvimento do meio rural, tais como: INDA, IBRA,

DAC - Divisão de Ação Comunitária (SUDENE), SETRASS - Secretaria Extraordinária de Trabalho e Serviço Social etc.

Um exemplo concreto da política de integração, que envolveu o órgão máximo de representação dos trabalhadores rurais é o PIDSIN - Projeto Integrado de Desenvolvimento do Sindicalismo, cujo modelo de resolução mostra, com muita clareza, o papel ideológico reservado ao sindicalismo enquanto órgão de colaboração com o Estado (Anexo VII).

Por trás do discurso de colaboração com o Estado, "interessado diretamente no movimento sindicalista rural", se escondia uma brutal ingerência e uma cooptação dos sindicatos. Da mesma forma, o tratamento do sindicalismo como um "sistema único" que devia ser fortalecido por esse projeto de "desenvolvimento integral" escamoteiava a luta de classes quando colocava, por exemplo, a Federação da Agricultura (órgão patronal) e a Federação dos Trabalhadores como entidades "co-responsáveis" e "co-participantes" para objetivos de comum acordo, etc.

Essa ideologia da integração foi a tônica do **Plano de Trabalho** para a gestão 1972-1975, da chapa de Álvaro Diniz, então concorrente às eleições da FETAG. Um dos objetivos específicos do plano de administração era exatamente "efetivar a integração de todos os organismos similares para uma ação conjunta em torno do objetivo geral que é o de levar a população trabalhadora rural a tomar consciência dos seus problemas e necessidades, sobretudo no que concerne aos legítimos direitos e deveres em função de uma participação efetiva e organizada como agente e beneficiário do processo produtivo".⁽⁷⁾

(7) DINIZ, Álvaro. **Um Plano de Trabalho** para a gestão 1972-1975, janeiro, 1972.

Segundo esse plano de trabalho, dentre os meios a utilizar-se para fazer cumprir esses objetivos, era citado, em primeiro lugar, a integração que se apresentava como:

- . interpretação da política de ação da Federação (FETAG) para todas as entidades ligadas por qualquer forma ao meio rural, para conhecer suas pretensões e seus programas, tendo em vista uma maior integração à nível estadual e local;
- . manter contatos periódicos com essas entidades, objetivando fomentar uma política de ação unificada, dentro dos interesses comuns;
- . manter entrosamento contínuo e sistemático com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o INCRA, Conselho Estadual de Agricultura (CEAGRI), ANCAR, FUNRURAL-Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural e outros órgãos que trabalham com o povo rural.⁽⁸⁾

Os demais itens estavam relacionados com a articulação dos sindicatos com órgãos públicos e privados de diversas naturezas. Como se observa, a integração do sindicalismo com esses órgãos oficiais estava em perfeita consonância com o PIDSIN. Neste sentido, era prevista a realização de acordos e convênios com as entidades similares, objetivando complementar o trabalho da FETAG, como FUNRURAL, ANCAR, FSESP - Fundação SESP, MOBREAL etc.

Quanto à metodologia dos assessores baseava-se em contatos individuais, visitas, reuniões, assembléias, campanhas, palestras e treinamentos. Estes eventos ocorriam em João Pessoa, (fotos seguintes), nos municípios onde já existiam sindi-

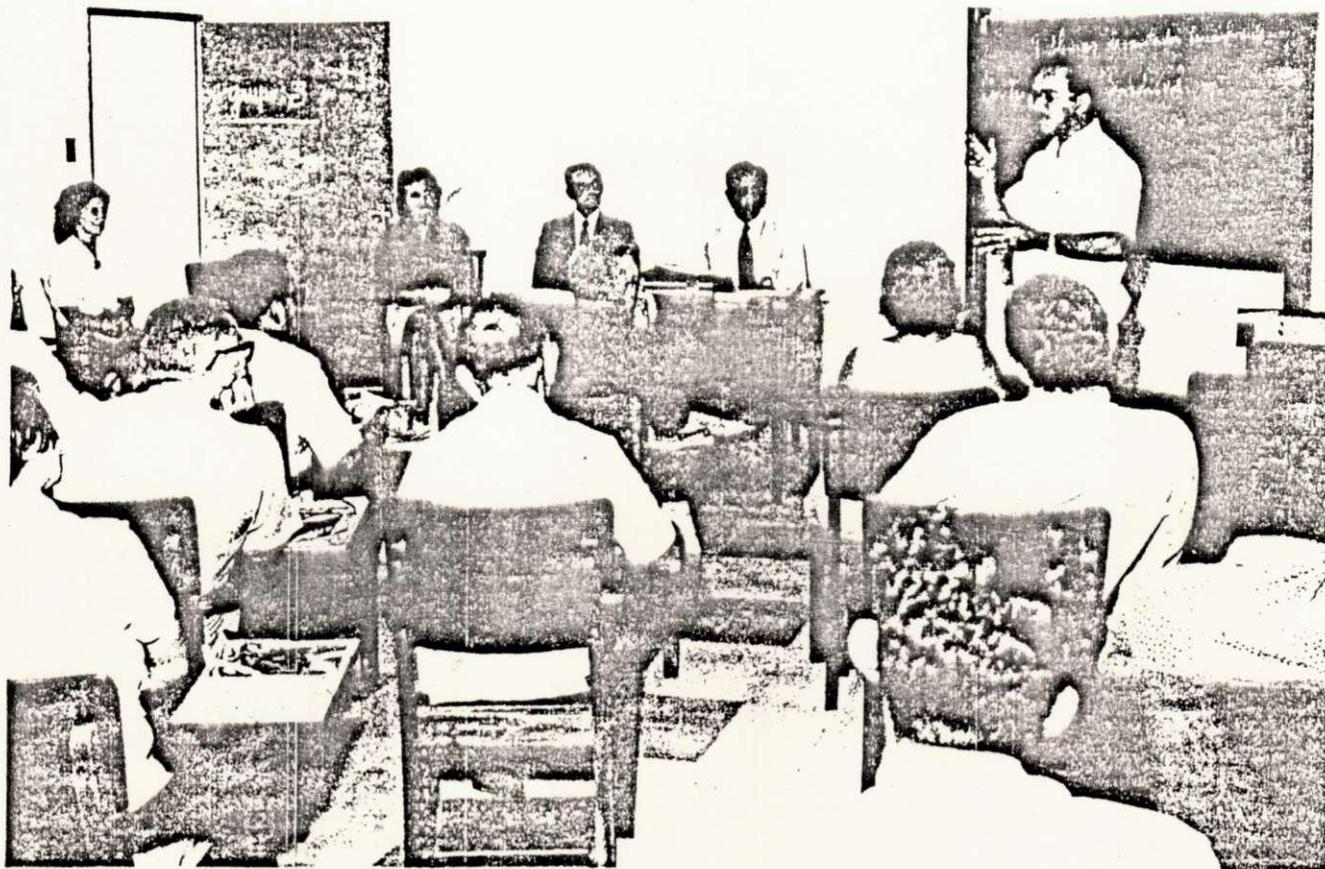
(8) Ibidem.



CENTREMAR - João Pessoa - PB, (71-72).

Participantes de grupo de estudos debatem assuntos relacionados a sindicalismo e reforma agrária.

Presente: Hely Cantalice, Adriana da ANCAR, Joaquim Francelino da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba e Dr. Francisco do INCRA.



Representante do INCRA participando de grupo de trabalho em treinamento para sindicalistas - CENTREMAR, João Pessoa-PB (71-72).

catos, bem como naqueles em via de sindicalização. A temática desses treinamentos abordava as noções básicas do sindicalismo, cooperativismo, legislação rural, alfabetização, educação familiar, etc. Desdobrava-se em diferentes níveis de aprofundamento: sindicalismo, desenvolvimento, reforma agrária, movimento sindical e correntes doutrinárias.

O planejamento desses treinamentos fazia parte de um plano integrado, onde o movimento sindical caminhava à reboque do aparato institucional do Estado, através das mais diversas instituições como a ANCAR, Ministério do Trabalho, SETRASSE, etc. Sua função "educadora" aparece nitidamente. O movimento sindical dava aos camponeses e trabalhadores rurais, uma unidade ideológica sob a tutela do Estado. Ele se esforçou em formar lideranças enquadradas.

b) Política Social por dentro dos STR's: O Assistencialismo

Como foi abordado no tópico referente à ideologia do desenvolvimento, a política social era traduzida, no pós-64, como um conjunto de medidas destinadas a criar condições favoráveis para eliminar obstáculos ao desenvolvimento econômico. "A prestação dos serviços do tipo social, como educação, saúde, habitação, assistência etc. representa um ingrediente coadjuvante do bom desempenho econômico, porquanto contribui para a reprodução e maior produtividade da força de trabalho". (AMAN, 1980: 101).

Com o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I-PND) os instrumentos financeiros da política social do governo federal foram os programas de integração social: PIS, PASEP, abertura do capital das empresas e o PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, no qual vamos nos deter, dado

às suas repercussões na vida sindical rural, na medida em que trouxe para os sindicatos a responsabilidade de implementar a previdência social que fazia parte da plataforma das lutas sindicais.

Dentro da lógica funcionalista, a previdência social é entidade com um mecanismo de separação das disfunções, resultantes do processo de trabalho. Do ponto de vista das relações de produção, ou seja, do papel do homem trabalhador como força produtiva que se desgasta e se mutila no processo de trabalho, o amparo previdenciário foi, desde cedo, incorporado às reivindicações sindicais.

O marco histórico da transformação dessa reivindicação em lei foi o Decreto nº 4.682 de 24.01.1923, que determinou a criação de uma caixa de aposentadoria e pensões em cada uma das empresas ferroviárias existentes no país, o que se estendeu a outras empresas de serviços públicos. A partir da década de 30, começaram a ser criadas, entidades de âmbito nacional por categoria profissional. Surgiram os grandes institutos de aposentadorias e pensões: marítimos (1933), comerciários e bancários (1934), industriais (1936), empregados de transportes e cargas (1938). Para unificar os planos de benefícios e critérios administrativos dos institutos, o governo promulgou e regulamentou a **Lei Orgânica da Previdência Social** em 1960. Em 1966, foi unificado todo o sistema previdenciário em torno do INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, porém, os trabalhadores rurais não foram beneficiados por esse sistema geral de seguro social e assistência médica.

A questão específica da previdência rural foi tratada com a promulgação da **Lei 4.214 de 02.03.63** que instituiu o ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) que contém no seu **Título XI** a

criação do **Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL.**

A extensão da Previdência Social aos trabalhadores e empregadores rurais se deu a partir de 1971, com a **Lei Complementar nº 11**, que instituiu o **PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural**, regulamentado três anos depois. Com a implementação desse novo sistema, o FUNRURAL foi transformado em autarquia federal subordinada ao Ministério do Trabalho e Assistência Social, como órgão executor da nova política.

Os benefícios do FUNRURAL não implicam em qualquer contribuição direta dos beneficiários (empregados rurais e pequenos produtores). A contribuição é indireta, através de uma taxa de 2% sobre a comercialização dos produtos rurais e mais 2,6% sobre a folha de salários da contribuição de todos os empregados vinculados ao INPS. A União se desobriga de qualquer compromisso da receita do FUNRURAL. Os recursos arrecadados por esse fundo se destinam basicamente a três objetivos:

- a) concessão de benefícios como a aposentadoria por velhice ou invalidez, pensão, auxílio funeral, seguro-acidente, amparo previdenciário para maiores de 70 anos e para os inválidos;
- b) assistência médica (ambulatorial, hospitalar e odontológica);
- c) serviços sociais (habilitação profissional, fornecimento de medicamentos, habilitação de pessoal para serviços auxiliares de enfermagem, obstetrícia e puericultura, colaboração com os serviços de prevenção às doenças, educação sanitária, etc).

Estes serviços previdenciários, de obrigação do Estado, foram, em parte, repassados aos sindicatos. O artigo 28 da

referida Lei Complementar - por exemplo - atribui às entidades sindicais de trabalhadores e empregadores rurais a mediação de convênios, com o intuito de auxiliar o FUNRURAL na execução e divulgação de sua política previdenciária. Através desses convênios, os sindicatos foram aparelhados com equipamentos de natureza ambulatorial, ambulância, gabinetes dentários, e receberam subsídios mensais para a manutenção da assistência nas despesas de pessoal e material.

Em 1977, com a criação do **SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social**, pela promulgação da Lei nº 6.439 de 01.09.77, inaugurou-se uma nova fase na política de previdência. O INPS foi desmembrado, cabendo-lhe, apenas, a previdência social propriamente dita (benefícios em dinheiro) sendo que a assistência médica ficou a cargo do INAMPS, e a assistência social por conta da LBA - Legião Brasileira de Assistência e FUNABEM. O IAPAS, auxiliado pela DATAPREV (processamento de dados) foi incumbido da administração de todo o sistema.

Com a institucionalização do SINPAS, assinalou-se a extinção do FUNRURAL enquanto autarquia, responsável, inclusive, pela previdência social rural. No entanto, apesar dessa extinção, os sindicatos continuaram sendo um dos principais colaboradores do INAMPS-FUNRURAL, garantindo não só a continuidade dos convênios mas ampliando-os, reforçando a colaboração entre sindicatos e governo.

Com o advento do PRORURAL, acentuou-se a tendência ao assistencialismo, distanciando-se ainda mais o Movimento Sindical, de seus verdadeiros compromissos; ele passou a ser completamente instrumentalizado para servir ao Governo e, com ele, dividir tarefas.

A seguir, vamos analisar os resultados de uma pesquisa

direta, realizada em alguns sindicatos da Zona Canavieira da Paraíba pelos filhos de associados (bolsistas do PEPE), assessorado pelo Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical⁽⁹⁾, no tocante ao perfil dos associados. Esta pesquisa foi executada nos arquivos dos sindicatos, sendo que, na maioria deles, foram consultadas todas as fichas de filiação, à exceção do STR de Alagoa Grande que elegeu apenas uma amostra.

A tabela seguinte diz respeito à distribuição dos associados dos sindicatos de acordo com duas variáveis: a idade dos sócios e o ano em que se associaram. Os dados da primeira tabela ressaltam que em torno da metade dos sócios considerados pertenciam à faixa etária com mais de 50 anos de idade, o que nos remete diretamente à questão da aposentadoria. Por outro lado, como se observa na segunda tabela, a maioria absoluta dos trabalhadores se sindicalizaram após 1971, época de instituição do PRORURAL.

Uma das possíveis explicações levantadas pelo referido Grupo de Pesquisa sobre o incremento da filiação aos sindicatos, verificado a partir de 75, foi associada à maior divulgação dos convênios com o FUNRURAL. Vale lembrar que o PRORURAL só foi regulamentado em 1974, e, por conseguinte, só a partir daí se efetivou a liberação de recursos para a implementação desse programa, especialmente no que diz respeito à viabilização da assistência médica ambulatorial e odontológica dentro dos próprios sindicatos.

(9) Esse Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical, do qual fizemos parte, era constituído por alguns professores e estudantes dos mestrados de Economia e Sociologia do Campus de Campina Grande, preocupados em desenvolver "atividades discentes e docentes que fossem de constante interrogação teórica e de progressivos mergulhos em nossa realidade imediata". Numa primeira fase (1980) o grupo trabalhou com jovens filhos de associados (bolsistas do PEPE) dos STR's de Alagoa Grande, Arara, Bananeiras e Solânea. Numa segunda etapa (1981-1985) estendeu sua assessoria aos STR's de Mari, Sapé, Cuitegi, atingindo desta vez os próprios trabalhadores rurais.

TABELA X
IDADE DOS ASSOCIADOS DO STR

Idade	STR de Solânea		STR de A. Grande		STR de Bananeiras	
	nº associados	%	nº associados	%	nº associados	%
+ 50	1621	44	875	53	1467	42
40-49	713	20	307	19	771	22
30-39	802	22	268	16	716	21
- de 30	509	14	200	12	526	15
TOTAL	3645	100	1650	100	3480	100

FONTE: Fichário dos STR's

TABELA Y
ANO EM QUE SE ASSOCIARAM

Associados	STR de Solânea		STR de A. Grande		STR de Bananeiras	
	nº associados	%	nº associados	%	nº associados	%
do início até						
1969	290	13	490	29	278	8
1971-1975	508	24	353	21	871	26
1976-1980	1349	63	829	50	2241	66
TOTAL	2147	100	1672	100	3390	100

FONTE: Fichário dos SRT's

Sem pretendermos fazer generalizações, podemos afirmar que os casos analisados são exemplos típicos que refletem a realidade mais global da Zona Canavieira que conhecemos diretamente. O depoimento do presidente da FETAG, Álvaro Diniz, corrobora a nossa afirmação a respeito da situação do sindicalismo à nível do Estado. Vejamos:

"Depois que eu entrei na Federação (1972) foi que a gente começou e o trouxemos de qualquer maneira; aproveitamos dos benefícios oferecidos pelo Governo como é o caso do FUNRURAL que eu nunca deixei de ver isso. O FUNRURAL veio em 1972 e nós tivemos que abraçá-lo; puxei muitas vezes os convênios para dentro dos sindicatos; transformamos os sindicatos num ambulatório médico; foi com medo dos políticos tomar aquela migalha que veio para o trabalhador ele receber, tirando o chapéu para os políticos como era toda vida. Por isso, foi o nosso medo de deixar nas mãos deles; arrastamos para dentro dos sindicatos, mas sabemos do perigo que ia acontecer, o de o sindicato se envolver só com aquilo e perder sua verdadeira objetividade". (10)

O FUNRURAL tornou-se um forte atrativo para os trabalhadores rurais que buscavam assistência junto aos STR's. Com intuito de aumentar as receitas sindicais, a maioria dos dirigentes começaram a discriminar os trabalhadores não associados, condicionando os próprios benefícios exclusivamente àqueles filiados do STR, reforçando ainda mais, as distorções da concepção sindical.

(10) DINIZ, Álvaro. Trecho de entrevista a Regina Novais em 1983.

REFLEXÕES FINAIS

"Quanto à questão sindical junto aos trabalhadores ca navieiros, pode-se perceber que ainda é muito limitada. Muitos sindicatos se encontram esvaziados... Como orgãos representativos da classe... Este distanciamento dos trabalhadores é mais verdadeiro quando se trata dos volantes que, de modo geral, estão bastante afastados dos sindicatos, que pouco tem feito por eles... As entidades também estão, em regra geral, isoladas de suas bases. Muitos sindicatos realizam poucas reuniões para esclarecimentos sobre direitos e problemas da classe. Estas reuniões quando ocorrem, são na própria sede do sindicato, lugar onde, geralmente, frequentam aposentados e pessoas necessitadas de atendimento imediato de médico, dentista ou hospital. Hoje, na região da cana, há um número pequeno de delegados sindicais de base. Isto significa que as atividades sindicais limitam-se à sede social da Zona Urbana. Quase não se fazem reuniões de sindicatos nas vilas, povoados, sítios e fazendas... A diretoria está de tal forma envolvida com as atividades assistenciais - como por exemplo, levar doente ao hospital - que fica completamente sem tempo para qualquer contato com os trabalhadores na própria base onde eles moram e trabalham. Outro fato relativo a este isolamento do sindicato da sua base, constitui-se no desempenho dos outros membros da diretoria; além do presidente, que quase sempre trata exclusivamente de questões

administrativas, não tendo tempo nunca para visitar os lugares de moradia dos trabalhadores". (1)

Esta avaliação crítica, feita pelas próprias lideranças sindicais no 2º Encontro de Sindicatos da Zona Canavieira, teve, como ponto fundamental, o reconhecimento de que as diretorias dos sindicatos se encontravam, no início da década de 80, afastadas de suas bases, não representando, por conseguinte, os reais interesses de classe. Tal situação foi atribuída ao fato dos dirigentes estarem envolvidos com questões administrativas e assistenciais. A vida sindical se circunscrevia à sede social, frequentada pelos aposentados e os carentes de assistência médica e hospitalar, e não sobrava tempo para o trabalho junto aos trabalhadores rurais na ativa, nos seus locais de trabalho (engenho, fazendas etc).

Esta visão de que o assistencialismo, via FUNRURAL, foi o grande responsável pela descaracterização do sindicato enquanto órgão reivindicativo, era difundida desde a década de 70.

A citação retrata um quadro bastante distorcido da realidade sindical e da prática dos dirigentes, o que confirmamos ao longo da nossa vivência ao lado do movimento sindical, anos depois. Contudo, a explicação causal de tal realidade é questionável, na medida em que simplifica o processo que viveu o sindicalismo. Superestima os efeitos de uma única variável - o assistencialismo - sobre a vida sindical, abstraído todo o contexto em que ele se inseriu e a que se destinou.

Do nosso ponto de vista, diferentemente, o discurso e a prática das lideranças sindicais, no período analisado e até

(1) Essa realidade sindical - como se observa - foi admitida pelos próprios dirigentes num encontro onde estavam presentes 22 (vinte e dois) sindicatos da Zona Canavieira, a Federação etc., em 1981, promovido pela FETAG e pelo Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical da UFPB - Campina Grande.

os dias atuais, refletem, como não poderia deixar de ser, a efi
cácia do Estado no enquadramento do movimento camponês ao mode
lo corporativista, em seu sentido mais amplo, tanto do ponto
de vista organizacional (estrutura sindical atrelada ao Minis
tério do Trabalho e dissociada das bases) quanto, principalmen
te, do ponto de vista ideológico.

Por trás da aparente contradição, percebemos que há uma
práxis - sindical coerente - onde o discurso e a prática dos
sindicalistas traduzem, de maneira autêntica, a incorporação
da ideologia veiculada pelo Estado. O depoimento que se segue -
por exemplo - deixa transparecer uma suposta dicotomia entre
um discurso que aponta à existência de direitos para os traba-
lhadores rurais, e de uma prática eminentemente assistencialis-
ta, que não organiza os trabalhadores para a luta por esses mes
mos direitos.

*"Alvaro Diniz fazia uma explanação assim, muito boni-
ta; ele sempre fazia reuniões 'pegado' com a CLT; en-
tão, ele dizia que o sindicato era prá ação. Em ter -
mos de ação, o sindicato era somente para extrair den-
te e prá dar guia para o hospital, para o SESP de Ala-
goa Grande e somente, porque nessa época nem médico
no ambulatório tinha... Mas ele já pegava aquelas
leis e, eu lembro demais; aí ele dizia que o trabalha-
dor tinha o direito a reclamar dos patrões os seus di
reitos; 13º salário etc... coragem trabalhador! você
tem que ir lá! você tem que levar sua carteira profis-
sional e então fazia um blã-blã-blã na cabeça da gen-
te. Mas nada de ninguém ir, nada de ninguém começar...
Mas, nas reuniões, ele não dizia somente isso; ele di*

zia: amanhã é dia de extração de dente; amanhã o dentista não vem; mas depois ele pegava uma parte (da reunião) e fazia uma explanação muito bonita. Trabalhador tem que ir ao patrão mesmo; tem que pedir os seus direitos! Olhe aqui está na CLT; ele dizia isso tão bonito que meu pai tinha esperança pelos discursos sobre reforma agrária; as coisas que vem, quer dizer, ele falava muito do que ia vir, que o trabalhador tinha direito a uma aposentadoria igualmente a quem pagava INPS, mas isso ele dizia: pode chegar, vai chegar; era tudo muito bonito! Mas nada em ação, quer dizer: assim ele se dirigia ao povão; ele dizia os direitos que todo mundo tinha; não se dirigia as pessoas... Essa visão era como se o Governo fosse mandar tudo isso pra nós; reforma agrária, terra, não era uma luta partida dos trabalhadores". (2)

Ao situarmos a práxis do mencionado sindicalista no contexto vivido pelo sindicalismo rural no final da década de 60 e início da de 70, vamos perceber que há uma perfeita articulação com os objetivos da ação sindical, de um modo mais global, conforme está explícito nos próprios documentos básicos da Federação.

O discurso de que os direitos (terra e reforma agrária) 'podem chegar', 'vai chegar' etc., como algo exterior, foi veiculado nos treinamentos de formação de liderança ministrados pela Federação e entidades "colaboradoras". Esta reforma agrária sintetizada no Estatuto da Tera seria promovida pelo Governo.

(2) Trecho da entrevista que nos concedeu Carmelita, bolsista do sindicato de Alagoa Grande na gestão de Álvaro Diniz (1967-1972), em janeiro/87.

Por outro lado, a atividade assistencialista do movimento sindical significava a própria viabilização de uma política social (PRORURAL), dentro da perspectiva assumida pelo sindicalismo como agente de promoção humana e como fator do desenvolvimento. Se, com relação a questão agrária, o trabalhador era visto como elemento passivo, no tocante ao desenvolvimento da sua realidade local ele era considerado como um elemento ativo e dinâmico no combate ao subdesenvolvimento.

A prática sindical refletiu, necessariamente, o modelo implantado. O produto final resultante dessa intervenção do Estado e seus aliados foi uma prática sindical totalmente ajustada ao modelo implantado, que se caracterizou pela negação da luta de classes e pela colaboração com o Estado e com a classe dominante; enfim, pela corporativização do movimento camponês. Isto é o espelho dos próprios princípios que emanam do modelo.

Enquanto as entidades sindicais viabilizavam os programas de integração social (MOBRAL, PRORURAL ect.) em contrapartida, processavam-se no campo (como decorrência do desenvolvimento da agroindústria canavieira) mudanças profundas nas relações de produção e de trabalho. Essas mudanças que culminaram com a proletarização dos trabalhadores, contudo, nem sempre ocorreram sem conflitos. Entretanto, na mediação desses conflitos, o movimento sindical se manteve, quase sempre, prisioneiro da ideologia da colaboração de classes. Deste modo, ao invés de incentivar os trabalhadores a se organizarem, coletivamente, para resistir ao processo de proletarização, conclamava-os a fazerem a "paz" como bem demonstra o exemplo abaixo:

"Eu sempre fazia a balança dar a César o que for de César e dar ao homem o que for dele, então eu nunca pendí para um lado ou para outro. Então procurei sem-

pre o trabalhador no seu lugar; não ia infernar o trabalhador porque a derrota do sindicato é infernar o trabalhador, esquentar a cabeça dele com isso e com aquilo. Então fazer paz com os moradores, são boas pedras. O proprietário precisa e você precisa também em vez de questão, paz. Em vez de questão vamos fazer paz porque hoje se você sair de uma firma daquela fazer um acordo com quinze dias, com uns três meses ele pode voltar e você não ficou de mãos na cabeça procurando serviço. Então vamos procurar fazer paz, mais amizade do que inimizade". (3)

Ao nosso ver, este exemplo é uma reprodução típica da ideologia, veiculada pela Igreja e pelo Estado, de negação do conflito social. Com essa apologia da paz, materializada nos acordos entre patrões e trabalhadores, os sindicatos homologaram, sistematicamente, a expulsão em massa dos pequenos produtores.

Esses acordos individuais entre as forças antagônicas abstraíam as contradições entre as mesmas, e, ao tentar satisfazer a ambas as partes, escamoteavam o caráter desigual do acordo, que sempre beneficiava os proprietários em detrimento do trabalhador e, o que é pior, gerava a ilusão de uma compensação para quem tinha sido irremediavelmente expropriado.

O deslocamento do sindicato da posição de defesa dos interesses de uma das forças antagônicas para a de mediador, que trata com pesos iguais proprietários e trabalhadores, foi o resultado da aliança entre o Estado, a Igreja e o Movimento

(3) Entrevista de D. Rita Filgueiras, ex-presidente do STR de Santa Rita, concedida a Neide Miele em 11 de março de 1985.

Sindical, no compromisso de conciliar os interesses antagônicos no campo, para fazer a "paz".

Se a "paz agrária" era mantida à custa do terror e da dominação total do patronato, até ser rompida pela atuação das Ligas, no final da década de 50 e nos anos subsequentes, seria refeita, através dessa aliança, que intermediou os conflitos e evitou ao máximo a situação de confronto, permitindo que o processo de expropriação transcorresse sem tropeço.

Não deve causar surpresa a generalização dessa prática sindical porque esta é a definição do papel ideológico do sindicato, nascido do pacto social do início dos anos 60 e reforçado pela ditadura. Os acordos eram, apenas, a expressão prática do corporativismo que, como vimos, se fundamenta no tripé: estado, capital e trabalho. Isto fica mais explícito nos momentos de acirramento dos conflitos como foi observado no caso de Alagamar:

"O governador Tarcísio Burity preocupado em harmonizar e promover a paz social motivou o encontro entre as partes. Disso resultou um acordo que aparentemente colocava um ponto final no conflito... na ocasião lembra ainda o sr. Waldomiro Ribeiro Coutinho - a imprensa da capital... publicou o acordo na íntegra. Não houve nenhuma contestação das partes, tudo parecia à normalidade. E anote-se este fato: pela primeira vez na Paraíba, um governador do Estado deixava de lado seus afazeres e, em pé de igualdade, reunia em torno de uma mesa redonda moradores e proprietários para a assinatura de um acordo no qual lhe coube a responsabilidade de fiador". (4)

(4) "Proprietário diz que não nega terra para plantar". A UNIÃO 08.01.80.

A nossa reflexão nos levou a considerar que a generalização dessa prática de acordos demonstra que os sindicalistas absorveram, perfeitamente, o papel que lhes fora atribuído pelo Estado, de mediação dos conflitos sociais, favorecendo o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Vale lembrar que esses sindicalistas foram conduzidos por um "estreito canal" de enquadramento: afora a intervenção direta de militares, o Ministério do Trabalho fabricou e procedeu à triagem ideológica de lideranças e reforçou-as na aprendizagem dos mecanismos do processo eleitoral como também, preparou-os para as tarefas de captação de recursos financeiros - imposto sindical - (transformando os sindicatos em fontes de empregos para dirigentes dissociados da produção, que se instalaram, enquanto diretorias, em caráter quase que permanente, além das assessorias de técnicos do Estado, gerência de órgãos governamentais, implementação das políticas via sindicatos, etc.

A práxis-sindical que caracterizou todo esse período analisado foi, sem dúvida, amaciadora dos conflitos sociais no campo e, portanto, "pelega".⁽⁵⁾ Entretanto, para nós, o "pelego" não é um dirigente que optou individualmente pela corrupção, não é um desvio ou distorção pessoal de uma liderança, mas, um fenômeno social, produto inevitável do processo de instrumentalização ideológica do movimento sindical rural nas décadas de 60 e 70; ou seja, a sua vinculação à ordem institucional segundo o modelo corporativo. Ao contrário, os desvios individuais são representados por aquelas lideranças que, sofrendo esse mesmo processo de instrumentalização ideológica, se constitui-

(5) Designação comum aos agentes mais ou menos disfarçados do Ministério do Trabalho nos sindicatos operários, cf. Aurélio Buarque de Holanda, Dicionário.

ram em focos de resistência individual, na maioria das vezes, imobilizados.

O sindicato que nasceu no período de João Goulart e que se consolidou ao longo da ditadura militar é um agente do Estado, amaciador dos conflitos sociais, que canaliza a massa dos trabalhadores na agricultura para dentro de uma estrutura sindical e de um modelo ideológico que não responde, politicamente nem institucionalmente, às aspirações da população rural. Ao invés de defender os interesses reais dos trabalhadores, o sindicalismo, na prática, tem promovido sua adaptação ao "status quo", tem difundido a ideologia do Estado e tem reforçado o sistema de dominação a que estão submetidas as massas rurais.

ANEXO I

TRECHOS DA ENTREVISTA COM O SR. SEVERINO CASSIMIRO ALVES (sic)

GFN.: O Sr. Cassimiro, na conversa que a gente teve antes, em o senhor falava das Ligas, e como é que entra aí a questão do sindicato?

SCA.: Então o sindicato naquele tempo, quando ele foi fundado aqui, em Alagoa Grande, no meu conhecimento já existia instalada as Ligas Camponesas aqui, em Alagoa Grande. E a finalidade era defender os direitos dos camponeses era quando eles eram destruídos procurar agir e forçar com que a justiça agisse. Eles tinham mesmo aquela idéia não era uma idéia como aquela força de exigir os direitos. As Ligas também falava referente a terra parece que era o que mais as Ligas tinham interesse era na terra.

GFN.: E o sindicato?

SCA.: Enquanto a gente falava muito na previdência social no sentido de aposentadoria e assistência hospitalar-dentária essas coisas, ela falava a respeito do campo a reforma agrária. Realmente ela era titular assim falava na reforma agrária, e protestando as atitudes dos latifundiários. Naquele tempo era até uma coisa que fazia até medo de arrepiar cabelo quando se falava nos latifundiários no meio da cidade.

GFN.: Certo.

SCA.: Elas falavam gritando assim no meio da rua e por siná elas fazia aquelas reuniões que não era reuniões era assim um tipo de manifesto ou comício, sei lá!

GFN.: Certo.

SCA.: Pois bem então depois disso o sindicato foi fundado através dos interesses patronal da pessoa do senhor Francisco Cavalcante de Miranda que ainda hoje é o presidente do sindicato patronal; a D. Peregrina Montenegro que era presidente da caixa aqui de Alagoa Grande; e D. Maria Vitória. Naquele tempo o padre era o padre Geraldo Pinto vigário daqui da paróquia de Alagoa Grande então entre eles três: da Igreja na pessoa do padre; dona Peregrina Montenegro que era a presidente da caixa e ex-senhora de engenho, né? e então o seu Lino Cavalcante de Miranda que é o senhor de engenho-fornecedor de cana e então eles três mandaram me chamar e fundaram o sindicato na minha pessoa.

GFN.: Sim.

SCA.: Mais que eu já tinha sido explorado desde do tempo de criança como posso dizer assim com o meu pai sofri muito, né? nas propriedades. Realmente na propriedade dele mesmo? do irmão dele. Meu pai foi posto da terra prá fora fui obrigado a trabalhar doente muito tempo que eu não aguentei e pedi pra sair aí papai me tirou quando eu vortei ele não aceitou mais, né?

GFN.: O Lino Miranda?

SCA.: O irmão que se chamava Alipio esse já faleceu e ele não aceitou mais papai teve que sair. Naquele tempo o bispo era D. Adalton, era tio dele. Então nós fumo aí demos conselho fumo lá e falamos com ele mais num teve jeito, aí papai saiu. Então eu me criei e depois de eu agora já homem casado, pai de família tocou por sorte cair entra num movimento desse.

GFN.: Sei.

SCA.: Pois bem então, o que tinha pra lhe informar do sindicato fundado aqui em Alagoa Grande é isso. Nos outros municípios da Paraíba eu não sei mais aqui foi mais com medo das Ligas. Porque as Ligas defendia maciçamente os direitos do trabalhador contra as injustiças dos patrões. E eu como trabalhador rural pela primeira vez não sabia de nada daquilo mas deixa que eu butei na cabeça que aquilo era prá defender direito do trabalhador. Eu já sabia que sindicato na pessoa das outras categorias pois as transformações que nós tivemos ensinava tudo isso, né? Lá no curso ensinava tudo que lá o curso era diferente. Eles aqui me chamaram pra fundar o sindicato na minha pessoa mas lá no curso foi diferente. Lá eu eu aprendi o que era sindicato era pra defender direito meu mas aqui não vou negar que a pregação aqui era somente preparar o homem para quando ele não pudesse mais trabalhar não ir pedir esmola. Essa era o tema de como a gente começar a reunião na sede. E aí se enchia de gente quem era que não queria se aposentar naquele tempo que ninguém falava nisso? quem era que iria pedir esmola realmente? Então foi isso que o sindicato jogava?*

(*) Esse aprendizado ele está se referindo ao treinamento de Areia e a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos que ocorreu em Natal em 1983, que participou.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BELO HORIZONTE (Transcrição)

As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu 1º Congresso Nacional, vem por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária nacional. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir o bem-estar e a felicidade de nossos trabalhadores rurais e o progresso do Brasil.

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, após os debates durante todo o período de sua realização, definiu os elementos básicos que caracterizam a situação atual das massas camponesas e fixou os princípios gerais a que se deve subordinar uma reforma agrária radical.

A característica principal da situação agrária é forte predomínio da propriedade latifundiária. Com uma população rural com cerca de 38 milhões de habitantes, existe no Brasil apenas 2.065.000 propriedades agrícolas. Neste número incluem-se 70.000 propriedades latifundiárias, que representam 3,39% do total dos estabelecimentos agrícolas existentes, mas que possuem 62,33% da área total ocupada do país.

É o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nele se apóia para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo

de vida e por todas as formas atrasadas, retrôgadas e extremamente penosas de exploração semi-feudal que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana, constituiu um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo intenso.

A fim de superar a situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescente e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo. A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra, exercidas pelas forças retrôgadas do latifúndio e o consequente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar.

É necessário, igualmente, que a reforma agrária satisfaça as necessidades mais sentidas e as reivindicações imediatas dos homens do campo. Que responda, portanto, aos anseios vitais dos que trabalham a terra e que, aqui se encontram, através de seus representantes e delegados de todo país, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Para os homens que trabalham a terra, a reforma agrária, isto é, a completa e justa solução da questão agrária do país, é a única maneira de resolver efetivamente os grandes

problemas em que se debatem as massas camponesas e, portanto, elas mais do que qualquer outra parcela da população brasileira, estão interessadas em sua realização. As massas camponesas têm a consciência de que a solução final dessas questões dependem delas.

A execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderá ser alcançada à base da mais ampla e rigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo, fortemente ajudada em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do povo brasileiro.

As medidas aqui propostas, capazes de realmente conduzirem à solução do magno problema da reforma agrária em nossa pátria, evidentemente se chocam e se contrapõem aos interesses e soluções preconizadas pelas forças sociais que se beneficiam e prosperam à base de manutenção da arcaica e nociva estrutura agrária atual.

Sobre essa estrutura repousa a instável economia, dependente e subdesenvolvida, de nossa pátria, e que, a todo custo, essas forças procuram impedir que se modifique. A reforma agrária que defendemos e propomos, diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos, indicações e proposições sobre as pretensas "reformas", revisões agrárias e outras manobras apresentadas pelos representantes daquelas forças, cujos interesses e objetivos consultam sobretudo ao desejo de manter no essencial indevidamente o atual estado de coisas.

A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculos das relações anti-econômicas e anti-sociais que predominavam no campo e que são o principal

entreve a um próspero desenvolvimento agrário do país.

Com a finalidade de realizar a reforma agrária que efetivamente interessa ao povo e às massas trabalhadoras do campo, julgamos indispensável e urgente dar soluções às seguintes questões:

- a) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio ou propriedade da terra, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal;
- b) máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, a base de venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas dos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas.

Além dessas medidas que visam a modificar radicalmente as atuais bases da questão agrária no que respeite ao problema da terra, são necessárias soluções que possam melhorar as atuais condições de vida e de trabalho das massas camponesas como sejam:

- a) Respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses em suas associações de classe.
- b) Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estenda aos trabalhadores agrícolas, bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir suas violações. Elaboração do Estatuto que vise a sua legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais.

- c) Plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos associados e semi-associados do campo. Reconhecimento imediato dos sindicatos rurais.
- d) Ajuda efetiva e imediata à economia camponesa, sob toda as suas formas.

As massas camponesas sentem agravar-se, a cada dia que passa, o peso insuportável da situação a que estão submetidas. Por isso mesmo, se mobilizam e se agrupam para lutar decididamente pela obtenção de seus objetivos expressos com uma efetiva, democrática e patriótica reforma agrária. Essa luta já se processa e evoluirá até que sejam atendidos e realizados seus objetivos, pelos quais as massas do campo não pouparão esforços nem medirão sacrifícios.

Nas atuais condições, tudo deve ser feito para conseguir que as forças que dirigem os destinos da nação brasileira se lancem à realização de uma eficaz e inadiável política agrária, capaz de, através da execução de medidas parciais, ir dando soluções às questões indispensáveis à plena realização da reforma agrária de que necessitam os lavradores e trabalhadores agrícolas, assim como todo o povo brasileiro.

Tais medidas, entre outras, são as seguintes:

- a) imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 147 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de "indenização prévia, justa e em dinheiro", para os casos de desapropriação de terra por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante título do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos.
- b) Urgente e completo levantamento cadastral de todas

as propriedades de área superior a 500 hectares e do seu aproveitamento.

- c) Desapropriação, pelo Governo Federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e cursos de água.
- d) Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrada para fins fiscais.
- e) Levantamento cadastral completo, pelo Governo Federal, Estaduais e Municipais, de todas as terras devolutas.
- f) Retombamento e atualização de todos os títulos de posse da terra, anulação dos títulos ilegais ou precários de posse, cujas terras devem reverter à propriedade pública.
- g) O imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma legislação, que estabeleça: 1º - forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola; 2º - isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola.
- h) Regulamentação da venda, concessão ou usufruto ou arrendamento da terra desapropriada aos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades do pequeno domínio camponês.
- i) As terras devolutas, quer sejam de propriedade da

União, dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse social, aos que nelas queiram efetivamente trabalhar.

- j) Proibição da entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins explorativos.
- l) Outorga de títulos de propriedades aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.
- m) Que seja planificada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa.

Com vistas a um rápido aumento de produção, principalmente de gêneros alimentícios, que possam atenuar e corrigir a asfixiante carestia de vida em que se debate a população do país, sobretudo as massas trabalhadoras da cidade e do campo, o Estado deverá elaborar um plano de fomento da agricultura que assegure preços mínimos compensadores nas fontes de produção; transporte eficiente e barato; favoreça a compra de instrumentos agrícolas e outros meios de produção; garantir o fornecimento de sementes, adubos, inseticidas, etc., aos pequenos agricultores; concedendo crédito acessível aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, e combater o favoritismo dos grandes fazendeiros. O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas conclama o povo brasileiro a tomar em suas mãos esta bandeira e torná-la vitoriosa.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961

ANEXO III

TRECHOS DA ENTREVISTA COM O SR. EXPEDITO SOARES DE MARIA (sic)

GFN.: O Sr. Expedito antes de entrar no sindicato o senhor fazia o quê? e como é que o sr. entrou na vida sindical?

ESM.: Antes de entrar no sindicato eu atuava como agricultor, morava no sítio Jatobá, vizinho aqui de Bananeiras. Além disso a minha participação estava como Congregado Mariano aqui em Solânea, não é? Daí então que o padre José Fidélis nosso pároco aqui ele estava interessado, não é? a fundar o sindicato aqui no município de Solânea. Então ele prestou essa colaboração para nós eu não sei a data precisa mas foi no mês de julho de 1962 que foi fundado o sindicato de Solânea. Então eu sou pioneiro como fundador desse sindicato e fiquei como fundador participando da diretoria como secretário.

GFN.: Quem dava orientação ao sindicato?

ESM.: Era o padre José Rodrigues de Fidélis.

GFN.: Mas como foi a sua ida à Federação?

ESM.: Essa ida em 1963 a essa altura nós já tínhamos participado do outro curso sindical aqui em Solânea, não é? E isso o nosso encaminhamento para participar da diretoria da Federação foi orientado pelo padre José Rodrigues Fidélis indicado, não é? Justamente com João de Almeida.

GFN.: Mas depois o senhor foi presidente?

ESM.: Eu também sou fundador da Federação. Mas enfim a indicação foi pelo padre. Essa reunião realizou-se em Campina Grande, não é? aí em Campina Grande tivemos a presença do padre Paulo Crespo que era assessor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura em Pernambuco, juntamente estava lá Hely Cantalice, que era funcionário da Delegacia

Regional do Trabalho, Raquel de Vasconcelos da ANCAR, dispostos e a serviço do movimento sindical, não é? então houve aí com a presença do padre Paulo Crespo, com a presença de Raquel, de Hely Cantalice, fundou-se a Federação dos Trabalhadores. Participamos daí, João de Almeida como presidente da Federação.

GFN.: A Federação foi fundada no treinamento de Solânea ou de Campina Grande?

ESM.: Na reunião de Campina Grande foi discutida a data da fundação, foi discutido os nomes também. Daí estava certo todos os participantes da diretoria da Federação para João Pessoa, não é? então foi nessa reunião em Campina Grande. Foi uma reunião assim decisiva que quando nós fomos pra João Pessoa já estava tudo preparado para o dia da fundação. Agora nessa fundação o pessoal que ficou na diretoria foi João de Almeida como presidente; Expedito Soares de Maria como secretário; Severino Cassimiro Alves como tesoureiro. Agora como suplente tava outros sindicatos como o sindicato de Mari; o sindicato de Itabaiana, o sindicato de Areia; o sindicato de Esperança. Foram esses sindicatos que participaram da fundação.

GFN.: Quem indicou o seu nome para ser secretário? e depois para presidente da Federação?

ESM.: A indicação minha e de João foi justamente do padre Fidelis porque quando nós fomos para a reunião em Campina Grande já estava o nome cogitado de João de Almeida para presidente e o meu para secretário. Exatamente pelo padre José Rodrigues Fidélis. Então em Campina Grande Hely Cantalice já estava certo disso porque padre José Fidélis também participou dessa reunião em Campina Grande e realmente mantiveram o nosso nome lá na reunião, não é?

Surgiu para a tesouraria o nome de Cassimiro Alves.

GFN.: E sobre a presidência da Federação como foi o processo?

ESM.: O meu caso surgiu a participar da Federação como presidente o fato de que ia se fundar a Confederação, não é? Lá no Rio de Janeiro, Guanabara, naquele tempo. Então João de Almeida foi participar como 1º secretário geral na Confederação. Então como eu era o secretário da Federação com a retirada de João para a Confederação eu tive que substituir como presidente na Federação. Não houve eleição até aí passei a participar automaticamente como presidente. Isso já em 63.

GFN.: Certo.

ESM.: Agora quanto a eleição da diretoria da Federação em João Pessoa não estou me recordando agora a data parece que 65 porque foi a diretoria provisória que fundou a Federação não tinha feito eleições ainda, ainda, não é? oficial. Era dois anos o mandato da diretoria provisória pra poder então haver a eleição. Aí então a Delegacia esqueceu também o prazo e eu passei três anos na provisória, não é? foi então que acordou o Hely Cantalice, não é? e através do entendimento lá com a assessoria sindical da Delegacia Regional do Trabalho é que então vamos realizar eleições da diretoria oficial da Federação. Aí então eu fui eleito presidente da Federação. Eu como presidente; Severino Cassimiro Alves ficou novamente.

GFN.: Certo.

ESM.: Fiquei como presidente da diretoria original, não é? depois fiquei como presidente eleito por três anos, não é? Agora findou a primeira questão da diretoria eleita e o meu nome foi por Hely Cantalice indicado novamente para se reeleger presidente da diretoria da Federação, não é?

Pois é exato foi isso aí. Então isso feito fui novamente para o segundo mandato eleito presidente da Federação por mais três anos.

GFN.: Quer dizer houve um período provisório, um período eleito e outro de reeleição?

ESM.: Que se estendeu até 69.

GFN.: E o senhor indicado para a reeleição por Hely Cantalice?

ESM.: Sim, por Hely Cantalice. Tudo isso com Hely Cantalice.

GFN.: E quem era Hely Cantalice?

ESM.: Hely era funcionário da Delegacia Regional do Trabalho disposto a assessorar a Federação dos Trabalhadores da Agricultura na Paraíba. Estava completamente ao nosso dispor não é? Estava prestando serviço à DRT bem disposto pelo Delegado a colaborar no assessoramento dos sindicatos dos trabalhadores rurais porque ele trabalhava na Delegacia como funcionário do setor sindical, dos sindicatos de outras classes, não é? Então ele tinha assim uma boa bagagem. Era um elemento muito interessado pra esse trabalho social, não é? E por isso ele foi indicado para o trabalho e inclusive ele foi um elemento que prestou um serviço extraordinário ao Movimento Sindical. Era muito apaixonado! pelo próprio Movimento e nós devemos todo o nosso trabalho, o nosso desenvolvimento, não é? Pelos os cursos que participamos, pelo dinheiro que se arranhou, tudo isso, o entrossamento nosso para com o padre Paulo Crespo e por conta disso junto com as organizações americanas pra no auxiliar com o dinheiro, né? Isso foi tudo por conta de Hely Cantalice. Tudo, tudo, tudo...

GFN.: O padre Fidélis dava assessoria à Federação?

ESM.: Não, não dava não. Ele continuou aqui em Solânea orientando o sindicato de Solânea que ficou como presidente

Joaquim Francelino.

GFN.: Quem mais apoiou a Federação?

ESM.: Nós tínhamos apoio integral da ANCAR, da Delegacia houve apoio também da FETAPE.

GFN.: E o SORPE?

ESM.: Eles nos ajudou por uns três anos. A gente então realizamos cursos aí na Federação para os trabalhadores para dirigentes dos sindicatos e era com dinheiro do SORPE que Paulo Crespo nos arrumava.

ANEXO IV

TRECHOS DA ENTREVISTA COM ADRIANA (sic)

GFN.: Adriana quem era essa Equipe de Sindicalização?

A.: Era uma equipe formada por pessoas do Ministério do Trabalho que era Hely Cantalice, por pessoas da ANCAR que era Edite e Luis Loureiro inicialmente, depois fui eu e João Emídio (da ANCAR) e da Igreja através da irmã Alzira e do padre Rui que era o responsável principal né?

GFN.: Essa equipe era vinculada a quem?

A.: Era independente, eu mesma nunca me encontrei com o padre Rui que era coordenador.

GFN.: Vocês estavam sob coordenação dele? como era isso?

A.: Não. A gente tava. Bom, mas a gente era independente também, sabe? a nossa equipe era independente. A gente sempre recebia orientação do SORPE mas a gente era independente e não tinha uma coordenação assim como um órgão não sobre a gente.

GFN.: Essa equipe era ANCAR, Ministério do Trabalho, Igreja, Círculo Operário também?

A.: Hely era do Círculo Operário.

GFN.: Sei.

A.: Aí parece que foi o padre Rui que era responsável pelo sindicalismo da Paraíba solicitou ajuda à Delegacia do Ministério do Trabalho e então a Delegacia colocou Hely Cantalice à disposição. Quer dizer, foi um trabalho todo em cooperação.

GFN.: E a ANCAR nessa equipe qual era a dela?

A.: A gente trabalhava lá e a gente não recebia, quer dizer,

a ANCAR pagava a gente como se a gente estivesse prestando o serviço a ela mesmo.

GFN.: Ficava à disposição?

A.: Ficava à disposição. E transporte muitas vezes ela cedia transporte, depois, muito tempo depois, a ANCAR colocou um carro mesmo à disposição. Quer dizer, todo mundo achava que era uma coisa perigosa aí então ela não era oficialmente reconhecida nessa equipe. É uma coisa que não fazia parte do organograma dela. No organograma dela não tinha esse setor, a gente era como se fôssemos um satélite, a gente ficava na periferia, muitas vezes a gente fazia as programações mas a gente ficava até de fora.

GFN.: Sei.

A.: A equipe de sindicalização rural da Paraíba mantendo essas articulações foi aos poucos implantando o sindicalismo rural no Estado, essas articulações com o SORPE, não é? e o SORPE ajudou muito, muito, muito mesmo. Se não tivesse o SORPE naquela época não tinha o que tem hoje não, quer dizer hoje o sindicalismo está ruim a gente vê que muito pelego, muita coisa errada mas o que têm aí a gente dava principalmente ao SORPE.

GFN.: O SORPE tinha representantes aqui?

A.: Não, ele não tinha representante aqui mas ele sempre estava comunicando aqui através de Hely.

GFN.: E quanto aos treinamentos que vocês fizeram qual foi a participação do SORPE?

A.: Do SORPE, primeiro ele era quem dava assim condições pra gente fazer os treinamento porque ele era quem dava dinheiro pra comprar o alimento, dava o transporte pra gente se locomover aqui dentro de João Pessoa, fazer com -

pras e também se deslocar para o interior pra fazer treinamento também, né? Eu saí daqui, fui dar um treinamento em Catolé do Rocha nesse jipe. Naquela época que não tinha estrada asfaltada a gente passou a gente passou o dia todinho no jipe pra Catolé do Rocha, fui eu um rapaz chamado Celso, a esposa de João de Almeida com uma máquina de datilografia pra quando chegar lá a gente ter com que datilografar coisas... Então eu fui daqui saí daqui pra dar treinamento naquele jipe velho passava 2, 3 dias dando treinamento lá, reunia o sindicato. Aquele jipe era doação do SORPE. E então a gente recebia aquele dinheiro que dava pra gente comprar essa alimentação se não fosse o dinheiro do SORPE a gente não podia dar alimento ao pessoal não, aquela alimentação mesmo pobre mas era uma alimentação que dava pra eles. Eles comiam aquele almoço, de noite tinha uma jantarada, que chamavam jantarada era uma sopa com pão e de manhã era pão com manteiga, café, não tinha mais do que isso não, mais isso aí era o SORPE que propiciava. Agora depois quando houve o Golpe e tudo aí ficou um bocado de tempo o SORPE assessorando depois já o Ministério do Trabalho começou a dar uns treinamentos. Aí já vinha recursos através do como era o nome daquele órgão, meu Deus! Eu não me lembro mais...

GFN.: Do IADESIL?

A.: Sim, IADESIL, eu lembro, IADESIL, agora você me lembrou. O IADESIL começou a dar recursos pra treinamentos. Vinha diária pra produtor se deslocar, vinha o dinheiro pra gente comprar alimento, pra tudo, despesas assim com material, tudo, já começou a bagunceira né? Aí tinha muito mais no começo o SORPE deu muito e dava também treinamen

tos.

GFN.: Paulo Crespo teve aqui alguma vez?

A.: Teve, várias vezes, vinha assessorar o pessoal. Agora quem vinha mais era a equipe dele. Ele tinha uma equipe tinha Lúcia Sá, Gercino tinha várias outras pessoas, aí eles davam orientação sobre cooperativismo e fundação de sindicatos.

GFN.: E a Equipe daqui?

A.: A Equipe daqui ia pra lá as vezes iam trabalhadores também na medida em que a gente achasse interessante.

GFN.: Certo. Você chegou a ir também?

A.: Cheguei a ir pra encontro lá no SORPE.

GFN.: Lá vocês discutiam o que?

A.: Discutia todas as sistemáticas de treinamento nosso, discutia a nossa experiência contava a nossa experiência, a valia-se coisas que a gente estava fazendo era tudo assim nessa base de uma troca de informação, né?

GFN.: Eles eram uma espécie de assessoria à Equipe de vocês ou a relação só se dava no nível da troca?

A.: Não, era uma assessoria mesmo e acompanhamento também né?

GFN.: Que tipo de treinamento era esse?

R.: Era treinamento assim para a formação de lideranças para orientar aqueles trabalhadores pra que eles fossem organizados nos sindicatos nas várias localidades. Eu sabia quais os primeiros sindicatos foi parece Solânea, Areia, Alagoa Grande, né?

GFN.: Certo.

A.: Alagoa Grande, Solânea, Areia, Bananeiras, Araruna só que depois houve uma confusão por aí e Araruna se acabou depois voltou e existiu. É, mas sempre com os padres na

frente parece que estava se criando um sindicato parece com a orientação das Ligas Camponesas e então quando a turma aí soube aí a Igreja achou que devia dar a contribuição dela pra criar com os princípios que ela queria a dotar, né? Aí então a Igreja começou, tomou a frente, né?

GFN.: Você começou a falar de Hely Cantalice e me disse que não se podia falar de sindicalismo sem falar sobre ele. Você teria mais alguma coisa a colocar a respeito dele?

A.: O Hely ele era assim uma pessoa que se dedicava integralmente, ele ficava ele ia na Federação se precisasse viajava na hora que precisasse naquele jipe velho pra cima e pra baixo ele viajava. A gente tinha assim muita confiança dele todos nós tínhamos muita confiança e todo mundo ficava querendo muito bem a ele porque ele tanto é uma pessoa assim que conhecia essa questão sindical era quem mais conhecia a questão trabalhista a questão legal ele assessorava os advogados, tinha advogado na Federação que se fez com Hely. O Dr. Martinho Lisboa, conhece ele?

GFN.: Não.

A.: Que hoje é aí Juiz de Menores, Dr. Martinho Lisboa ele se formou e foi lá pra Federação aprendeu lá com Hely Cantalice porque Hely na hora era quem ficava defendendo tudo explicando as coisas, agora precisava da assinatura do advogado aí ele (Martinho Lisboa) assinava, aí ele foi se fazendo, né?

GFN.: Ele entrou a pedido do padre Rui?

A.: Do padre Rui e o Ministério do Trabalho colocou ele à disposição do Movimento Sindical. Aqui e foi ele quem fez muito contribuiu para fundação da Federação para organi-

zação dos maiores sindicatos da Paraíba foi Hely Cantali ce porque ele era muito dedicado, conhecia mesmo, ele as sim com pé no chão mesmo, sabe? Ele sabia o que estava fa zendo e fundou muitos sindicatos depois ele mesmo fazia o pedido de investidura, dava aquela orientação primeira se comunicava muito bem com os trabalhadores com todo mun do fazia assim ele conseguia manter o diálogo entre os trabalhadores e a polícia e o exército esses órgãos todinho na época de 64.

GFN.: Ele era o porta-voz?

A.: Era, era o porta-voz. Ele sempre amenizava as coisas ... ele era uma pessoa que tinha o sindicalismo na alma, ele foi o braço forte do sindicalismo.

GFN.: A Equipe tinha uma divisão de trabalho?

A.: Não, tinha não.

GFN.: Uma especialização?

A.: Tinha não. Agora naturalmente a gente ia se encaminhando pra aquilo que a gente mais gostava de fazer.

GFN.: E você entrava aí aonde?

A.: Sim, eu também entrava algumas vezes eu entrava mais naquela parte de comunidade, na parte da liderança, de grupos, de organização de grupos.

GFN.: Tinha grupo de formação de assistência social?

A.: Não. Naquela época não mas a ANCAR me dava muitos cursos e eu era responsável fui responsável na ANCAR muito tempo por essa parte de formação de grupo, de liderança de grupo.

GFN.: Você falou que a Equipe tinha uma formação religiosa?

A.: Sim, era muito religiosa.

GFN.: Qual a formação de João Emídio?

A.: Ele era administrador de empresas mas ele era ele foi muito Igreja, quase padre, não sabe?

GFN.: E então ele era ligado a Igreja?

A.: Ele era ligado à ANCAR mas ele tinha um espírito religioso muito arraigado.. ele e Edite. Edite quando chegou aquela carta do Papa João XXIII aqui em João Pessoa o primeiro debate sobre aquela carta foi ela que fez. Foi ela quem debateu quer dizer, é uma pessoa de conhecimento.

GFN.: Pelo o que eu estou entendendo a ANCAR teve uma participação de destaque. O que é que fez a ANCAR se destacar assim nessa equipe?

A.: Eu tenho a impressão que Edite era uma pessoa muito acreditada na ANCAR era uma pessoa que foi fundadora da ANCAR. A ANCAR quando começou era um programa regional, era do Nordeste... E Edite ela era pernambucana mas que se responsabilizou pelo trabalho aqui na Paraíba o trabalho social era de responsabilidade dela, naquela época o supervisor era Mauricio Camurça... Então Edite era uma pessoa muito acreditada não só aqui na Paraíba como no Nordeste todo. Aí quando ela foi pra Bahia que ela era muito amiga de D. Eugênio Sales e ela nessa época estava na Bahia. Ela foi trabalhar com ele. Que D. Eugênio Sales foi quem criou esse movimento sindical no Rio Grande do Norte.

GFN.: E ela aqui já tinha relação com D. Eugênio? a Edite?

A.: Já. Ela aqui já era amiga de D. Eugênio.

GFN.: Ela era da Diocese?

A.: Não. Ela trabalhava na ANCAR agora ela sempre estava nos movimentos de Igreja quando tinha uma reunião uma coisa ela sempre estava. Então ela tinha uma influência muito

grande porque ela era uma pessoa muito inteligente, muito capaz, muito amiga, também, não sabe?... Então eu acho que uma coisa que teve muita influência aí foram essas pessoas dessas cabeças limpas. Luiz Loureiro ele não tinha nada de Igreja toda vida foi uma pessoa assim um livre atirador mas era uma pessoa muito aberta essas coisas, né? Ainda hoje ele mora lá em Pernambuco já está a aposentado. E Mauricio Camurça também tinha trabalhado com Edite sempre eles se entendiam muito bem e se confiavam. Mauricio confiava, uma coisa que Edite ia fazer ele confiava com seriedade. Então eu acho que daí foi que partiu.

A ANCAR tinha muita penetração no interior sempre nos municípios onde tinha ANCAR no mínimo um carro, num mínimo um extensionista, geralmente tinha um extensionista, um auxiliar de escritório, um carro, uma sede, sempre tinha isso. Então a ANCAR tinha estrutura para penetrar no meio rural. Aí eu acho que por isso a Igreja solicitou a presença da ANCAR, da Equipe. Padre Rui conhecia muito Edite e então padre Rui sempre pedia colaboração da ANCAR... Então eu acho que isso tudo aí deve ter contribuído para que a ANCAR assumisse isso porque só quem assumiu foi a Paraíba porque alguns Estado tentaram mas não foi a frente.

GFN.: É Edite de que?

A.: Edite Bezerra de Oliveira ela hoje mora na Bahia... então ela ficou trabalhando na Arquidiocese de lá da Bahia.

ANEXO V

Intervenção em STR's da Zona Canavieira da Paraíba por Juntas Governativas que resultaram em eleição dos interventores, segundo a DRT.

STR SANTA RITA

7ª DRT - Proc. 12.6767/67 - Pela Portaria DRT 142 de 28.12.67 foi designada uma Junta Governativa para dirigir esta entidade.

Presidente: Severino Batista do Nascimento

Secretário: Manoel Canuto de Albuquerque

Tesoureiro: Luzia Augusta do Nascimento

Em 31 de março de 68 presidente - Severino Batista do Nascimento.

7ª DRT - Proc. 18.774 - Eleição convocada para 28.02.71 e realizada em segunda convocação 7.3.71 anulada face recurso interposto pelo associado Antonio Augusto dos Santos.

Em 5.12.71 presidente Antonio Augusto dos Santos.

7ª DRT - Proc. 313.114/72 - Em virtude de não ter sido realizadas as eleições por falta de registro de chapas foi designada, pela Portaria DRT - 61, de 19.05.72, uma Junta Governativa para dirigir este sindicato.

Presidente: Rita Figueira de Paiva

Secretário: Helena Faustino de Lima

Tesoureiro: Manoel Borges de Moraes

7ª DRT - Proc. 5669/72 - Em virtude da impossibilidade de realização do pleito eleitoral, convocado para o dia 14.05.72, haja visto que a maioria dos candidatos componentes da única chapa registrada não tinha condições de concorrer ao pleito. Em face do exposto e tendo em vista a indicação feita pela Federa

ção dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba foi designado ad-referendum do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho uma Junta Governativa para dirigir o sindicato de Santa Rita durante 90 dias através da Portaria DRT-61 de 19.05.72.

Presidente: Rita Figueira de Paiva

Em 19.08.72 - Rita Figueira de Paiva assume a presidência efetiva.

Processos semelhantes se repetiram em outros STR's.

ALAGOINHAS

Pela Portaria DRT-19 de 12.02.68 foi designada, ad-referendum do Sr. Ministro do Trabalho, a seguinte Junta Governativa para, no prazo de 90 dias dirigir o sindicato, convocar e realizar eleições.

Presidente: Antonio Germano dos Santos

Secretário: Manoel Barbosa dos Santos

Tesoureiro: Cícero Leonardo Dantas

7ª DRT - Proc. 1603/68 - Consta do processo à margem a eleição e posse respectivamente no dia 21.04 e 12.05 de 68 dos dirigentes que fizeram parte da Junta (respectivamente).

ARAÇAGI

7ª DRT - Proc. 4980/70 - Foi eleita e empossada em abril corrente uma Junta Governativa para atuar pelo período de 90 dias assim constituída:

Presidente: Eronides José da Silva

Secretário: José de Souza

Tesoureiro: José Manoel de Melo

7ª DRT - Proc. 4893 - Eleita em 12.07.70, a presidente Eronides José da Silva.

CRUZ DO ESPÍRITO SANTO

7ª DRT - Proc. 732/69 - Cumprindo o despacho do Sr. Ministro do Trabalho exarado no processo MT PS 148.539/68, pela Portaria DRT nº 40 de 07.02.1969, foi designado o administrador deste sindicato, o Sr. Antonio Capitulino da Rocha, para no prazo de 90 dias normalizar o funcionamento da entidade e convocar eleições.

Através da Portaria DRT 105 de 30.06.69 o sr. Delegado Regional designou ad-referendum do Sr. Ministro uma Junta Governativa constituída dos srs. abaixo relacionados cuja posse se deu no dia 02.07.69 conforme comunicou o presidente do SRT de Santa Rita, Proc. DRT. 8289/69.

Presidente: João Antonio Vitorino

Secretária: Maria da Penha Guedes

Tesoureiro: José Alves Silva

Em 02.10.69 foi dado posse ao presidente eleito João Antonio Vitorino - reeleição: 01.10.72.

GUARABIRA

7ª DRT - Proc. 4430/66 - Consta este processo de eleição e posse da Junta Governativa desse sindicato no dia 02.06.66, com mando de 90 dias.

Presidente: Manoel Batista

Secretário: José Barbosa da Silva

Tesoureiro: Antonio Alves Mendonça

Em 16.10.66 presidente Manoel Batista Ribeiro.

ITAPOROROCA

Em data de 06.05.69 o Sr. Dr. designou ad-referendum do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho através da Portaria DRT-82/69, uma Junta Governativa com mandato por 90 dias constituída dos seguintes membros:

Presidente: Cícero Bezerra da Silva

Secretário: João Cassimiro de Souza

Tesoureiro: José Félix

7ª DRT - Proc. 8044/72 - Em 12.08.72 Cícero Bezerra da Silva é eleito presidente do sindicato por eleição.

Em 03.07.66 presidente eleito: Severino Gonçalo do Nascimento.

PEDRAS DE FOGO

7ª DRT - Proc. 8698/69 - Consta no processo à margem a eleição e posse respectivamente em data de 30.06.69 de uma Junta Governativa constituída dos senhores: Severino Gonçalo do Nascimento (presidente); José Borges da Silva (secretário); Inaldo Alves do Nascimento (tesoureiro) em virtude da entidade ter deixado de convocar eleição para renovação da diretoria dentro do prazo previsto na Portaria Ministerial nº 40/65.

Em 27.09.69 - presidente Severino Gonçalo do Nascimento.

PIRPIRITUBA

7ª DRT - Proc. 9672/72 - Consta deste processo a eleição e posse da Junta Governativa em 04.09.67 para dirigir este sindicato por 90 dias cuja constituição é a seguinte:

Presidente: Francisco Herculano dos Santos

Tesoureiro: Paulino José Nascimento

7ª DR - Proc. 9872/67 - Consta deste processo a eleição e posse da Junta Governativa em 04 de dezembro de 1967 para dirigir este sindicato por 90 dias.

Presidente: Francisco Herculano dos Santos

Secretário: Vicente Paulino Leite

Tesoureiro: José Teixeira Pontes

Através da Portaria 137/67 o Sr. Delegado Regional do Trabalho na conformidade do disposto no parágrafo 6º do artigo 37, da Portaria 40/65 designou o sr. José Teixeira Pontes administra-

dor do sindicato em tela, para, dirigir o referido sindicato e realizar eleições dentro do prazo de 180 dias em virtude de nem em 3ª convocação, ter sido obtido o quórum necessário à validade do pleito convocado para o dia 12.11.67 de acordo com o Proc. DRT - 9671/67.

Em 17.01.68 pela Portaria DRT - 6 o Sr. Delegado tendo em vista o abandono do cargo pelo sr. José Teixeira de Pontes, tornou sem efeito a Portaria acima citada.

7ª DRT - Proc. 9671/67 - Pela Portaria nº 7 de 17.01.68 se vê que foi designado para substituir o sr. José Teixeira de Pontes, o associado Odilon Pires Costa.

7ª DRT - Proc. 3676/68 - Consta deste processo a eleição e posse respectivamente em 06.07 e 21 de julho de 1968 dos dirigentes e representantes desta entidade:

Presidente: Odilon Pires da Costa

Secretário: Paulino José do Nascimento

Tesoureiro: Francisco Herculano dos Santos

SÃO MIGUEL DE TAIPÚ

7ª DRT - Proc. 16.429/70 - Por indicação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Agricultura do Estado da Paraíba, conforme Portaria DRT-SS nº 50 de 17.12.1970 foi designada uma Junta Governativa para dirigir a entidade e providenciar eleições dentro do prazo estabelecido no artigo 14 da Portaria nº 71/65. A referida junta é constituída dos seguintes membros:

Presidente: José Alves de Souza

Secretário: João Ferreira Gomes

Tesoureiro: Francisco Fernandes Souza

7ª DRT - Proc. 19.265/70 - Em data de 14.03 último em 3ª convocação foram eleitos os primeiros dirigentes e representantes deste sindicato abaixo relacionados cuja posse no dia 20 do

mesmo mês e ano.

Presidente: José Alves de Souza

SERRARIA

7ª DRT - Proc. 4453/64 - Aos 8 dias do mês de maio de 1966 foram eleitos e empossados os membros da Junta Governativa ao mandato de 90 dias.

Presidente: Juvenal Teixeira Chaves

Secretário: Manoel Pereira de Araújo

Tesoureiro: Manoel Marcelino de Lima

Em 05.03.67 - presidente Juvenal Teixeira Chaves.

7ª DRT - Proc. 3176 - Em data de 01.03.70 foi eleita e empossada uma Junta Governativa para dirigir esta entidade com mandato de 90 dias, constituída dos membros:

Presidente: José Cosme da Costa

Secretário: Manoel Bonifácio Mendes

Tesoureiro: Manoel Marcelino Lira

Em 31.05.70 foi eleito presidente José Cosme da Costa.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA DA PARAÍBA

7ª DRT - Proc. 7027/65 - Consta este processo da designação de Junta Governativa pela Delegacia Regional cuja Portaria recebeu o nº 87 de 09.10.65 cuja posse se verificou no dia 14.12.65 com a seguinte constituição:

Presidente: Expedito Soares de Maria

Secretário: Severino Cassimiro Alves

Tesoureiro: Francisco Sátiro Oliveira

7ª DRT - Proc. 7028/65 - Comunica que em virtude do afastamento do sr. João Almeida para assumir funções na secretaria geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores, foi convocado o suplente Francisco Sátiro de Oliveira, ficando a Diretoria

Presidente: Expedito Soares de Maria

Secretário: Severino Cassimiro Alves

Tesoureiro - Francisco Sátiro de Oliveira

A partir de 22.11.65.

7ª DRT - Proc. 1091/67 - Por licenciamento do Sr. Expedito S. de Maria de 30 dias, a partir de 03 de fevereiro de 67 e tendo voltando às suas funções o secretário a diretoria desta entidade ficou constituída:

Presidente: Manoel Pacífico da Silva

Secretário: Francisco Sátiro de Oliveira

Tesoureiro: Joaquim Francelino

O Sr. Joaquim Francelino fora presidente de uma Junta Governativa em 01.10.66 para dirigir o STR de Solânea.

O Sr. Álvaro Diniz fora interventor no STR de Alagoa Grande em 1967.

O Sr. Expedito Soares de Maria seria posteriormente designado presidente de uma Junta Governativa em 30.04.73 para dirigir o STR de Bananeiras.

ANEXO VI

Correspondência entre entidades de classe e MTPS sobre diversos aspectos da vida sindical, segundo arquivo da DRT:

A) COM RELAÇÃO A FEDERAÇÃO:

7ª DRT - Proc. 17.513/71 - No período de 19.08 a 02.09 de 1971 o sr. Juvenal Teixeira Chaves assumiu a presidência por motivo de viagem do presidente Joaquim Francelino ter viajado conduzindo trabalhadores para um curso em Miruama, Estado da Guanabara.

7ª DRT - Proc. 17.829/71 - (A Federação) comunica realização de curso de desenvolvimento para trabalhadores rurais em colaboração com o IADESIL.

7ª DRT - Proc. 2.127/72 - MTPS - 305.938/72 - (A Federação) Conselho Fiscal reclama irregularidades praticadas pelo presidente quando da reconstrução da sede do órgão.

7ª DRT - Proc. 2.316/72 - (A Federação) comunica que fará realizar um curso de administração sindical com a duração de 5 dias na cidade de Cajazeiras a partir do dia 21.02.72.

7ª DRT - Proc. 6.346/72 - MTPS - 300.613/71 - Nos termos do parecer da Divisão de organização e assistência sindical no uso da delegação de competência que me confere a Portaria ST - DF nº 20 de 07 de março de 1972 RESOLVE conhecer do recurso interposto por membros do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, postulando anulação da Assembléia Geral extraordinária realizada em 05.11.71 na referida entidade, para negar-lhe provimento, tendo em vista que a decisão recorrida

obedeceu ao disposto no art. 503, da Consolidação das Leis do Trabalho, em que as entidades sindicais de grau superior aplicarão as percentagens sindicais atribuídas aos mesmos, de conformidade com o que dispuseram os respectivos conselhos de representantes.

7ª DRT - Proc. 15.241/72 - (A Federação) comunica que iniciou a ministração de um curso de administração sindical com a duração de 5 dias de 31.01 a 04.02.72.

7ª DRT - Proc. 18.067/72 - (A Federação) comunica acidente sofrido pelo tesoureiro Severino Gonçalves do Nascimento em 06.08.72, assumindo a tesouraria o 1º vice-tesoureiro Sr. Manoel Félix Filho. Comunica também que conforme Certificado de Reservista de nº 616955, o verdadeiro nome do Sr. Manoel Félix dos Santos é Manoel Félix Filho.

7ª DRT - Proc. 5.022/73 - (A Federação) comunica recebimento de 100 convites para distribuição entre os sindicatos sobre comemorações da revolução de 31.03.64.

7ª DRT - Proc. 007.409/73 - Comunica afastamento do Sr. Álvaro Diniz, presidente da FETAG no período de 17 a 30.05.73, assumindo a presidência o secretário geral Sr. José Gomes Ferreira, em virtude do titular tomar parte no II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em Brasília - DF no período de 21.05.73.

7ª DRT - Proc. 23.046/73 - Face a comunicação feita pelo titular da entidade foi procedida uma auditoria em 23.06.74, tendo a comissão informado que encontrou atualizada a contabilidade e que vem sendo cumpridas rigorosamente as normas previstas na Portaria Ministerial 3209/70.

7ª DRT - Proc. 19.944/74 - (A Federação) comunica que no período de 14 a 21 de julho do corrente ano, assumiu a presi-

dência da Federação o Sr. José Gomes Ferreira, em virtude de o Titular Sr. Álvaro Diniz, ter viajado à Minas Gerais, a fim de tomar parte em reunião com o FUNRURAL.

B) COM RELAÇÃO AOS SINDICATOS

7ª DRT - Proc. 6.134/66 - Concordando com a informação de fls. 54 da S. S. e no uso da Delegação que me foi conferida pela Portaria Ministerial 8/69, homologo o Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caaporã. Comunique-se ao interessado. Em 06.01.1970 - Francisco de Souza, Delegado do Trabalho.

7ª DRT - Proc. 5.137/70 - Acordo firmado entre os dirigentes da Fazenda Tabu e sindicato de Caaporã de interesse dos trabalhadores rurais sediados na Fazenda, não foi registrado por falta de cumprimento das exigências legais.

7ª DRT - Proc. DRT - 6.253/71 - (O STR de Alagoinhas) comunica comemoração da revolução do dia 31.03.64.

7ª DRT - Proc. 2.310/71 - (O STR de Bananeiras) informa ter recebido fotografia de Tiradentes e comemorado a Semana da Pátria.

7ª DRT - Proc. 22.990/73 - O Presidente da Junta Governativa (do STR de Bananeiras) comunica impossibilidade de fazer comemorações pela passagem da semana da pátria, solicitada através of. DRT-SS-Circular nº 06/73.

7ª DRT - Proc. 28.675/73 - (O STR de S. Miguel de Taipu) comunica haver criado uma "caixa de emergência" para prestar auxílio funeral, assistência farmacêutica e pagamento de transporte em coletivos aos associados da entidade.

7ª DRT - Proc. 29.450/73 - (O STR de Santa Rita) solicita a autorização para comprar um prédio destinado à instalação da sede própria.

7ª DRT - Proc. 9.043/74 - Em despacho proferido fls. 10 o Sr. Delegado anulou Assembléia realizada dia 14.04.74 para venda de um JEEP do Sindicato de Alagoa Grande.

7ª DRT - Proc. 2.211/75 - (O STR de Alagoa Grande) solicita autorização do Sr. Delegado para venda de um compressor Dabi pertencente a essa entidade e comprar uma máquina de somar.

7ª DRT - Proc. 15.381/75 - Of. DRT/SS 27 de 31.12.75. Advertência aos diretores da entidade (sindicato de Serraria) para que não mais empreste móveis pertencentes ao patrimônio à nenhuma entidade.

7ª DRT - Proc. 3.767/76 - Conforme comunicações feitas pelo Sr. Delegado de Polícia de Solânea, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba e pelo sindicato de Solânea, em virtude de ferimento praticado a bala pelo presidente Luiz Valentim Gomes no dia 14 do corrente faleceu no Hospital de Pronto Socorro de João Pessoa, em 15.03.76, o membro do Conselho Fiscal do referido Sindicato.

7ª DRT - Proc. 5.637/76 - (O STR de João Pessoa) comunica que a entidade e o sindicato de Santa Rita em convênio com a Secretaria da Agricultura e o PIPMOR estão realizando um curso de planta e muda, na sala de audiência da FETAG em 10.05.76.

7ª DRT - Proc. 5.764/76 - (O STR de Sapé) comunica dispensa da dentista Lúcia de Noronha e a admissão de Maria Lúcia de Oliveira em 01.04.76 como contratada do sindicato.

7ª DRT - Proc. 001.672/77 - GD - De acordo com informação da Seção Sindical e consoante a delegação de competência que foi conferida pela Portaria nº 25, de 21.04.1970, do Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Trabalho, homolo-

go o aumento das mensalidades sociais devidas as STR de Alagoa Grande e Juarez Távora no valor de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) para Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) com vigência a partir de 01 de fevereiro de 1977. Volte o processo à Seção Sindical para anotação na ficha da entidade e dê-se ciência à mesma. Em 19. 02.77 - Agripino Paulo de Medeiros, Delegado Regional do Trabalho.

Consta do presente processo que a secretária passou a assinar-se Margarida Maria Alves, em virtude de haver contraído matrimônio, conforme certidão de casamento nº 3.834 expedida pela comarca de Alagoa Grande.

7ª DRT - Proc. 10.613/77 - (O STR de Cruz do Espírito Santo) comunica que no período de 1 a 16 de maio de 77 colocou à disposição do Projeto Rondon, Grupamento de Engenharia e Secretaria de Saúde do Estado seus equipamentos médicos para prestação de socorros às vítimas das enchentes provocadas pelo Rio Paraíba.

7ª DRT - Proc. 15.596/77 - Foi concedido (ao sindicato de Mari) o auxílio de Cr\$ 20.000,00 (pelo MT) para aquisição de 3 máquinas de escrever e uma de somar destinadas à entidade.

ANEXO VII

PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO DO SINDICALISMO - PIDSIN -
MA - INCRA - FETAG - ANCAR - MOBRAL - PIPMO - DEMA - FUNRURAL
FAEP - FUSEP (Transcrição)

PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO DO SINDICALISMO
RESOLUÇÃO EXECUTIVA INTERINSTITUCIONAL

A Divisão Estadual Técnica da Paraíba da Coordenadoria Regional do Nordeste Meridional, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba - FETAG, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR, o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, o Projeto Integrado Preparação de Mão-de-Obra - PIPMO, Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura - DEMA, o Fundo Rural - FUNRURAL, a Federação da Agricultura do Estado da Paraíba - FAEPA, a Fundação de Saúde do Estado da Paraíba - FUSEP, a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho - DRMT, e a Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais - SETRASS, todos interessados diretamente no movimento Sindicalista Rural do Estado, tendo como objetivo a implantação de um Projeto Integrado de Desenvolvimento do Sindicalismo Rural, que possibilite a união de esforços, dentro de uma mesma sistemática de atuação, com vistas à organização do sistema e o desenvolvimento integral do sindicalismo rural no Estado.

R E S O L V E M:

estabelecer, de comum acordo, a ação a ser desenvolvida no Estado, em apoio e fortalecimento do movimento sindicalista, no seu trabalho de expansão e aperfeiçoamento das entidades sindicais, através do planejamento dos respectivos trabalhos sob a denominação de Projeto Integrado de Desenvolvimento do Sindicalismo - PIDSIN, conforme caracterizado nos seguintes itens:

- a - Os órgãos integrantes do PIDSIN, levando em conta as responsabilidades específicas de cada um, trabalharão articulados e integrados na execução do presente Projeto, evitando discrepância, contradições e dualidades no desenvolvimento de suas atividades.
- b - contribuirão cada qual dentro de suas funções e possibilidades concordando em estabelecer um mecanismo que assegure a coordenação e integração de suas atividades.
- c - a presente resolução se constitui em simples estabelecimento de normas para execução de um trabalho comum, sendo respeitados, portanto, as atribuições de cada órgão participante.
- d - qualquer relato de atividades interinstitucionais concernentes a este Projeto será feito sempre em nome de todas as entidades co-responsáveis.
- e - cada órgão co-participante designará através de documento um representante que acompanhará os trabalhos e desenvolvimento das entidades do PIDSIN.
- f - o prazo de duração do Projeto será indeterminado.
- g - as partes signatárias envidarão todos os esforços ao seu alcance no sentido da divulgação do Sindicalismo Rural e suas vantagens, bem como da realização dos objetivos propostos pelo Projeto inclusive elaborando normas operacionais a serem seguidas pelas mesmas.

INCRA

FETAG

ANCAR

MOBRAL

PIPMO

DEMA

FUNRURAL

FAEPA

FUSEP

DRMT

SETRASS

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança. In: Sociedade e Política no Brasil pós-64. (xerox), s.d., p. 191-214.
- AMAN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento no Brasil. 1. ed., São Paulo, Cortez, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 1.ed São Paulo, Lech Ed., 1963.
-
- .4.ed
São Paulo, Lech Ed., 1980.
- ANTUNES, Ricardo C. O Que é o Sindicalismo. 2. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- AUED, Bernadete Wrubleiski. A Vitória dos Vencidos - Partido Comunista Brasileiro-PCB e Ligas Camponesas - 1955/64. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Centro de Humanidade da Universidade Federal da Paraíba, mimeo, Campina Grande, 1981
- AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro Ed. Paz e Terra, 1982.
- BENEVIDES, Cezar. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.
- BRASIL, Francisco de S. Política de Segurança Nacional - Um Estado Estrutural. In: Carta Mensal - Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, Ano XIX, nº 338, maio/1983, p. 41-49.
- CALAZANS, Maria Julieta C. Os Trabalhadores Rurais e a Sindicalização - Uma Prática. mimeo, s.d.
- CANTALICE, Dulce M.B. Penetração do Capitalismo no Campo - Um Estudo de Caso - Alagamar. In: Cadernos do CEAS, nº 65, jan/fev, 1980, p. 33-45.

CENTRO ECUMÊNICO DE DUCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO-CEDI. Canavieiros em Greve, Campanhas Salariais e Sindicalismo. S.P.,1985.

CHARBONNEAU, Paul Eugène. Da Rerum Novarum à Teologia da Libertação. São Paulo, Ed. Loyola, 1986.

COELHO, Teixeira. O Que é Utopia. São Paulo, Brasiliense,1980.

COMBLIM, Pe. Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional - O Poder Militar na América Latina. 1. ed., Jean Pierre Delaige, Editions Universitaires, 1977.

3. ed., Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1980.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA-CONTAG. Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, Ed. Alvorada, 1973.

. Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, Ed. Print, 1979.

. Anais do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1985.

. Relatórios Anuais, 1980.

. As Lutas Camponesas no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Marco Lero, 1980.

DAVID, Maurício Dias. Fascismo e Ditadura Militares na América Latina - Considerações sobre o Problema dos Regimes Autoritários na Época Contemporânea. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Nº 8, Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1979, p. 149-162.

DE CARLI, Gileno. História da Reforma Agrária. Recife, Ed. Asa Pernambucana, 1985.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA DA PARAÍBA-FTLPB. Sindicalismo Rural: Informes, Diretrizes, Metas e Plano de Ativi

dades. João Pessoa, 1966.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA DA PARAÍBA-FTLPB. **Plano de Sindicalização**. João Pessoa, 1968.

FUCHTNER, Hans. **Os Sindicatos Brasileiros: Organização e Função Política**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

GODINHO, Maurício. As Mudanças no Sindicalismo Brasileiro é o Problema do Assistencialismo. In: **Cadernos do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social**. Nº 72, Salvador, 1981.

IRIPARREN, Jesus Garcia & José L.G. **Ocho Grandes Mensajés**. 1.ed. Madrid, Biblioteca de Autores Cristanos, 1971.

10.ed.

Madrid, Biblioteca de Autores Cristanos, 1977.

MARTINS, Carlos Brandão. **O Que é Sociologia**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972.

MARTINS, José de Souza. A Igreja Face a Política Agrária do Estado. In: **Igreja e Questão Agrária**. Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1983.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo, Ed. Alfa Omega, lv., s.d.

MIELE, Neide. **A Mulher na Palha da Cana**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Centro de Humanidade, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MINEIROS, Elisa B. **Textos de Debates 3**. João Pessoa, 1981.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO-NEP. **Trabalhando muitas Lutas numa só Classe**. In: **Cadernos de Formação**. Nº 2, São Paulo, s.d.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **PCB Vinte Anos de Política -1958/1979 Documentos**. São Paulo, Lech Ed., 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re (li) gião: SUDENE. Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. 1.ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

PINTO, Luzia A.C.G. A CONTAG de 1979, 64 a 76. In: BRAZ, José Araújo (org). **Reflexões sobre a Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

SANTOS FILHO, José dos Reis. Movimento Sindical Rural, o Resgate de uma Tradição. In: **Anais do 11º Encontro do PIPSA- Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Botucatu, Faculdade de Ciências Agrônômicas - Depto. de Economia Rural da União Paulista, 1986. p. 466-487.

SIGAUD, Lygia. **Congressos Camponeses (1953-64)**. Texto para discussão no IV Encontro do Grupo Movimentos Sociais no Campo do PIPSA-Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Recife, mimeo, 1979.

. **Os Clandestinos e os Direitos - Estudos sobre Trabalhadores da Cana-de-Açúcar**. São Paulo, Liv. Duas Cidades, 1979.

. **Greve nos Engenhos**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1980.

. **A Luta de Classes em Dois Atos: Notas sobre um Ciclo de Greves Camponesas**. In: **Anais do 11º Encontro do PIPSA- Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Botucatu, Faculdade de Ciências Agrônômicas, Depto. de Economia Rural, Universidade Estadual Paulista, 1986, p.520-567.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos. **Vida e Morte das Ligas Camponesas**. In: **Nova Escrita Ensaio**. SP. Ed. Escrita 1982

SZMRECSANYVI, Tamás. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)**. 1. ed., São Paulo, Ed. de Humanismo, Ciência e Tecnologia - Hucitec, 1979.

VIANA, Luis Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Capital e Propriedade Fundiária: Suas Articulações na Economia Açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco C. **Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964**. In: **Revista de Cultura Contemporânea**, nº 1, (1ª parte, p. 7-13), nº 2 (2ª parte, p. 3-11).